

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Dissertação

**Uma perspectiva etnográfica da discussão sobre a homossexualidade no
contexto da IECLB**

Tatiani Müller Kohls

Pelotas, 2016

TATIANI MÜLLER KOHLS

**UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DA DISCUSSÃO SOBRE A
HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO DA IECLB**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas como parte das exigências para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof. Dra^a. Lori Altmann

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

K79p Kohls, Tatiani Müller

Uma perspectiva etnográfica da discussão sobre a homossexualidade no contexto da IECLB / Tatiani Müller Kohls ; Lori Altmann, orientadora. — Pelotas, 2016.

138 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Homossexualidade. 2. Religião. 3. Etnografia. 4. IECLB. 5. Teorias feministas. I. Altmann, Lori, orient. II. Título.

CDD : 305.8

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Lori Altmann

Orientadora – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof^a. Dr^a. Loredana Marise Ricardo Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. André Sidnei Musskopf

Programa de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia (EST)

Prof^a. Dr^a. Denise Marcos Bussoletti

Suplente - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Agradecimentos

Ao plano espiritual, pelas energias positivas, pela inspiração e por me acompanhar nessa trajetória.

À minha mãe Zilma e ao meu pai Eldomar, pela vida e pela compreensão da ausência por estar sempre “estudando”.

Às minhas irmãs, Daiane e Andressa, e ao meu sobrinho Gabriel, por estarem ao meu lado... pelos risos, pelas brigas e pelos belos momentos.

Às/aos minhas/meus companheiras/os de intercâmbio, Thaís, Eduardo e Guilherme, do Brasil; Diana, Irene, Willingtone e Dickyson, da Tanzânia; Ray, Deunice, Joy e Charles, das Filipinas; Hazel e Brian, da Costa Rica. Pela amizade, pelo carinho e pelos belos momentos que vivemos juntos. Nos encontraremos na próxima estação, em *Sigtuna*, na tão sonhada quase primavera...

Às/aos amigas/os suecas/os que me acolheram e me receberam em suas casas como alguém de sua própria família e pela amizade que permanece até hoje.

Às/aos integrantes do Núcleo de Arte, Linguagem e Subjetividade – NALS e PET Fronteiras: Saberes e Práticas Populares, e em especial à Denise Bussoletti, por me permitir embarcar nessa Nau e navegar por lugares inimagináveis. Pela partilha da palavra e pelos (des)encontros que me possibilitaram trilhar novos caminhos...

Às/aos amigas/os: Felipe, Ewerton, Luana, Thalita e Dona Sirley Amaro, pelo carinho e pela oportunidade de sonhar ao lado de vocês, buscando a transformação através da arte e da educação.

À Rafa, pelo abraço aconchegante tão necessário em alguns momentos... pelo desassossego, pela brisa leve, pelo carinho e pelo companheirismo.

Às/aos amigas/os de todas as horas, Marina, Patrícia, Nathasha e Guilherme, por nossos encontros, abraços, risos, confidências e “puxões de orelha” que se fazem necessário no decorrer do caminho.

À Helô Martins, colega do PPGAnt, por ter me acompanhado de perto nesse processo e pela amizade.

À Pietra Dolamita, pela amizade e ensinamentos.

Ao movimento Inclusão Luterana, pela visibilidade que tem dado ao tema da homossexualidade no cenário religioso luterano.

À minha orientadora Lori Altmann, pelo apoio, pelas contribuições, pela generosidade e humanidade, e por acreditar neste projeto.

À professora Loredana Ribeiro, pelo incentivo e pelas contribuições.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas e demais professoras e professores do programa, pela oportunidade de realizar essa pesquisa.

Às/aos colegas da turma do PPGAnt 2014/1, pelas contribuições, desabafos e amizade.

Àquelas/es que, mesmo não mencionadas/os aqui, contribuíram de uma forma ou de outra para a realização dessa pesquisa.

E por fim, à Paróquia Trindade e a JETRI, por me receberem para que esta pesquisa se concretizasse.

Resumo

KOHL, Tatiani Müller. **Uma perspectiva etnográfica da discussão sobre a homossexualidade no contexto da IECLB**. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Esta etnografia tem como tema a homossexualidade no contexto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, buscando compreender como a IECLB tem se posicionado frente a essa discussão. Além da análise de documentos oficiais da instituição, essa pesquisa lança seu olhar sobre uma comunidade religiosa situada na cidade de Pelotas/RS, a fim de observar como a comunidade tem (ou não) discutido e se portado frente a essa questão e ainda, como tem se utilizado de passagens bíblicas para justificar e normatizar o comportamento sexual e afetivo. Baseando-se em perspectivas de estudos de teorias feministas e teoria *queer*, essa pesquisa traz reflexões acerca das questões e temas tidos como “polêmicos” no âmbito religioso e que são muitas vezes silenciados. Desse modo, esse trabalho permite uma introdução ao debate da homossexualidade e religião dentro do campo antropológico, problematizando essa discussão frente aos posicionamentos da IECLB, das ministras e dos ministros e da comunidade em que foi realizada a etnografia, visando a perspectiva que lançam sobre o tema da homossexualidade no contexto religioso.

Palavras-chave: homossexualidade; religião; etnografia; IECLB; teorias feministas.

Abstract

KOHL, Tatiani Müller. **An ethnographical perspective about the homosexual discussion in the IECLB context.** 2016. 138p. Dissertation (Master's degree in Anthropology) – Post-graduation program in Anthropology, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2016.

This ethnographical research aims to discuss homosexuality in the context of Igreja Evangélica de Confissão Luterana in Brazil – IECLB, trying to comprehend how the IECLB has been facing this discussion. Besides the analysis of official documents of the institution, this research focuses on a religious community located in Pelotas/RS to observe how the community has (or has not) been discussing and how it has stood on this topic, as well as how the people who live in this community are using the scriptures to justify and normalize the sexual and affective behavior. This research is based on the perspectives of feminists' theories and queer theory bringing discussions about the “polemic” topics in the religious view, which are most of the time muted. In this way, this work permits an introduction to the discussion about the way of pointing out the view of the people from IECLB, the ministers and the community where the ethnography was made, aiming the perspective they mention about the topic of homosexuality in the religious context.

Key-words: homosexuality; religion; ethnography; IECLB; feminist theory.

Lista de Figuras

Figura 1	Grupo de jovens participantes do intercâmbio, na sede da Igreja da Suécia em <i>Uppsala</i>	19
Figura 2	Mapa da Suécia – principais cidades	21
Figura 3	Mapa dos Sínodos da IECLB	35
Figura 4	Mapa dos Sínodos da IECLB, região sul	35
Figura 5	Organograma da IECLB	36

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CONAJE	Conselho Nacional da Juventude Evangélica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EST	Escola Superior de Teologia
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
JE	Juventude Evangélica
JETRI	Juventude Evangélica Trindade
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
PPGAnt	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
REJU	Rede Ecumênica de Juventude
STF	Supremo Tribunal Federal
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas

Sumário

Introdução	12
1. Os caminhos percorridos até aqui: uma abordagem sobre homossexualidade e religião	16
1.1. Os percursos entre Brasil e Suécia	16
1.2. “Eu não acredito que as coisas que aumentam a quantidade de amor no mundo sejam ruins”	29
1.3. Uma breve contextualização histórica da IECLB	33
1.4. O que os documentos da IECLB nos dizem sobre a homossexualidade	37
1.5. “E viu que tudo o que havia feito era muito bom”	43
2. Percursos teóricos e metodológicos.....	46
2.1. Pensando a antropologia através do feminismo	46
2.2. Reflexões sobre a teoria <i>queer</i> e o campo religioso	50
2.3. A inserção em campo: pensando sobre o método etnográfico	56
2.4. As primeiras abordagens: delimitando o campo	62
3. “Será que iremos para o céu?”: A Homossexualidade no contexto da IECLB	69
3.1. As primeiras observações no grupo de jovens: uma discussão sobre gênero e sexualidade	70
3.2. “Enquanto não existir não vou me preocupar com o assunto”: O que as ministras e os ministros têm pensado sobre a homossexualidade no contexto religioso	80
3.3. “Pela Bíblia o certo seria o casal homem e mulher”: O que jovens têm pensado sobre homossexualidade e família	86

3.4. “Se aceita, se convive, mas talvez não se toque tanto no assunto”: O que têm se pensado sobre a homossexualidade em uma das comunidades da IECLB na cidade de Pelotas/RS	91
Considerações finais	102
Referências	106
Anexos	112
Apêndices	132

Introdução

Ao abordar a homossexualidade no contexto religioso, busco problematizar o olhar que a IECLB tem dado sobre essa questão, tendo como objetivo, compreender como uma comunidade religiosa da cidade de Pelotas/RS tem (ou não) abordado o tema da homossexualidade e o que ministras e ministros da igreja têm pensando sobre a temática.

Cabe aqui ressaltar que, na abertura de cada capítulo, utilizo um fragmento poético de minha autoria. Opto por utilizar três fragmentos que têm alguma relação com o tema dessa pesquisa. Para essa utilização, me apoio nas teorias feministas, principalmente na teórica e poeta Adrienne Rich, visando assim uma ligação entre a arte, a política e minhas próprias experiências. Sustento que esses fragmentos abordam e trazem reflexões sobre as diversas discriminações e opressões que, enquanto mulheres, vivenciamos na sociedade, bem como, a busca por uma sociedade mais justa. A escrita poética, de alguma forma sempre esteve presente em minha trajetória, e busco através dela, especificamente nos fragmentos que utilizo nesse texto, expressar as formas de relacionamentos e como estamos condicionadas/os ao padrão heteronormativo... o quanto a palavra homossexual pode nos pesar e fazer com que nos sintamos pessoas sujas... e o quanto ainda precisamos caminhar para que ninguém seja condenada/o pelo ato de amar.

Outro ponto que ressalto é a utilização da linguagem inclusiva. Entendo que a língua portuguesa carrega em si marcas de opressões, quando, por exemplo, utilizamos de uma abordagem masculina para nos referirmos ao plural ou ao universal. Nesse sentido, a linguagem assume um caráter discriminatório e sexista. Assim, opto pela utilização de “a/o” nas palavras que se referem tanto ao feminino como ao masculino, bem como a escrita das palavras no gênero feminino e masculino quando necessária.

O contexto em que se insere essa pesquisa e os capítulos que se seguem, mostram que se faz necessária uma discussão e reflexão que nos aproxime da temática da homossexualidade e religião, pois não podemos mais silenciar temas que são excluídos do âmbito religioso. Nessa perspectiva, apresento no primeiro

capítulo os caminhos que percorri e como cheguei até esse tema de pesquisa. Ao traçar relatos da minha experiência, me baseio em pressupostos das teorias feministas, sustentando uma visão crítica e política da construção do conhecimento, já que esses temas também atravessam a minha própria história de vida. Ao localizar a produção desse conhecimento entre os percursos percorridos, apresento discussões mais amplas em torno da homossexualidade e da religião. A partir da minha vivência em outro contexto religioso, na Igreja da Suécia, me deparo com uma igreja luterana que realiza o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e assim, mediante pressupostos do campo antropológico, volto meu olhar para o estudo de minha própria cultura. Diante disso, reflito primeiramente sobre a imposição de normas e regras sobre o corpo, no qual preceitos religiosos buscam modelar e regular a sexualidade a partir de passagens bíblicas, bem como a reflexão sobre as mulheres no contexto religioso, que são inferiorizadas através de uma ideia de sacralização dos papéis sexuais. A partir da indagação de como a IECLB tem se posicionado sobre a homossexualidade, apresento, ainda nesse capítulo, a análise de seus posicionamentos, bem como outras cartas e manifestações que visam dar visibilidade a esse tema no contexto religioso luterano.

No segundo capítulo, apresento discussões teóricas e metodológicas que possibilitaram a reflexão dos dados de campo. Homossexualidade e religião são temas ainda pouco abordados no campo antropológico. Assim, foram escolhidas teorias que perpassam pelo campo da antropologia, sociologia, religião e teologia, tendo-se a ótica da teoria feminista e da teoria *queer* como recorrentes nessa abordagem. Nesse capítulo, reflito ainda sobre o método etnográfico, as abordagens para a coleta de dados e como se deram as primeiras inserções em campo.

O terceiro capítulo destina-se aos dados de campo. Apresento aqui a visão de ministras e ministros da IECLB no contexto do Sínodo Sul-Rio-Grandense e as observações de como jovens de uma comunidade da cidade de Pelotas têm se posicionado frente a esse tema. Ao expor os argumentos que elas e eles têm utilizado para justificar, ou não, a homossexualidade no contexto religioso, problematizo também o silenciamento sobre a temática, que acaba, muitas vezes, gerando a exclusão daquelas e daqueles que vivenciam sua sexualidade e afetividade fora das normas da heteronormatividade.

Assim, a experiência etnográfica com a/o “outra/o” e a vivência dentro da IECLB me possibilitaram a escrita desse texto, visando a reflexão de como tem se pensando e debatido a questão da homossexualidade dentro desse contexto.

Espírito livre, alma liberta

*Todas as tentativas de não me deixar envolver, se é que houve
realmente alguma, foram inválidas. Ao mesmo tempo em que
pensava em não alimentar esse sentimento, ele crescia mais e
mais me fazendo feliz.*

E como não pensar naquilo que te faz sorrir?

Eu sentia, e sentir pra mim basta.

Meu olhar não mentia, e o dela também não.

*E o sentimento de querer estar perto, o desejo do toque, do
sentir o outro, começou a nos envolver.*

Senti de leve sua mão tocar em meu ombro.

Me senti acolhida em seu toque e em seu sorriso.

Dei uma chance a mim mesma.

Me permiti sentir e viver sem medo.

Jamais poderia desejar prender um espírito livre.

*Não poderia tê-la. Ninguém também poderia me ter. Somos
filhas do mundo, pessoas livres que dançam a música da vida.*

Somos donas de nós e de ninguém mais.

*Somos seres livres e o amor nos liberta, para que possamos
continuar dançando a dança da vida.*

*E o meu amor por aquela menina havia me libertado, havia me
dado asas para voar, pois ao olhar em seus olhos, me vi neles.*

Vi o que me prendia e me desfiz daquilo que já não servia.

*Aquele espírito livre havia me derrubado e me libertado para
uma nova forma de amor.*

(Tati Müller¹)

¹ Fragmento poético – minha autoria.

1. Os caminhos percorridos até aqui: uma abordagem sobre homossexualidade e religião

Este capítulo tem por objetivo trazer um panorama geral sobre o tema dessa dissertação. Apresentarei os caminhos percorridos que me fizeram escolher este tema como objeto de investigação, bem como, os posicionamentos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) sobre a homossexualidade.

A primeira parte deste capítulo se remete a um período anterior ao meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), na qual descrevo minha trajetória na IECLB e os elementos que fizeram com que eu direcionasse meu olhar para minha própria cultura, na perspectiva de identificar como a homossexualidade é compreendida na IECLB. Já na segunda parte, exponho um breve contexto histórico sobre a IECLB e a análise de documentos sobre seus posicionamentos frente à questão da homossexualidade.

1.1. Os percursos entre Brasil e Suécia

Pego-me pensando o porquê dessa temática e de onde vem essa inspiração. Quando Naomi² olha em meus olhos e diz que estou completamente inspirada por algo que vivi, concordo e reflito... o que me inspira? E então percebo que essa pesquisa diz também sobre o lugar de onde vim e sobre os lugares por onde passei. Diz sobre as pessoas que encontrei por esses caminhos. Diz sobre momentos de rupturas e, ainda, sobre querer abrir as asas e me libertar das amarras que me prendiam. Mas o que são essas amarras? Para mim, são as formas impostas pela sociedade ou sistema... são os modelos que nos são impostos... são os velhos discursos reproduzidos... é a forma imposta de como devemos nos vestir, pensar,

² Nome fictício, adotado para preservar a identidade da Pastora.

amar. Vendem a felicidade... encaixotam os sentimentos e dizem que é isso, e por incrível que pareça, acreditamos. Libertar-me das amarras nesse momento, significa penetrar em discussões um tanto delicadas. Significa trazer reflexões acerca de um tema ainda pouco discutido dentro do campo antropológico.

Para ir aos poucos penetrando nessa discussão, preciso e sinto a necessidade de contextualizar meu interesse nessa pesquisa a partir das minhas próprias experiências. O fato, ou a necessidade, de dizer ou querer falar do lugar de onde venho vai ao encontro daquilo que bell hooks³ (2004) salienta, ao mostrar que sua luta feminista está atravessada por sua própria história de vida. É a partir da vivência em um grupo oprimido, explorado e ainda diante da discriminação sexista, que a autora molda sua consciência feminista. Butler (1998) também nos fala sobre a constituição dessa consciência feminista, através do conceito de sujeito feminista, que se molda por meio das exclusões entre as relações de poder, as práticas e os discursos. Desse modo, Butler problematiza e salienta uma visão crítica dentro da teoria feminista a partir do “eu” e das significações que nos constituem enquanto sujeitos.

Adrienne Rich, poeta feminista, tem-se posicionado politicamente através de seus poemas, que se baseiam em sua própria história de vida. Levantando questões acerca das mulheres na contemporaneidade, a poeta utiliza-se de sua “[...] experiência pessoal para analisar a condição das mulheres na sociedade” (LEÃO, 2007, p. 16). Ao fazer essa ligação entre arte e política, Rich ainda tenta “[...] abordar em sua escrita as mais variadas questões que afligem os seres humanos na tentativa de tornar visíveis as opressões presentes nas relações sociais” (LEÃO, 2007, p. 10).

Donna Haraway também traz contribuições acerca do feminismo e do ativismo dentro do saber científico. Ela aponta para a visão crítica da produção do conhecimento. Essa discussão, sobre a relevância de se relatar as experiências de vidas, tem sido bem acolhida dentro do ponto de vista teórico feminista.

De acordo com Costa:

É através de uma política do lugar (e, conseqüentemente, uma política do posicionamento do sujeito) que as teorias feministas têm historicamente inscrito sua presença nos debates contemporâneos sobre fronteiras (geográficas, epistemológicas, sociais, econômicas, libidinosas,

³ A autora utiliza seu nome social em letras minúsculas, desse modo, mantereí a forma como a teórica assina seu nome – bell hooks.

institucionais, linguísticas e culturais), enquanto transgridem as discussões referentes à construção/desconstrução do sujeito (COSTA, 2002, p. 90).

Ao introduzir aqui minhas experiências, busco mostrar como esta discussão sobre homossexualidade e o ativismo feminista também tem atravessado minha própria história de vida. Há aqui claramente um ativismo e uma luta política que não posso omitir. E essa dissertação também vai tomando forma a partir das diversas experiências vividas.

Ao me apresentar, sempre tenho a necessidade de dizer que venho de uma família de agricultores/as, do 7ª distrito de Pelotas, do estado do Rio Grande do Sul. Talvez essa seja uma necessidade, pois representa outros modos de vida, creio que bem mais conservadores dos que eu tenho vivido no meio urbano. Aqui, falar sobre diversidade sexual ou questionar a dominação masculina, é ainda um tabu a ser quebrado. Quando digo que esse é o lugar de onde venho, digo também que por trás disso existe todo um sistema de representações e crenças.

Sobre as representações sociais, partindo da perspectiva psicossocial baseada em Moscovici e Jodelet, Arruda salienta que ela “[...] reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc., por um lado, e por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos” (2002, p. 128). Partindo dessa concepção, é possível entender que a representação social refere-se à forma como nós construímos e assimilamos o conhecimento, a experiência cotidiana e as informações do nosso contexto, e ainda, sobre a forma como recebemos e transmitimos essas informações e conhecimentos na vida social.

Nessa localidade onde cresci, a questão religiosa é um fator importante na vida das pessoas. Todas/os pertencem a alguma instituição religiosa. Assim, o envolvimento da minha família dentro de uma comunidade da IECLB fez com que tivesse uma educação cristã. Sempre fui ativa na paróquia, principalmente no grupo de juventude (JE – Juventude Evangélica), o que me proporcionou a oportunidade de representar a IECLB em um intercâmbio de jovens.

Em 2012 participei do programa de intercâmbio *International Youth Exchange Programme – Young In The World Wide Church*⁴, promovido pela Igreja da Suécia. O programa acontece desde 2008, em parceria com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Luterana da Costa Rica, Igreja Independente

⁴ Tradução livre: Programa de Intercâmbio Internacional de Jovens – Jovens na Igreja Mundial.

das Filipinas e Igreja Luterana da Tanzânia. Durante o período de março a maio de 2012, se desenvolveu a integração desses jovens com a sociedade e a Igreja da Suécia, possibilitando-nos essa experiência de troca cultural e religiosa. Eram 4 jovens representando o Brasil, 4 jovens das Filipinas, 4 jovens da Tanzânia e 2 jovens da Costa Rica.



Figura 1. Grupo de jovens participantes do intercâmbio, na sede da Igreja da Suécia em *Uppsala*.
Fonte: Arquivo pessoal.

A Igreja da Suécia – *Svenska Kyrkan* – é uma Igreja Luterana, que aderiu à reforma protestante em 1527, sendo ela a religião oficial do país, vinculada ao Estado até o ano de 2000. Como a Igreja pertencia ao Estado, ela deveria chamar-se Igreja da Suécia. Hoje, mesmo o país não possuindo uma religião oficial, a Igreja Luterana mantém esse nome – Igreja da Suécia – por tradição, sendo que cerca de 86% da população pertence a esta instituição religiosa⁵.

Essa vivência com outros modos de vidas, em outro contexto cultural e religioso, fez-me ver a importância de conhecer o “outro”. Esse processo de “estranhamento” faz parte do fazer antropológico, no qual tomamos a cultura como objeto de nossas indagações (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003). Essa diversidade humana e cultural fez alargar minha própria visão de mundo, como exemplifica Malinowski, ao dizer que ao “captar a visão de mundo dos outros com reverência e

⁵ Diário de viagem, 2012. Para mais informações acesso o site oficial da Igreja, disponível em: <<https://www.svenskakyrkan.se>>; Acessado em 27/05/2016 às 20h37min.

verdadeira compreensão [...] estamos contribuindo para alargar nossa própria visão” (1976, p. 374), e que esse seria um dos objetivos da Antropologia.

O processo de se aproximar do “estranho”, do “exótico” e a busca nessa experiência de tornar o “não familiar” em familiar (VELHO, 2008), faz parte da experiência quando estamos em outro contexto cultural. A experiência antropológica visa também esse “[...] contato sensível com o mundo a ser compreendido” (CLIFFORD, 2008, p. 36). Interagindo com essa rede de diversidade cultural, imersa nessas relações subjetivas e sensíveis, percebo a importância da experiência no fazer antropológico, pois é através dela que o texto etnográfico se constrói.

Ao chegar nesse país até então estranho, fomos recebidas/os na cidade de *Sigtuna*⁶, situada próxima à capital Estocolmo, para uma semana de rodas de conversas e atividades voltadas para nosso conhecimento sobre a cultura e Igreja da Suécia. Nesse momento compartilhamos também nossas vivências e a cultura do nosso país de origem e a igreja a qual representávamos. Além disso, tivemos ainda aulas introdutórias da língua sueca para assim termos mais facilidade e maior inserção dentro da sociedade. Após essa primeira semana em *Sigtuna*, fomos morar em casas de famílias que haviam se inscrito no programa para nos receberem. A maioria das/os participantes ficou morando em dupla, com uma/um outra/o companheira/o de seu próprio país.

Fui morar em uma cidade bem ao norte da Suécia, *Luleå*⁷, na qual residi na casa de duas famílias. Depois de quase quatro semanas, retornamos a *Sigtuna*, para compartilhar as experiências vividas até então e para mais orientações e discussões. Após esse período, fomos novamente morar com outras famílias. Fui então para a cidade de *Linköping*⁸ mais ao sul do país. Lá, eu e a outra menina brasileira, minha dupla de moradia, convivemos com quatro famílias, morando em torno de uma semana em cada casa. Após esse período, retornamos novamente a *Sigtuna*, para mais uma semana de compartilhamentos e finalização do programa de intercâmbio. No final dos três meses do programa, a proposta era que pudéssemos apresentar algo que havíamos aprendido sobre o país e a igreja, dentro do tema dos direitos humanos e com subtemas específicos. Naquele momento, escolhi o

⁶ *Sigtuna* é uma antiga cidade medieval, fundada em 980, às margens do lago *Mälaren*, do qual podíamos andar em cima, pois se encontrava completamente congelado – Diário de viagem, 2012.

⁷ *Luleå* é uma cidade portuária, localizada na região da Lapônia. No período em que estive lá, frequentei a paróquia de *Gammelstad* – Diário de viagem, 2012.

⁸ Em *Linköping*, vivi na localidade de *Vikingstad*. *Viking* = prefixo da civilização Escandinávia; *Stad* = lugar – Diário de viagem, 2012.

subtema do respeito e prática de outras religiões na Suécia, principalmente as religiões muçumanas, que crescem no país com a vinda de imigrantes. Fomos então orientadas/os sobre como fazer esse trabalho.



Figura 2. Mapa da Suécia - principais cidades: Fonte: Google⁹.

Ao abordar os relatos de viagens como textos percursos da etnografia, Leite nos apresenta a antropologia da viagem, considerando que autoras/es “produziram suas obras em decorrência das viagens, através de suas descrições, buscando transmitir informações que só poderiam ser obtidas pela experiência da viagem” (1996, p. 80), sendo que esse relato só se tornou possível através da experiência da viagem. Uma característica muito antiga sobre os relatos de viagem são as

⁹ Disponível em: <http://www.e-mapas.com/mapas_i/cia/se-map.gif>; Acessado em 12/11/2015 às 11h19min.

anotações em diários, constituindo um estilo de produção e descrição sobre a/o outra/o, “[...] descrevendo fatos e transmitindo impressões sobre lugares, povos e culturas diferentes” (LEITE, 1996, p. 81), contendo as narrativas e experiências vividas, mantendo vivos os relatos e as informações obtidas.

Para o viajante, a viagem não é uma continuação de sua vida. É um momento distinto, marcado pelo antes e pelo depois. Constitui, sobretudo, um estágio “especial” de sua existência, onde se permite sair de sua condição de cidadão, para entrar na condição de estrangeiro. Ao sair de seu cotidiano, de sua cultura, de sua língua, de seu referencial de identidade máxima, entra num outro tipo de existência – a do outro. E o tempo aí, no espaço do “outro”, não é o tempo de seu cotidiano, mas sim o “tempo em viagem”, escorregando por formas múltiplas de ser parte do mundo vivido e ao mesmo tempo representado. Tudo podendo ser parte de sua existência enquanto viajante: o almejado, o permitido e o possível. É nesse “estado de viagem” que se descola e se define o tempo na narrativa (LEITE, 1996, p. 87).

E foi nesse “estado de viagem”, nessa experiência vivida fora do meu cotidiano e no contato com o “outro” que me deparei com temas e situações que me despertaram a curiosidade e o interesse, não só para o registro em diários, mas também para a pesquisa acadêmica. Buscando privilegiar a narrativa do novo, a partir de um interesse pessoal e transformada pela experiência vivida (LEITE, 1996), foco-me no tema da homossexualidade na Igreja da Suécia.

Meu interesse parte então das observações sobre a igualdade de gênero no país e a naturalidade com que era abordado o tema da homossexualidade na igreja, principalmente em conversas mais descontraídas com as/os jovens. A Suécia é considerada um dos países mais igualitários do mundo e se tornou um dos primeiros países a aprovar a união civil homoafetiva em 1994, e o casamento religioso homoafetivo em 2009, sendo a Igreja da Suécia uma das primeiras igrejas do mundo a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo¹⁰.

Segundo a entrevista¹¹ que realizei com uma pastora da Igreja da Suécia, ela diz que a decisão foi tomada baseando-se na interpretação bíblica de que Deus apoia o amor no mundo, independente do sexo do casal. E a ordenação¹² de pastoras/es homossexuais também foi aprovada pela Igreja da Suécia em 2009.

¹⁰ Diário de viagem, 2012. Para mais informações acesse o site da Igreja da Suécia, disponível em: <<https://www.svenskakyrkan.se/samkonade-aktenskap>>; Acessado em 27/05/16 às 20h49min.

¹¹ Essa entrevista se deu de forma escrita, na língua inglesa, via rede social em janeiro de 2013.

¹² A palavra ordenação, segundo Musskopf (2004, p.15) se refere ao rito que demarca a passagem do indivíduo para outra esfera, nesse caso diz respeito ao/a teólogo/a, que, sendo ordenado/a, pode atuar como pastor/a na Igreja.

O fato de querer discutir tais assuntos, não só em relação à homossexualidade, mas também sobre igualdade de gênero, diversidade e preconceito no campo religioso já me rondava há algum tempo. A experiência de viagem só fez reforçar meu interesse em tais assuntos.

Em 2010, na Semana Acadêmica do Curso das Ciências Sociais da UFPel, uma das mesas de debate era sobre homossexualidade, contando com a presença de um teólogo. André Musskopf, professor da Escola Superior de Teologia (EST) em São Leopoldo apresentou em sua fala questões sobre a homossexualidade e religião no contexto da IECLB, o que me sensibilizou a querer discutir tais questões no grupo de jovens em que atuava. Ao conversar com o pastor da comunidade da qual eu fazia parte, para saber o que ele achava de discutirmos as temáticas de preconceito e homofobia, e pensando que teria total apoio, ele me disse que eu não poderia falar sobre homossexualidade na igreja. Disse que quem tinha “isso” era doente e necessitava ser curado e que ao falar “disso” para a comunidade, principalmente para as/os jovens, eu poderia incentivá-los a essa “prática”.

Esse discurso religioso e de fundo médico sobre uma “cura gay” tem correlação com o determinismo biológico. A sexualidade não é determinada pela biologia e aqui precisamos deixar clara a distinção entre sexo e gênero, que de acordo com Nicholson: [...] o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado (2000, p. 09). Scott também apresenta o termo gênero como uma “rejeição do determinismo biológico” (1995, p. 75) estando relacionado com a “organização social da relação entre os sexos” e as “construções culturais [...] sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. Para a autora, gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Diante desses aspectos, surgem as reflexões sobre o conceito de gênero, que segundo Nicholson “[...] tem suas raízes na junção de duas ideias do pensamento ocidental moderno: a base material da identidade e a construção social do caráter humano” (2000, p. 10).

O conceito de homossexualidade que utilizo para essa discussão se baseia no que Fry e Macrae propõem: que a homossexualidade deve ser compreendida dentro de termos sociais, políticos e culturais, não a partir de bases médicas e psicológicas. De acordo com os autores, a homossexualidade pode ter um entendimento diferente nos “[...] diversos segmentos sociais da sociedade brasileira

contemporânea” (FRY; MACRAE, 1995, p. 07), variando também de sociedade para sociedade e ainda de época para época. Dentre esses diversos segmentos propostos por Fry e Macrae, muitas/os entendem a homossexualidade, partindo apenas do ponto de vista biológico, não levando em conta as bases sociais e políticas.

Assim, aqueles que acreditam que a sexualidade é determinada biologicamente, podem vir também a defender uma conversão, ou uma suposta “cura” da homossexualidade. Essa questão da “cura gay” tem sido muito debatida atualmente no Brasil, principalmente pelo Congresso Nacional, em função de um dos deputados da bancada evangélica ter proposto um projeto chamado de “cura gay”¹³. Infelizmente muitas pessoas e grupos religiosos acreditam que a homossexualidade seja uma doença, colocando-a como uma prática anormal, procurando “corrigir” e “curar” esses corpos.

Em uma breve passagem por Foucault, o autor nos fala sobre esse corpo marcado simbolicamente, condenado e exposto a uma “cura”: “Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (1999, p. 118). Essas condutas deliberadas culturalmente sobre os corpos, impondo não somente técnicas de comportamentos, mas também impondo a forma de relacionamentos e afetividades, oprimem aquelas/es que se opõem a tais preceitos, como nos aponta Miskolci, dizendo que:

[...] saberes e práticas se uniam em busca da “cura” ou reabilitação desses indivíduos. Dominava a percepção de que a homossexualidade era a prova visível de uma natureza sexual degenerada. Ainda que se criassem tratamentos ou formas de “reeducação”, prevalecia a crença de que aqueles indivíduos não tinham solução e, como degenerados, só podiam suscitar pena diante do destino que os esperava (MISKOLCI, 2007, p. 106).

¹³ É possível encontrar diversas matérias sobre o projeto de cura gay, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), que visa a permissão para que profissionais da área da psicologia possam utilizar tratamentos para a reversão da homossexualidade. Colocado em discussão em 2013, pela Comissão de Direitos Humanos, presidida por Marcos Feliciano (PSC), podemos encontrar na mídia online notícias como: “Comissão de Direitos Humanos aprova autorização para 'cura gay'”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-de-direitos-humanos-aprova-autorizacao-para-cura-gay.html>>; Acessado em 20/10/2015 às 20h00min. “Feliciano chama homossexualidade de 'modismo' ao falar com 'ex-gays'”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/feliciano-chama-homossexualidade-de-modismo-ao-falar-com-ex-gays.html>>; Acessado em 20/10/2015 às 20h20min. Essas matérias nos trazem a ideia do que seria esse projeto de “cura gay” e a crença de que uma reversão sexual seria possível.

Esse posicionamento ou discurso que propõe a “cura” desses corpos “anormais”, além de tratar a homossexualidade como uma doença, como algo pecaminoso e imoral, acredita que uma conversão à heterossexualidade seja possível e que a felicidade só se daria por esse meio, como afirma Mello (2005). Ao pensar no posicionamento da Igreja Católica em relação à homossexualidade, Mello nos mostra que ela “[...] nega que a liberdade de orientação sexual seja um direito humano, advogando a tese de que os homossexuais devem manter-se celibatários ou ingressar, se possível for, no universo da conjugalidade heterossexual” (2005, p. 218). O autor ainda salienta que “[...] na doutrina católica, portanto, os homossexuais que não negam sua orientação sexual são definidos como seres humanos de segunda ordem, o que significa dizer subumanos” (MELLO, 2005, p. 218). Desse modo, percebemos a violência que uma instituição religiosa pode causar às pessoas que não estão dentro de suas normas, submetendo-as a um modelo de vida – heterossexual – e fazendo com que muitas vezes se sintam como criminosas/os, ou realmente como subumanas/os, por não estarem dentro do “padrão” estabelecido.

Sobre esse corpo marcado, tanto pela discriminação social, como também por princípios religiosos, Musskopf nos deixa claro o quanto essa “marca” sobre o corpo homossexual na atualidade, pode gerar a exclusão desse grupo:

O medo de ser identificado com essa marca gera silêncio e invisibilidade que impedem pessoas homossexuais de assumir a sua identidade e viver integralmente como cidadãos nas diferentes esferas da vida humana, inclusive no âmbito de suas comunidades religiosas (MUSSKOPF, 2004, p. 10).

Desse modo, notamos o quanto as instituições sociais acabam por impor regras e modelar nossos corpos por aquilo que entendem como mulheres ou homens, e discriminar aquelas/es que não se encaixam no padrão heteronormativo.

Ao voltar meu olhar para mim mesma, enquanto uma pessoa pertencente a um grupo religioso e a uma comunidade na qual seu pastor pensa e instrui as pessoas para que não falem sobre homossexualidade e que acredita em uma suposta “cura gay”, minha reação foi ficar calada. Não porque concordasse com aquela posição, mas porque até então eu não possuía elementos palpáveis que pudessem me fazer entrar em uma discussão tão profunda e ainda cheia de tabus no campo religioso. Pelo menos, dentro da minha experiência de vida em uma comunidade religiosa, sempre tive a sensação de que aquilo que é exposto pela/o pastora/or é quase que uma “lei”, tendo-se a figura desse sujeito como o “possuidor”

da verdade, sem poder contestar a palavra dita. Talvez essa ideia de não poder contestar, tendo diante de mim uma figura masculina (nesse caso), representando o saber divino, e eu, uma mulher, adolescente na época, me fez ficar calada, pois simbolicamente essas representações estão tão intrínsecas em nós, que diante de uma situação contrária ao que pensamos e ao que defendemos, não conseguimos nem ao menos revidar.

Não falar sobre a homossexualidade no contexto religioso é, nas palavras de Deifelt, “[...] ignorar que há homens gays e mulheres lésbicas dentro do espaço das igrejas, assim como há na sociedade. É a típica postura do ‘não se ouve, não se vê e não se fala’” (1999, p. 44). Tal postura pode contribuir não somente com o afastamento daquelas/es que vivenciam outras formas de afetividades, como também impedir que homossexuais assumam sua real identidade.

Esse episódio também me faz refletir sobre a representação das mulheres no espaço religioso, pois a figura da mulher como submissa é produzida e reproduzida em nossa sociedade e também no âmbito religioso: “A representação sócio cultural da mulher sofredora, resignada e submissa, é ressaltada pela tradição cristã, e frequentemente evocada por lideranças religiosas e por religiosos ordinários, os fiéis e, principalmente, as fiéis” (SOUZA; LEMOS, 2009, p. 08). Nessa perspectiva, muitas vezes assumimos essa postura diante de situações que nos foram assim representadas, de forma hierarquizada, na qual a religião é uma das responsáveis por essa produção, como afirma Souza:

A religião é uma das responsáveis pela produção e reprodução dessa hierarquia dos sexos, sacralizando papéis socioculturalmente construídos. A religião, no campo da construção simbólica, tem cumprido a função social de constituição do feminino e do masculino, e é uma das grandes responsáveis pela inferiorização e secundarização das mulheres em nossa sociedade. A partir de um discurso misógino, a religião não apenas produz ou reproduz a violência de gênero, mas a sacraliza. O discurso religioso, para o/a fiel, tem status de coisa sagrada. [...] Dessa forma, o discurso religioso perde a sua condição de coisa construída e é entendido como verdade sagrada (SOUZA, 2009, p. 53).

Essa questão da secundarização e inferiorização da mulher, muitas vezes ressaltada através de passagens bíblicas, como a da criação do mundo, narrada e interpretada por muitas/os como a criação da mulher ser “para” o outro, nesse caso, o homem, acaba por constituir a mulher enquanto tal:

Uma representação acumula recursos materiais e simbólicos. Apesar das mudanças, as representações sociais de mulheres e homens em nossa

sociedade ainda hoje são informadas por uma simbologia que secundariza a mulher. Essa ideologia de gênero teima em afirmar a mulher como um ser “para” os outros, isto é, a mulher se constitui heteronomamente enquanto tal, devendo servir ao outro e viver para o outro. O não cumprimento deste “princípio” (ou lei natural) gera processos como sua culpabilização pela sociedade e também por si mesma (SOUZA, 2009, pp. 31-32).

Diante desse fato, sobre as representações e simbologias que colocam a mulher como um ser secundário, uma situação que me chamou atenção na Suécia foi a forma como o mito bíblico da criação humana foi narrado. Ao se pensar nas narrativas bíblicas sobre a criação do mundo e da origem da mulher e do homem, estamos acostumados a ouvir que Deus criou primeiro o homem e depois a mulher, e assim o homem seria mais importante do que a mulher, pois esta seria um ser secundário. E foi a partir dessa descrição sobre a origem da mulher e do homem, que se travou uma discussão durante um almoço com as/os jovens que participavam do programa de intercâmbio na Suécia em 2012, na cidade de *Sigtuna*, e uma outra interpretação bíblica foi então me apresentada.

Durante o almoço um rapaz brasileiro e um rapaz da Costa Rica conversavam sobre algo, quando o rapaz da Costa Rica diz: “Mas Deus fez primeiro o homem e depois a mulher, por isso nós somos mais importantes”. Após essa fala, uma pastora que estava sentada a nossa frente e trabalhava no programa como tradutora de línguas (inglês-espanhol), rapidamente bateu na mesa e disse: “Não!”. Nesse momento pegou sua bolsa e retirou a Bíblia e começou a falar: “Vocês estão errados, pois aqui na Bíblia (mostrando a Bíblia para nós) está escrito o seguinte: Deus criou o ser humano para cuidar do mundo que havia criado, depois criou outro ser humano, com algumas diferenças e a este chamou de mulher e olhando para o primeiro ser que havia criado, resolveu o chamar de homem. Então o homem só se tornou homem pelo fato da mulher ter sido criada e ter levado este nome, se não fosse assim, o homem não existiria. O homem só é homem pelo fato da mulher existir e desta forma ele não é superior ou mais importante que a mulher” (Diário de viagem, 2012).

Lembro que a pastora foi muito enfática em sua fala e com as mãos demonstrava a mulher e o homem, colocando a mão que representava a mulher sempre um pouco acima da mão que representava o homem, me dando exatamente essa impressão: o homem saindo da mulher, como uma mulher que gera uma criança, podendo ser a criança do sexo feminino ou masculino.

Diante desta narrativa, temos uma interpretação do mito bíblico da criação, onde a pastora faz referência primeiramente a um ser neutro, colocado em sua fala como o ser humano, sem definição de sexo e sem hierarquia entre estes, na qual homem e mulher são idênticos ou “[...] partilham da mesma substancialidade – são humanos” (HEILBORN, 1993, p. 55), mas que em um segundo momento seriam distintos. Sobre essa hierarquização entre homem e mulher no contexto religioso, Souza, ressalta que:

Vários teólogos cristãos, influenciados por esse contexto e pela filosofia clássica, afirmaram as mulheres como naturalmente inferiores aos homens, argumentando a partir de bases teológicas uma superioridade divina dos homens em relação às mulheres, logo, legitimando a dominação do masculino sobre o feminino. Criou-se o que poderíamos chamar de uma verdadeira teologia da inferioridade feminina e da superioridade masculina, que percorrerá séculos de nossa história (SOUZA, 2009, p. 53).

Fazendo uma comparação da forma como sempre ouvi esse texto ser contado, onde a mulher era colocada em uma posição inferior ao homem e a narrativa tão enfatizada pela pastora da Igreja da Suécia, mostrando a importância da mulher dentro desse grupo religioso, penso sobre o poder do significado atribuído à interpretação das passagens bíblicas e sua utilização como um modelo para o comportamento e a sexualidade humana. As narrativas bíblicas possuem esse poder dentro do grupo que as utiliza, mostrando a origem daquelas normas sociais e fornecendo modelos de comportamentos, que vamos produzindo e reproduzindo. Percebo também, que elas podem ser reinterpretadas e reformuladas, para assim dar ênfase naquilo que se quer passar ao outro. Visto que os grupos religiosos também vão passando por mudanças socioculturais e se transformam, aderindo a novas posições e ideologias, que redundam em novas teologias.

Todas essas questões abordadas até agora, são de fato, para mostrar meu percurso por esse “entre-lugares”¹⁴ de contextos culturais e religiosos. Apresento assim, os caminhos percorridos, as trocas e experiências subjetivas e as rupturas que me fizeram questionar posicionamentos religiosos que normatizam as relações e comportamentos humanos, abordando essa discussão em torno da homossexualidade.

¹⁴ Confira BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. “De que modo se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’, nos excedentes da soma das ‘partes’ da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)” (p. 20).

1.2. “Eu não acredito que as coisas que aumentam a quantidade de amor no mundo sejam ruins”¹⁵

Creio que não posso seguir a escrita desse texto sem falar um pouco do casamento entre pessoas do mesmo sexo¹⁶ na Igreja Luterana da Suécia¹⁷. Aqui, pretendo desenvolver um pouco sobre como se deu esse processo e o posicionamento de pastoras da Igreja da Suécia, bem como pessoas ligadas a essa instituição. Sei que esse não é o objetivo principal desta pesquisa, mas não posso deixar de introduzir algo que foi ponto fundamental para que eu direcionasse meu olhar sobre a minha própria cultura e sobre a IECLB. Questiono, assim, seus posicionamentos e reflito sobre como as religiões impõem normas sobre a sexualidade, sobre como devemos nos portar e a forma de relacionamentos que devemos “seguir”, tudo isso baseado em suas representações e crenças.

Ao me deparar com outros valores religiosos, como o casamento homoafetivo realizado pela Igreja da Suécia, baseado na interpretação bíblica de que Deus apoia o amor no mundo e utilizando uma abordagem teológica de igualdade para tratar as discussões de gênero e homossexualidade, busco compreender um pouco desse processo e de como se deu a aceitação da própria comunidade religiosa frente a essa decisão.

Realizei algumas entrevistas, via redes sociais, em janeiro e fevereiro de 2013, para o trabalho de conclusão da disciplina de Estudos Antropológicos de Gênero e Teoria Feminista, ofertada pelo curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, procurando aprofundar meus conhecimentos sobre esse processo. As entrevistas foram realizadas de forma escrita, em língua inglesa e traduzidas por mim. Para que haja uma melhor interpretação, colocarei em nota de rodapé as frases originais escritas em inglês.

¹⁵ Frase dita por uma pastora da Igreja da Suécia, em 2013, sob o pseudônimo de Astrid, em uma entrevista realizada de forma escrita, via redes sociais, quando pergunto sobre a união homoafetiva.

¹⁶ Usarei o termo união ou casamento entre pessoas do mesmo sexo como sinônimo de casamento ou união homoafetiva, porém a nomenclatura “união ou casamento entre pessoas do mesmo sexo” é utilizada pelas minhas interlocutoras suecas.

¹⁷ Mais informações sobre a decisão da união de pessoas do mesmo sexo na Igreja da Suécia podem ser encontradas no site oficial da igreja, disponível em: <<https://www.svenskakyrkan.se/churchofsweden/information-about-same-sex-marriages>>; Acessado em: 11/11/2015 às 23h.

Buscando preservar a identidade das/dos minhas/meus interlocutoras/res, utilizarei nomes fictícios ao apresentar suas falas. Sobre o uso do anonimato no texto etnográfico, Fonseca (2008) é uma das antropólogas que aborda essa questão e farei uma reflexão metodológica mais intensa no próximo capítulo sobre esse assunto.

Retornando a questão da união de pessoas do mesmo sexo na Suécia, uma pastora, da qual irei me referir pelo nome de Astrid, me diz que a Igreja da Suécia vem discutindo a questão da homossexualidade desde a década de 70, por isso ela não considera que a aceitação do casamento homoafetivo tenha sido precipitada:

Em 2009 a Igreja da Suécia tomou a decisão que ambos os casais, de sexos diferentes e do mesmo sexo poderiam se casar na Igreja. Essa decisão foi tomada depois de uma longa discussão e de muitas pesquisas feitas [...]. Havia definitivamente muitos argumentos e alguns conflitos dentro da Igreja antes da decisão. Houve até pessoas que abandonaram a Igreja por causa dessa decisão. Mas para a Igreja da Suécia, a decisão de permitir que casais do mesmo sexo se casassem era muito importante. Nós (porque eu concordo com isso) acreditamos que todo bom e verdadeiro amor, em última análise vem de Deus, e que esse amor existe em casais tanto de sexos diferentes como do mesmo sexo - é o mesmo tipo de amor. [...] Portanto, o sexo/gênero do casal é irrelevante. [...] E Jesus nunca falou sobre a homossexualidade, nem de uma forma positiva ou negativa. Para mim, não é nada estranho que a Igreja da Suécia tenha decidido casar casais do mesmo sexo. Acredito plenamente que Deus apoia o amor no mundo e não faz diferença entre as pessoas que amam uma pessoa do mesmo sexo ou de sexo diferente. Estou orgulhosa e feliz por pertencer a uma Igreja que tem tido esta postura para a igualdade e amor de todos, não importa quem elas amam¹⁸ (Pastora Astrid, 2013).

Em agosto de 2015, tive a oportunidade de conhecer uma pastora, da qual irei me referir pelo nome de Naomi e que foi representante da Igreja da Suécia no Brasil até agosto de 2015, acompanhando os projetos e parcerias que a Igreja da Suécia possui no Brasil e com a IECLB. Ao perguntar sobre como foi esse processo da aceitação do casamento homoafetivo na Igreja da Suécia, ela diz que foi bem longo

¹⁸ Fala original: *In 2009 Church of Sweden made the decision that both Couples of different sexes and of the same sex can be married in Church of Sweden. This decision was taken after a long discussion and many different researches had been made [...]. There was definitely a lot of arguments and some conflicts within the Church prior to the decision. There has even been people leaving Church of Sweden because of the decision. But for Church of Sweden the decision to allow same sex Couples to marry was very important. We (because I agree with it) Believe that all good and true love ultimately comes from god, and that this love exists in Couples both of different sexes and of the same sex - it is the same kind of love. [...] Therefore, the sex/gender of the people in the couple is irrelevant. [...] And Jesus also never speaks about homosexuality, neither in a positive or negative way. For me, it is nothing strange with the Church of Sweden decision to marry same-sex Couples. I fully Believe that God support all good love in the World and makes no difference between peoples sexes and if they love a person of the same sex or of a different sex. I am proud and happy to belong to a Church that has made this stance for the equality and love of everyone, no matter who they love.*

com mais de 10 anos de discussões na igreja, abordando temas teológicos relacionados ao matrimônio e com palestras públicas com diferentes posições das/dos teólogas/os, algumas/ns a favor, outras/os contra, mas que isso, a temática da homossexualidade, não foi um problema para a igreja¹⁹:

Quando você casa na igreja você também casa no civil, é a mesma coisa. Então, quando o governo decidiu que era a mesma coisa o casamento homossexual ou heterossexual, então a igreja teve que tomar uma decisão. O que vamos fazer? Porque ou a gente perde o direito do casamento porque não aceitamos o casamento homossexual, ou aceitamos o casamento homossexual. Esse foi também o último processo, porque já tínhamos mais de 10 anos a trabalhar o tema da homossexualidade dentro da igreja. E a verdade que a grande maioria da igreja aceita, não acha isso um problema. Nós temos uma bispa que é homossexual, em Estocolmo, casada com uma mulher. Elas têm uma criança e isso não é problema para as pessoas. As pessoas podem gostar dela ou não gostar, mas não tem a ver com a sua orientação sexual. Eu nunca ouvi que elas foram chamadas de, assim, que não podem ser pastoras, não podem ser bispas. Até ela é bem radical em defender os direitos imigrantes, então os grupos mais conservadores da Suécia, que não gostam dos imigrantes, eles criticam muito ela, mas nem eles criticam ela por ser homossexual, criticam ela pela posição política de aceitar os imigrantes (Pastora Naomi, 2015).

De acordo com a pastora, um dos maiores problemas em relação a aceitação da união homoafetiva na Igreja da Suécia foi com relação as igrejas parceiras de outros países. Essas “igrejas irmãs”, como ela se refere, principalmente as igrejas do continente africano, quase romperam relação com a Igreja da Suécia, pois elas acreditavam que não podiam ser irmãs de uma igreja tão “radical”.

Uma jovem sueca, Annika, fala um pouco mais sobre o posicionamento das igrejas parceiras²⁰:

A Igreja da Suécia tem muitas relações com outras igrejas de todo o mundo, e houve alguns problemas com elas quando decidimos que iríamos casar pessoas do mesmo sexo. Algumas igrejas conservadoras em outros países não quiseram continuar nosso relacionamento quando foi aceito o casamento de pessoas do mesmo sexo. Eu acho que isso é triste, porque mesmo que as outras igrejas não aceitem o casamento de pessoas do mesmo sexo, elas poderiam ainda manter uma relação com a Igreja da Suécia, porque todos nós acreditamos no mesmo Deus. E eu realmente

¹⁹ Essa entrevista foi realizada de forma oral, em língua portuguesa, no dia 07 de agosto de 2015, durante o IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, na EST em São Leopoldo/RS, gravada e posteriormente transcrita.

²⁰ Entrevista realizada de forma escrita via rede social em 2013, quando questiono sobre o casamento homoafetivo na Igreja da Suécia. Annika viveu no Brasil, entre os meses de setembro e novembro de 2012, sendo recebida em minha casa durante o mês de setembro e tendo a oportunidade de conhecer um pouco sobre a IECLB.

espero que um dia o casamento entre pessoas do mesmo sexo seja aceito na IECLB também²¹ (Annika, 2013).

Outra jovem sueca, Freya, quando fala sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo diz que um bom exemplo é o da sua própria comunidade²²:

Se Deus não gosta de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, ele não o teria criado. Um bom exemplo da minha opinião sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo na igreja é uma pastora na minha paróquia. Ela é homossexual e pastora. Sua companheira, uma mulher, é uma pastora também e elas vão se casar neste verão em *Uppsala*. Duas pastoras mulheres e homossexuais que irão se casar²³ (Freya, 2013).

O que percebo nas falas dessas jovens, e nas demais pessoas com quem conversei sobre a união de pessoas do mesmo sexo na Igreja da Suécia, é que se fala desse assunto com muita naturalidade e que em si, não parece um problema. Inclusive se referem muito a questão do amor, como uma referência muito maior. Pode-se observar esse posicionamento na fala de Stieg (2013)²⁴, quando diz que: “o amor é a coisa mais importante para nós como cristãos. Tanto o amor um ao outro e a Deus. Mas Jesus nunca especificou quem nos é permitido ao amor e de que maneira nos é. Tudo o que ele disse foi ‘ame’²⁵”.

Falo para a Pastora Naomi que quando entrevistei algumas pessoas em 2013, percebi que elas/eles tinham um discurso muito forte sobre a questão do amor, colocando que se duas pessoas se amam, quem seriam elas/eles para julgar ou dizer que isso era errado. Ela diz que: “Esse é o discurso base, que o amor não tem limites... amor é amor” (Pastora Naomi, 2015).

Assim, vejo que essas pessoas, ligadas de alguma forma com a Igreja da Suécia, abordam uma visão sobre a união homoafetiva baseando-se em uma

²¹ Fala original: *The church of Sweden has a lot of relationships with other churches all over the world, and there was some problems with them when we decided we would marry people of the same sex. Some conservative churches in other countries did not want to continue our relationship when it was accepted to marry people of the same sex. I think this is sad because even though the other churches don't believe in same-sexed married, they should still be able to have a relationship to the church of sweden because we all believe in the same God. And I really hope that one day it will be accepted with same-sexed married in the IECLB also.*

²² Essa entrevista também foi realizada de forma escrita, via rede social em 2013.

²³ Fala original: *If God don't like relations between persons of the same sex, he had not create it. A good example of the opinion of about marriage between persons of the same sex in the swedish church is one pastor in my assembly. She is homosexual and a pastor. Her partner, a women, is a pastor to and they will marry this summer in Uppsala. Two pastors who is women and homosexual and will marry.*

²⁴ Entrevista realizada de forma escrita, via rede social em 2013.

²⁵ Fala original: *That love is the most important thing to us as Christians. Both the love to each other and the live to God. But Jesus never specified who we where allowed to love and in what way we where allowed to love. All he said was "love".*

interpretação bíblica de que o amor deve ser aceito independente do sexo das pessoas. Uma abordagem também sobre igualdade e respeito. E assim, voltei meu olhar para o Brasil, tentando descobrir agora em qual sentido se direcionarão as falas de minhas/meus próximas/os interlocutoras/es e como a IECLB têm se posicionado frente ao debate sobre a homossexualidade.

E como me diz a pastora Astrid, em frase que utilizo como título desse ponto, pois creio que não conseguiria encontrar uma frase que melhor pudesse dizer sobre a intenção dessa pesquisa... “Eu não acredito que as coisas que aumentam a quantidade de amor no mundo sejam ruins, eu acredito que é maravilhoso e não deve ser interrompido, mas deve ser apoiada e aceita”²⁶.

1.3. Uma breve contextualização histórica da IECLB

Antes de partir para a análise dos documentos e a posição da IECLB sobre a homossexualidade, apresento um breve contexto histórico da formação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, para melhor contextualizar de que forma ela se organiza.

As primeiras comunidades luteranas no Brasil se organizaram com a chegada das/dos primeiras/os imigrantes alemães por volta de 1824, que se concentram principalmente no sul do país. Altmann ressalta que “a expansão do capitalismo europeu contribuiu para o avanço das missões protestantes no mundo no decorrer do século XIX e, de certa forma também no Brasil” (2007, p. 54). A autora salienta que essas pessoas, vindas à procura de melhores condições de vida se depararam com “desafios não imaginados”, como a língua, diferenças culturais e climáticas, e foi por meio da partilha dos mesmos costumes culturais e religiosos que eles foram formando as primeiras comunidades evangélicas no Brasil:

A fé evangélica foi um dos aspectos integrantes da reconstrução identitária destas famílias, a partir do novo contexto em que estavam vivendo. Elas buscaram, então, formar grupos comunitários para ler a Bíblia, entoar hinos, batizar crianças, realizar bênçãos matrimoniais, sepultar os mortos e celebrar utilizando sua língua materna. Começam, então, a se formar as

²⁶ Fala original: *I do not Believe that things which increases the amount of love in the World is bad, I Believe it is wonderful and ought not to be stopped, but to be supported and accepted.*

primeiras comunidades evangélicas que, por muitos anos, sobreviveram sem pastores ordenados por alguma das igrejas evangélicas territoriais alemãs (ALTMANN, 2007, p. 56).

Num primeiro momento, essas comunidades se organizavam de forma autônoma:

Nos primeiros quarenta anos as comunidades evangélicas, que mais tarde viriam a formar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, estavam bastante abandonadas. Organizavam suas comunidades sem muitas formalidades. De simples cultos domésticos evoluíram depois para comunidades, elaborando seus estatutos e elegendo as diretorias. Nas comunidades conviviam inicialmente luteranos, reformados e unidos (PORTAL LUTERANOS, 2015²⁷)

Essa situação de auto-organização perdurou até 1864, quando os primeiros pastores foram enviados da Alemanha para o Brasil. Com a vinda desses pastores, uma maior organização foi efetivada e as estruturas regionais foram se transformando em sínodos. Em 1886 surgiu o sínodo Rio-Grandense, e daí outros mais foram surgindo, juntamente com a ideia de uma igreja evangélica. Em 1924, “a Federação Alemã das Igrejas Evangélicas autorizou a filiação dos sínodos luteranos do Brasil” (ALTMANN, 2007, p. 60), fazendo com que grande parte da igreja luterana no Brasil estivesse ligada à Alemanha.

Desse modo, os sínodos formados constituíram posteriormente a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, e as comunidades luteranas se disseminaram pelo Brasil, mas constituem uma minoria no cenário religioso atual do país²⁸. Segundo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 449.779²⁹ pessoas se declaram religiosas da igreja evangélica luterana, que podem estar vinculadas tanto à IECLB, como também à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB)³⁰.

²⁷ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/a-caminho-em-terras-brasileiras>>; Acessado em 23/10/2015 às 20h.

²⁸ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/comunidades-juntas-no-caminho>>; Acessado em 25/10/2015 às 19h.

²⁹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=censodemog2010_relig> ; Acessado em 29/05/16 às 16h48min.

³⁰ A Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) surge no Brasil em 1900 “[...] com a vinda ao Brasil do pastor Christian J. Broders, um missionário da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, enviado dos Estados Unidos [...]”. Disponível em: <<http://www.ielb.org.br/a-ielb/>>; Acessado em 24/09/2016 às 17h30min. Tanto a IECLB como a IELB tem como base o luteranismo, mas há diferenças em seus posicionamentos oficiais que as tornam distintas. Uma dessas diferenças é a ordenação de mulheres no ministério pastoral, aceito pela IECLB, mas ainda não aceito pela IELB.

Hoje a IECLB se organiza em 18 Sínodos, sendo formados “[...] pelo conjunto de comunidades e paróquias existentes em uma determinada área geográfica” (WEISS DE JESUS, 2003, p. 39) e possui sua sede nacional na cidade de Porto Alegre/RS. Para melhor entender a delimitação geográfica dos Sínodos, apresento o seguinte mapa:



Figura 3. Mapa dos Sínodos da IECLB. Fonte: Portal Luteranos.

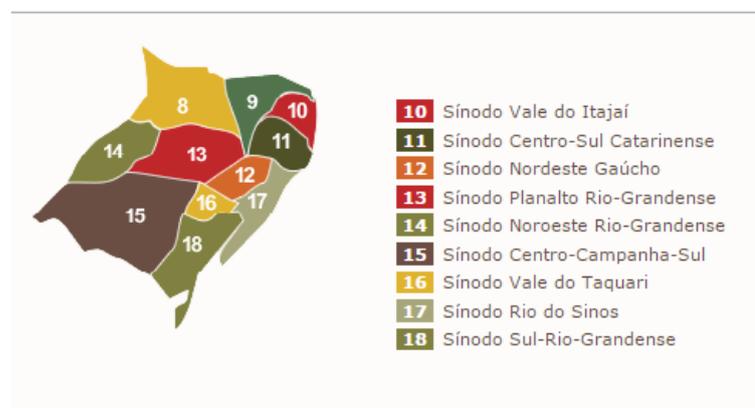


Figura 4. Mapa dos Sínodos da IECLB, região sul. Fonte: Portal Luteranos.

Nesses mapas³¹ podemos ver a divisão dos sínodos que compõe a IECLB. Cada Sínodo possui sua organização administrativa, possuindo uma/um pastora/or Sinodal que rege e orienta os trabalhos eclesiais desenvolvidos em sua área de abrangência. Dentro dos sínodos há a divisão por paróquias, que coordenam as atividades desenvolvidas pelas comunidades, possuindo seu próprio estatuto e autonomia financeira. A paróquia também possui uma organização interna, gerida por uma diretoria formada por pessoas leigas e com a orientação da pastora ou pastor responsável por aquela paróquia, administrando as atividades locais que lhe competem (CONSTITUIÇÃO DA IECLB³²).

Para entender melhor a estrutura organizacional da IECLB, exponho o seguinte organograma³³:

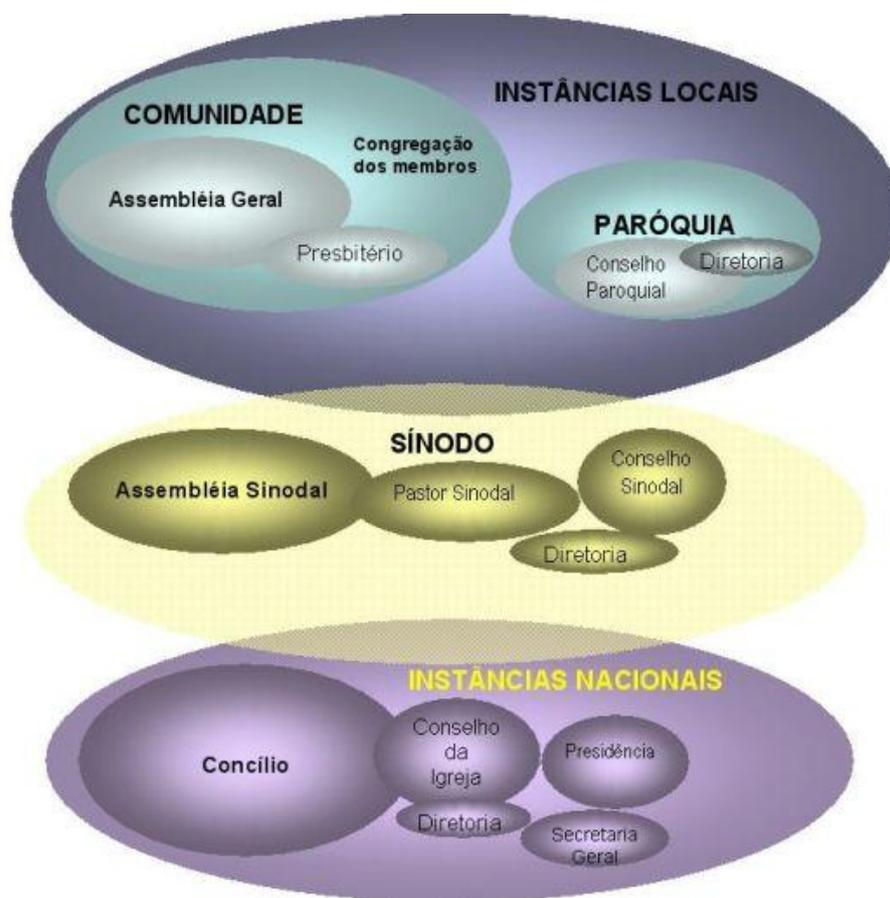


Figura 5. Organograma IECLB. Fonte: Portal Luteranos.

³¹ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/mapa>>; Acessado em 25/10/2015 às 19h20min.

³² Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/governanca-suporte-normativo/constituicao-da-ieclb-1>; Acessado em: 19/11/2015 às 13h15min.

³³ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/estrutura>>; Acessado em: 19/11/2015 às 15h.

O concílio nacional é o órgão máximo de representação da IECLB, decidindo sobre as questões de interesse da igreja. Já a comunidade é a base da igreja, congregando as/os membros e promovendo atividades e a orientação teológica dentro de seu fundamento religioso (REGIMENTO INTERNO DA IECLB³⁴).

O Sínodo Sul-Rio-Grandense, no qual realizarei a inserção etnográfica, se localiza na área geográfica número 18 do mapa, sendo ele composto por 19 Paróquias, com 104 comunidades e 28 ministras/os³⁵ atuantes nas paróquias³⁶.

Essa breve apresentação sobre a IECLB se faz necessária para a compreensão, mesmo que brevemente, sua estrutura e organização.

1.4. O que os documentos da IECLB nos dizem sobre a homossexualidade

Nesse ponto tenho como objetivo apresentar os posicionamentos da IECLB sobre a homossexualidade no contexto religioso. Para isso irei analisar alguns documentos e cartas do Conselho da Igreja do período de 1988 a 2011, acessados no Portal Luteranos, site oficial da IECLB, que apresentam elementos importantes para essa discussão. Documentos e notas de outras representações, como o Conselho Nacional da Juventude Evangélica – CONAJE, defendendo a diversidade na criação de Deus e nota da Rede Ecumênica de Juventude – REJU, repudiando o estatuto da família, também serão importantes para essa reflexão, bem como, a carta do movimento Inclusão Luterana pedindo uma nova manifestação por parte da IECLB sobre o tema da homossexualidade. Através desses documentos da IECLB, abordo e reflito os posicionamentos adotados a nível nacional sobre o tema da homossexualidade, apresentando-os em uma ordem cronológica, sendo todos eles consultados através do site Portal Luteranos.

³⁴ Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/governanca-suporte-normativo/regimento-interno-da-ieclb-1>; Acessado em: 19/11/2015 às 14h45min.

³⁵ A IECLB possui quatro ministérios ordenados: ministério pastoral; ministério catequético; ministério diaconal e ministério missionário. Para mais informações sobre a competência de cada ministério acesse: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/ministerios>>; Acessado em: 24/09/2016 às 17h45min.

³⁶ Informações disponível no site Portal Luteranos. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/enderecos/sul-rio-grandense>>; Acessado em: 28/06/2016 às 20h.

“Deus acolhe todas as pessoas por sua graça e pelo seu amor” são as palavras encontradas quando acessamos o site oficial da IECLB, seguindo de que “a comunidade torna-se lugar de acolhida de todas as pessoas” (PORTAL LUTERANOS, 2015³⁷). Diante disso, pergunto-me: quem são todas essas pessoas e como a homossexualidade é entendida dentro desse grupo religioso?

Assim, o primeiro documento que utilizo para essa discussão trata-se de uma carta pastoral³⁸, datada de 1988 que aborda a questão da discriminação e defende a diversidade da criação humana, afirmando que as diferenças existentes entre os seres humanos são parte da criação divina, não sendo correto reagir com agressão frente a essa diversidade. A carta em si, possui um direcionamento para a discriminação racial, focando a discriminação que pessoas negras sofrem em nossa sociedade. Mesmo assim, aborda e defende a diversidade humana. Esse ponto sobre a diversidade humana nos dá espaço também para uma discussão sobre a diversidade sexual.

O próximo documento (ANEXO A), datado de 1999, fala especificamente sobre a homossexualidade³⁹. Escrito na época da páscoa e pentecostes, diz que Deus acolhe todas as pessoas e que enquanto comunidade cristã não podem “[...] aceitar que pessoas sejam marginalizadas ou excluídas da convivência social e comunitária”. O documento reconhece que gays e lésbicas são excluídos culturalmente e também religiosamente, e ainda, salienta a dificuldade da comunidade cristã em lidar com pessoas de “orientação homossexual”. O documento também afirma que “[...] entre os que debatem o assunto, não há nenhuma dúvida de que Deus ama as pessoas que se sentem atraídas sexualmente para o mesmo sexo tanto quanto as outras atraídas para o sexo oposto”.

Este documento aponta ainda para dois posicionamentos sobre a homossexualidade: “Um grupo vê a homossexualidade como uma orientação que deve ser corrigida [...]”, sustentando essas posições principalmente através da passagem sobre a criação do mundo, na qual Deus teria criado a mulher para o homem e o homem para a mulher. O outro posicionamento defende a

³⁷ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/comunidade>>; Acessado em 19/11/2015 às 15h45min.

³⁸ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/discriminacao-1>>; Acessado em 24/11/2015 às 20h23min.

³⁹ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/homossexualidade-1999>>; Acessado em 24/11/2015 às 20h38min.

homossexualidade como imutável, não passível de “correção”, tomando como base também passagens bíblicas.

Em 2001 há um documento sobre a posição do Conselho da Igreja frente ao Ministério Eclesiástico⁴⁰ e a homossexualidade⁴¹ (ANEXO B). O documento afirma, como nos anteriores, o amor de Deus por todas as pessoas e que a sexualidade também faz parte da criação divina. Ao se referir à homossexualidade, o documento diz que: “[...] há na atualidade em muitas igrejas cristãs um intenso debate quanto à sua natureza e quanto à correta interpretação bíblica a seu respeito”. Aponta ainda que na ciência e nas passagens bíblicas não há uma certeza sobre sua natureza, e assim, a IECLB também não possui ainda um consenso, pois há posicionamentos antagônicos no que se refere à homossexualidade.

De acordo com Musskopf, este documento teria como objetivo:

[...] apresentar à IECLB um posicionamento oficial que possa orientar e definir o tratamento de pessoas homossexuais que objetivam assumir o Ministério Ordenado nesta Igreja. Ele inicia fazendo considerações gerais sobre sexualidade humana afirmando, como na Carta Pastoral, que “nenhuma pessoa é salva por causa do seu comportamento sexual” e que “a fé em Jesus Cristo [...] nos leva a viver a nossa sexualidade em respeito ao matrimônio e ao próximo” (MUSSKOPF, 2004, p. 105).

O documento salienta ainda que na prática deve-se ter uma “[...] sensibilidade pastoral, tanto para com as pessoas homossexuais quanto para com as famílias e as comunidades em cujo meio essas pessoas vivem”. Ao tratar sobre o Ministério Eclesiástico Ordenado, menciona o cuidado com o comportamento sexual, “[...] para que as suas atitudes nesta área não se tornem escândalo e empecilho para os membros da Igreja” ressaltando que “isso” vale igualmente para pessoas heterossexuais. No último item do documento podemos ler que:

Não negamos que pessoas homossexuais, que vivem a sua condição sem causar escândalo, podem realizar um trabalho abençoado na comunidade, ao colocarem a serviço do Evangelho os dons que Deus lhes deu. Mas constatamos também que, no momento atual da Igreja, não há condições de uma pessoa homossexual praticante assumir o exercício público do ministério eclesial na IECLB (PORTAL LUTERANOS, 2015).

⁴⁰ “O ministério eclesial foi instituído para, através da pregação do evangelho e da administração dos sacramentos, despertar e alimentar a fé, edificando comunidade missionária, sendo que todos os ministérios específicos dele derivados estão comprometidos a cooperar com este objetivo” (PORTAL LUTERANOS). Para mais informações consulte o site Portal Luteranos: Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/ministerios>>; Acessado em: 24/09/2016 às 20h40min.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/ministerio-ecclesiastico-e-homossexualidade-2001>>; Acessado em: 24/11/2015 às 21h20min.

Sobre essa última passagem do documento há um ponto interessante para problematizarmos: quando coloca-se que “pessoas homossexuais, que vivem a sua condição sem causar escândalo, podem realizar um trabalho abençoado na comunidade”, o que o documento quer dizer, quando aponta para “sem causar escândalo”? Seria viver sua sexualidade de forma reprimida, ou melhor, não vivê-la, assumindo padrões heteronormativos e assim se estaria apto a realizar um bom trabalho dentro da comunidade religiosa? De acordo com Musskopf (2004, p. 108): “[...] é possível entender esta exigência também pelo fato de, para muitas pessoas, a homossexualidade em si ser considerada um escândalo e afronta”. Sobre a abordagem do Ministério Eclesiástico Ordenado e a homossexualidade, o autor ainda salienta que este documento:

[...] não se propõe a ser última palavra neste assunto e pressupõe mudanças que possam vir a abrir a possibilidade para que pessoas homossexuais atuem como ministros da Igreja. Isto fica claro quando o documento afirma que “no momento atual da Igreja, não há condições...”. Embora, outra vez, não fique claro porque não há condições pressupõe-se que pode haver (ou haverá) algum momento em que estas condições estarão dadas e não haverá empecilho para a ordenação de pessoas homossexuais. [...] Nesse sentido, parece importante que se continue o processo de discussão, não só no nível das lideranças, mas também no nível comunitário (MUSSKOPF, 2004, p. 109).

Em 2011, a presidência da IECLB divulgou uma carta pastoral sobre a sexualidade humana e a homossexualidade⁴² (ANEXO C). O documento começa expondo a motivação de sua escrita, que se dá devido à decisão do Supremo Tribunal Federal em reconhecer as uniões estáveis homoafetivas, reconhecendo-as como entidades familiares. O segundo fato para esta carta ser escrita, seria o Projeto de Lei nº 122/2006⁴³, que pretenda criminalizar a homofobia. A carta ainda afirma que a homossexualidade já foi abordada em duas cartas da presidência da IECLB, uma em 1999 e a outra em 2001, ambas citadas acima.

Este novo documento reconhece a dificuldade em lidar com o tema da homossexualidade e diz que a IECLB não conseguiu avançar nessa discussão, mas salienta, como nas cartas publicadas anteriormente, o amor de Deus por todas as pessoas. O documento aponta também para o fato que de a presidência não emitirá uma posição sem “consulta e diálogo prévios com outras instâncias constituídas”,

⁴² Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/sexualidade-humana-homoafetividade-2011>>; Acessado em: 25/11/2015 às 19h23min.

⁴³ Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>; Acessado em: 25/11/2015 às 23h37min.

mas que como IECLB, acolherá a decisão do STF. Isto porque, segundo a carta, a luta do Estado é pela “[...] superação da discriminação de pessoas e grupos, da intolerância, do preconceito, da estigmatização de comportamentos diferentes que, tantas vezes, culminam em violência, sofrimento, perseguição e, inclusive, morte”. Esta foi a última manifestação pública por parte da presidência da IECLB sobre a questão da homossexualidade no contexto religioso.

Ao tentar reativar o debate sobre a questão da homossexualidade, visando um novo posicionamento por parte da IECLB, o grupo Inclusão Luterana⁴⁴, enviou em janeiro de 2015, uma carta (ANEXO D) à presidência da IECLB. O Inclusão Luterana é um movimento que busca dar visibilidade a pessoas LGBT e também luta pela aceitação do casamento homoafetivo e a ordenação de homossexuais para o Ministério Eclesiástico. Ativo desde 2014, o grupo é formado por pessoas LGBT e simpatizantes das igrejas luteranas IECLB e IELB, no Brasil, e por simpatizantes de vinculações luteranas de outros países. Além de visarem a discussão em torno da homossexualidade no contexto religioso luterano do Brasil, o grupo procura também divulgar como está se dando esse debate em outros países que possuem alguma igreja luterana e quais já realizam a bênção matrimonial⁴⁵ para casais homoafetivos. Não obtendo resposta por parte da presidência da IECLB, em julho do mesmo ano, as/os componentes do movimento Inclusão Luterana decidiram por reenviar a carta. A carta solicita um posicionamento por parte da IECLB sobre o batismo de filhas/os de casais homossexuais e também sobre a matrícula das/os mesmas/os no ensino confirmatório, para que não aconteçam situações de exclusão. O documento pede ainda, uma nova manifestação oficial por parte da presidência da IECLB sobre a homossexualidade.

Outro manifesto importante foi o do CONAJE, no qual defende a diversidade da criação divina⁴⁶. O CONAJE é formado por jovens, representantes dos 18 sínodos da IECLB e a carta foi redigida durante um encontro desses jovens em

⁴⁴ A página do grupo Inclusão Luterana pode ser acessa via rede social, disponível em: <<https://www.facebook.com/inclusaoluterana>>.

⁴⁵ “Na bênção matrimonial na perspectiva evangélica não se trata de um sacramento, como é o caso na Igreja Católica Romana. Pois um sacramento não pode ser desfeito e onde houver separação, não há perdão. Sob a perspectiva evangélica a união é feita enquanto a vida durar, mas conta-se com a realidade do pecado e com a dureza do coração humano (Mc 10.2-12)” (PORTAL LUTERANOS). Para mais informações sobre a bênção matrimonial acesse: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/a-bencao-matrimonial-na-perspectiva-evangelica>>; Acessado em 24/09/2016 às 20h58min.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/conaje-defende-reconhecimento-e-respeito-a-multiformidade-da-criacao>>; Acessado em: 25/11/2015 às 21h35min.

agosto de 2015. O documento aponta para o respeito à “multiformidade da criação”, abordando temas como intolerância frente à diversidade, a desigualdade social, o tráfico de pessoas e a comercialização da salvação, dizendo ainda que “vivemos em uma sociedade que categoriza, cria padrões e rótulos e, conseqüentemente, desumaniza o sujeito” e que “embora olhemos o outro e a outra pelo seu vestir, raça, gênero, orientação sexual, estatura, Deus olha o coração”.

Por fim, apresento uma nota formulada pela REJU, divulgada em setembro de 2015, na qual, com o apoio de diversas organizações, se posicionam contra a aprovação do estatuto da família⁴⁷, Projeto Lei nº 6.583/13⁴⁸. Esse estatuto prevê que a família é formada somente pela união de uma mulher e um homem, excluindo as demais composições familiares, e ainda, as conquistas dos direitos dos grupos LGBT. Com a aprovação do estatuto políticas públicas e demais direitos serão retirados daquelas famílias que não se enquadram como “formadas pela união de homem e mulher”. Desse modo, a REJU, juntamente com demais organizações e entidades que assinam a nota, se posiciona contra tal estatuto, alegando a diversidade humana e a pluralidade das famílias brasileiras.

Esses documentos e notas, divulgadas tanto por parte da IECLB, como do CONAJE e REJU se fazem importantes para compreendermos o cenário de discussão sobre diversidade, família e homossexualidade no contexto atual brasileiro e religioso. Muitas vezes esses posicionamentos são elaborados frente a projetos de leis que fazem essas instituições se colocarem, defendendo ou não, a partir de sua visão religiosa.

O que podemos perceber aqui é que, diante de discussões sobre a homofobia ou outras situações de discriminação, a IECLB têm se colocado defendendo a ideia de diversidade da criação de Deus. Sobre o estatuto da família, não há uma nota oficial da IECLB, mas diversas entidades que a compõe, como o próprio CONAJE e a Fundação Luterana de Diaconia – FLD, a assinaram, se posicionando contra esse projeto de lei que visa regulamentar a composição familiar.

Assim, temos um breve panorama de como a IECLB tem tratado o tema da homossexualidade. No último capítulo, poderemos observar de forma mais densa,

⁴⁷ Disponível em: <[http://reju.org.br/blog/religiosos-religiosas-ativistas-e-nossas-familias/-/](http://reju.org.br/blog/religiosos-religiosas-ativistas-e-nossas-familias/)>; Acessado em: 25/11/2015 às 23h23min.

⁴⁸ Projeto de lei conhecido como Estatuto da Família, proposto pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR - PE). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>; Acessado em: 25/11/2015 às 23h33min.

como essas relações, discursos e posicionamentos se dão na prática, como ministras/os têm tratado esses assuntos e como a comunidade religiosa tem se colocado frente a essas temáticas.

1.5. “E viu que tudo o que havia feito era muito bom”

Esse ponto parte de uma reflexão sobre a carta de Margarete Emma Engelbrecht, pastora da IECLB em Niterói – RJ e em outras paróquias, na qual escreve uma carta intitulada “Homossexualidade na comunidade cristã” (ANEXO E). Obtive tal carta por meio da minha orientadora algum tempo atrás e julgo interessante uma breve reflexão sobre ela, justamente por tratar da homossexualidade na IECLB. Essa carta não trata sobre um posicionamento oficial da IECLB, mas de uma reflexão pessoal de Margarete para a “[...] prática de inclusão de pessoas homossexuais nas comunidades da IECLB”.

Primeiramente, a pastora traça um contexto histórico-bíblico se detendo nas cartas do apóstolo Paulo, que retrata os comportamentos ideais para a sociedade, se referindo a questão da sexualidade e também sobre o comportamento da mulher. Ela ainda destaca a passagem bíblica de Sodoma e Gomorra, utilizada muitas vezes para justificar a homossexualidade como um pecado, na qual, segundo algumas interpretações, seus habitantes teriam sido punidos pelos pecados sexuais, entre eles a homossexualidade. Sobre isso a teóloga Deifelt diz que:

[...] mesmo entre autores bíblicos há diferentes interpretações da punição contra os habitantes dessa cidade. Entre os profetas, Ezequiel, por exemplo, diz que Sodoma foi destruída porque tinha riqueza e alimento em abundância, conforto e bem-estar, mas sua população nunca ajudava os pobres e desgraçados. Entre escritores contemporâneos, muitos comentaristas concordam que o pecado de Sodoma não teria sido a homossexualidade em si, mas o estupro em massa de dois anjos. O texto menciona que todos os homens da cidade intentavam atacar os visitantes, não explicitando se tinham tendência homossexual (DEIFELT, 1999, p. 40).

Para Margarete, seria a exclusão e a falta de hospitalidade daquele povo que teria ocasionado a destruição da cidade: “A exclusão de pessoas (não merecedoras de inclusão em bênçãos, vida em comunhão plena) é, essa sim, atitude ‘sodomita’. E se essas pessoas forem ‘anjos?’”, questiona a pastora ao fazer alusão a passagem

bíblica, na qual, antes da destruição dois anjos buscam por hospedagem na cidade. Tais anjos são bem recebidos por Ló, mas afrontados pelos demais habitantes, que tentavam estuprá-los. E se essas pessoas que buscam sua inserção dentro da comunidade cristã forem anjos?

Na carta, Margarete reflete sobre a homossexualidade:

A homossexualidade, em si, não é condenada pela medicina; não é considerada “perversão” pela psicologia. Não há uma unidade científica sobre sua origem (genética, social, cultural, psicológica). Muito se estudou, nada se concluiu. A única certeza é que não é uma “escolha” da pessoa e por isso mesmo não podemos dizer que a pessoa está se submetendo ao pecado. Se a igreja condenar a homossexualidade, estaremos repetindo erros como o da igreja antiga, ao condenar Galileu, que contradizia a Bíblia ao defender que a Terra era redonda. Estaremos próximos à prática de Testemunhas de Jeová, que usam determinados textos bíblicos para não permitirem a transfusão de sangue. Homossexualidade não é “perversão”, nem “doença”, nem “opção”, nem “distúrbio”. Pode se manifestar em violência, discriminação, “bulling” social quando pensada e rotulada como tal (Homossexualidade na comunidade cristã).

Margarete aponta ainda para o fato de que não seria a homossexualidade que atrapalharia a fé, mas que nossos conceitos sobre ela poderiam sim atrapalhar. E traz reflexões acerca de que “condicionar a bênção de Deus à orientação sexual é exercer um poder sobre a vida da outra pessoa”. Ela conclui sua carta salientando: “Esquecemos ser a mão de Deus que segura irmãos e irmãs que sofrem com sua orientação sexual, que não foi escolhida nem desenvolvida. Foi assim que Deus os fez, foi assim que Deus as fez – e viu que tudo o que havia feito era muito bom”.

A palavra suja

*Ensinaram-me que tal palavra era suja. Imunda.
“Pecadora” gritavam alguns.
Outros diziam: “é doença, precisa ser curada”.
Senti o peso que tal palavra carrega.
Senti a dor e o desprezo.
A palavra não dita. A palavra maldita.
Quem se atreveria a pronunciar?
“Aqui não existe isso” diziam. Queriam esconder.
“Não é natural, é contra a lei”, mas quê lei?
Tentaram me calar, mas meu grito veio em forma de
sussurro, de poesia - e “eles” não ouviram.
O meu pecado para alguns? Amar... e só!
(Tati Müller⁴⁹)*

⁴⁹ Fragmento poético – minha autoria.

2. Percursos teóricos e metodológicos

Pensar teorias que dessem conta da discussão sobre homossexualidade e religião não foi uma tarefa fácil. No campo antropológico essas duas temáticas juntas são ainda pouco abordadas. Desse modo, recorri às áreas da antropologia, religião, sociologia e teologia. Mas, ainda assim, necessitava de uma temática recorrente nessas áreas que me desse o suporte necessário para esta discussão. Penso que refletir a homossexualidade a partir da ótica da teoria feminista e da teoria *queer*, seja o caminho que me dará sustentação para a reflexão sobre o campo de pesquisa. Desse modo, assumo a teoria feminista como um campo de conhecimento. Assim, minha base teórica e metodológica se sustenta na ótica feminista para a reflexão dos dados de campo.

Nessa perspectiva, divido esse capítulo em duas partes: na primeira parte apresento uma discussão e fundamentação teórica e na segunda, uma discussão teórico-metodológica e minha inserção no campo de pesquisa.

2.1. Pensando a antropologia através do feminismo

Era uma antiga esperança a de que o conhecimento acadêmico de inspiração feminista na antropologia não só transformaria as maneiras de escrever sobre mulheres e homens, mas transformaria também as maneiras de escrever sobre cultura e sociedade (STRATHERN, 2006, p. 19).

Pensar a antropologia através do feminismo é pensar também sobre a construção do conhecimento científico e da visão crítica. Strathern pensa em novas estratégias antropológicas e encontra no feminismo um lugar para esse debate. De acordo com Altmann (2014), Strathern “[...] considerava que o feminismo [...] colocava uma quantidade de questões para a antropologia e por isso a importância de estabelecer esse diálogo [...]” (ALTMANN, 2014, p. 135).

Strathern nos mostra também que “as desigualdades entre os sexos têm sido interpretadas como um fenômeno universal” (2006, p. 63), e que o tratamento diferencial entre os sexos parte de uma questão social, salientando que:

Refletir sobre o lugar das mulheres na sociedade leva a questionar o fundamento da própria sociedade, e essa indagação é marcada pelo conceito altamente carregado de patriarcado. As convenções sociais são vistas como muito impregnadas pelos valores apropriados e criados mais propriamente por um sexo que pelo outro, revelando uma dupla arbitrariedade: a sociedade é convenção, e é convencional que os homens nela sejam proeminentes. Espera-se da antropologia que, através da comparação de culturas, forneça evidências para ambos os aspectos. Se as mulheres são o mesmo “problema” em todas as sociedades é algo que deve ser respondido tanto em termos do que são as sociedades e do que são as relações entre os sexos (STRATHERN, 2006, p. 70).

Haraway (1995) também nos traz reflexões sobre a questão do feminismo no campo científico. O feminismo, nesse caso, “[...] tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (HARAWAY, 1995, p. 31). Esse espaço marcado pelo gênero ao qual Haraway se refere, é o espaço do conhecimento científico, baseado e sustentado por parâmetros masculinizados. Assim, a autora argumenta em favor de “[...] possibilidades que os acompanham de intervenção ativa e transformadora, postas em prática por conceitos feministas de gênero como diferença localizada socialmente, historicamente e semioticamente” (HARAWAY, 1995, p. 35). Diante do pensamento de Haraway, o feminismo corporifica a ciência, ou seja, faz o conhecimento científico enxergar o corpo feminino e contestar os saberes universais.

Outras teóricas feministas, como Franchetto, Cavalcante e Heilborn, propõem mais especificamente o diálogo entre a antropologia e o feminismo, buscando pensar a “produção intelectual que aproxima reflexão acadêmica e prática política” (1981, p. 14). Embora existam diversas correntes do feminismo, as teóricas afirmam que: “[...] há entre elas um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homem e mulher” (FRANCHETTO; CAVALCANTE; HEILLBORN, 1981, p. 16).

A teoria feminista apresenta um aporte teórico para também fundamentar esse lugar de onde falo e escrevo, além dessa aproximação científica e as experiências de vidas. Esse saber que está sendo produzido aqui, é também localizado.

Bonetti apresenta o feminismo como uma vertente teórico-metodológica como base para a pesquisa etnográfica, buscando na categoria analítico-epistemológica gênero o “[...] desafio crítico às formas de produção de conhecimento estabelecidas” (2009, p. 108). Quando falamos em feminismo estamos também falando sobre as relações de gênero e, como já exposto por Haraway (1995), o feminismo busca uma visão crítica da produção de conhecimento. De acordo com Bonetti, um dos desafios da antropologia feminista no campo brasileiro é sua aceitação do caráter político do conhecimento: “O adjetivo feminista remete a uma extrema politização e há uma resistência na academia brasileira à assunção de um caráter tão abertamente político” (2009, p. 119).

Rich, teórica e poeta feminista, já citada no capítulo anterior, expressa através de seus poemas e ensaios, as experiências que perpassam pela sua própria história de vida enquanto mulher na contemporaneidade. De acordo com Leão, a obra de Rich “[...] reflete como o sistema patriarcal discrimina as mulheres e, por consequência, os homossexuais, os negros e os pobres” (LEÃO, 2007, p. 11). Rich também reflete sobre a homossexualidade feminina e a homossexualidade masculina, e como a masculina seria mais aceita socialmente do que a feminina, isso porque, os homens já atingiram uma liberdade sexual que as mulheres ainda não. E assim, as mulheres lésbicas acabam por viver entre “[...] duas culturas de domínio masculino: a heterossexista e a homossexual patriarcal” (LEÃO, 2007, p. 33).

Em “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”, Rich nos mostra como o poder masculino reforçou a heterossexualidade sobre as mulheres, já que “[...] para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma ‘preferência’, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força” (2010, p. 35). Assim, a heterossexualidade compulsória sobre as mulheres se reforça a partir de oito conjuntos de características citada pela a autora: “Ao negar a [própria] sexualidade das mulheres”; “Ou forçá-las [à sexualidade masculina]”; “Ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção”; “Ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças”; “Ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos”; “Ao usá-las como objetos em transações masculinas”; “Ao restringir sua criatividade” e por fim, “Ao retirá-las de

amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade” (RICH, 2010, pp. 23-25).

Diante desse conjunto de características, Rich traça modelos de como o poder masculino é manifestado sobre a sexualidade das mulheres, salientado ainda que:

Algumas das formas de o poder masculino se manifestar são mais facilmente reconhecidas do que outras, ao reforçar a heterossexualidade sobre as mulheres. No entanto, cada uma das que eu listei vem adicionar-se ao feixe de forças pelo qual as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios. O cinto de castidade, o casamento infantil, o apagamento da existência lésbica (exceto quando vista como exótica ou perversa) na arte, na literatura e no cinema e a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual são algumas das formas óbvias de compulsão, as duas primeiras expressando força física, as duas outras expressando o controle da consciência feminina (RICH, 2010, p. 26).

A teóloga Deifelt (1999) também reflete sobre a heterossexualidade compulsória e a forma de poder que os homens têm exercido sobre as mulheres, questionando os valores normativos na sociedade. Para a teóloga, os principais problemas enfrentados pelas mulheres, como violência, estupro e demais atrocidades sexuais, estariam localizados dentro da heterossexualidade, pois seria uma forma de domínio dos homens sobre as mulheres. A partir desse ponto, Deifelt busca problematizar a questão da sexualidade e a homossexualidade no contexto religioso e bíblico:

Esta introdução ao assunto mostra a necessidade de problematizar a normalidade e normatividade dos nossos comportamentos sexuais. A homossexualidade nem sempre é sinônimo de libertinagem e a heterossexualidade nem sempre é sinônimo de relacionamento harmonioso. Estes são dois exemplos que relativizam os nossos pressupostos absolutos. Se a nossa posição é definir, a priori, uma atitude como certa e outra como errada, então não há como engendrar diálogo nem perceber qualquer possibilidade de respeito à posição do outro ou revisar as nossas próprias posturas. Acusar a homossexualidade de pecado, sem ver os pecados da heterossexualidade, é esquivar-se de responsabilidade ética. Há que ter muita cautela em identificar o absoluto do pecado no outro, em quem é diferente, e não identificar o seu próprio pecado de autojustificação (DEIFELT, 1999, p. 39).

A partir de uma leitura bíblica, muitos argumentam contra a homossexualidade, utilizando-se de passagens bíblicas para identificá-la como pecaminosa. Assim, Deifelt procura nos apresentar novas visões sobre a sexualidade, a partir de um fundo bíblico e teológico.

Desse modo, pensar a antropologia através do feminismo, é pensar na construção do conhecimento, possibilitando uma visão crítica e política sobre a construção normativa da sexualidade e da homossexualidade no contexto social e no contexto em que se insere essa pesquisa.

2.2. Reflexões sobre a teoria *queer* e o campo religioso

A teoria *queer*⁵⁰ é outro campo importante para essa discussão e segundo Salih, ela surge:

[...] de uma aliança [...] de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas que fecundavam e orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito. A expressão “queer” constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar, e seu radicalismo reside, pelo menos em parte, na sua resistência à definição (2012, p. 19).

Butler é também uma importante teórica para essa discussão e nos mostra que sexo e gênero são discursivamente construídos, quebrando com a “estrutura binária em que pensa o conceito de gênero” (2013, p. 8). A partir da teoria pós-estruturalista, a autora busca em seus textos “[...] facilitar uma convergência política das perspectivas feministas, gays e lésbicas sobre o gênero” (BUTLER, 2013, p. 12). De acordo com a teórica, o gênero é socialmente construído e não se apresenta de forma fixa como o sexo têm se apresentado. Ao refletir sobre a questão do sexo, Butler afirma que o sexo pode ter sido tão culturalmente construído, assim como o gênero: “[...] talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (2013, p. 25).

A autora ainda traz diversas questões para a reflexão sobre a categoria gênero:

⁵⁰ Para LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 7 e 8. “Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina”.

Haverá “um” gênero que as pessoas possuem, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa é, como implica a pergunta “Qual seu gênero?” Quando teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação? Porventura a noção de “construção” sugere que certas leis geram diferenças de gênero em conformidade com eixos universais da diferença sexual? Como e onde ocorre a construção do gênero? [...] Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2013, p. 26).

Desse modo, Butler tenta nos mostrar que sexo e gênero não são identidades fixas, mas construídas e assim, problematiza a categoria de gênero, dizendo que o “[...] gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza” (2013, p. 25), mas que são produzidos como elementos discursivos. As diferenças sexuais são marcadas e a categoria sexo é “[...] parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (BUTLER, 2010, p.153). Desse modo, a autora enfatiza que essas normas regulatórias do sexo agem de forma performativa na construção da materialidade dos corpos. A performatividade é também uma das ideias-chave de Butler: “Em vez de supor que as identidades são autoevidentes e fixas como fazem os essencialistas, o trabalho de Butler descreve os processos pelos quais a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso” (SALIH, 2012, p. 21). A identidade e o sujeito, em Butler, são construídos a partir de categorias reguladoras:

Butler está empenhada em questionar continuamente “o sujeito”, indagando através de que processos os sujeitos vêm a existir, através de que meios são construídos e como essas construções são bem-sucedidas (ou não). O “sujeito” de Butler não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação (SALIH, 2012, p. 11).

No que tange à discussão entre feminismo, homossexualidade e religião, precisamos entender, brevemente, a forma como a religião têm se estruturado na sociedade, e para isso baseio-me em Berger (1985), Bourdieu (1978; 2002) e Souza (2009).

Para Bourdieu (2002), a religião é um veículo simbólico, estruturado e estruturante dentro da sociedade:

[...] a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, pp. 33-34).

Como exposto acima, a religião possui um sistema de práticas e crenças que contribuem para a forma como percebemos o mundo. A partir dessa produção simbólica, através de linguagens e representações, as instituições religiosas acabam por reforçar a desigualdade de gênero e a relação hierarquizada entre os sexos.

É a partir dessa ideia de legitimação e ordem sagrada, expressa por Berger e Bourdieu, que a religião institui normas e uma ordem social que se estabelece a partir de um significado sagrado, visto que o ser humano “[...] enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem, dotada de significado” (BERGER, 1985, p. 39). Essas legitimações, para se tornarem efetivas, deverão ser interiorizadas pela sociedade e visam manter uma realidade socialmente definida como afirma Berger.

É diante desses conceitos de legitimação e socialização que o ser humano vai se construindo, ou se moldando dentro daquilo que é legitimado e socializado pelas instituições religiosas, situando “[...] os fenômenos humanos em um quadro cósmico de referência. A legitimidade religiosa pretende relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada” (BERGER, 1985, p. 48). Diante disso, o ser humano “[...] é tudo aquilo com que a sociedade o identificou em virtude de uma verdade cósmica, por assim dizer, e seu ser social arraiga-se na realidade sagrada do universo” (BERGER, 1985, p. 50).

Ao vincular esses conceitos de legitimação e verdade sagrada dentro da discussão sobre homossexualidade e religião, volto-me para a questão de como são legitimadas e estruturadas dentro do campo religioso o gênero e a sexualidade humana. De acordo com Souza e Lemos, “as representações de gênero produzidas e reproduzidas em nossa cultura, encontram na religião o potencial da sacralização” (2009, p. 08). Mas o que seria esse potencial de sacralização? Seria aquilo que as instituições religiosas estipulam como autoverdades, atribuindo um significado divino

ou sagrado diante das relações sexuais ou afetivas, legitimando ou não as diferentes formas de relacionamentos ou de identidade, produzindo e reproduzindo aquela “verdade” imposta, na cultura e na sociedade.

Ainda de acordo com Souza, dentro de uma ordem social que visa o homem, o rico, o branco e o heterossexual como a “normalidade”, o que foge a essa “ordem”, constituiria uma ameaça, ou seja, “a mulher, o não branco e o homossexual” (2009, p. 31). Sendo que a violência de gênero também se apresenta de forma simbólica, muitas vezes através de um discurso de “ordem natural”, o qual se daria em uma relação hierárquica entre masculino e feminino, legitimando-se através de uma ordem expressa como sagrada.

Essa verdade sagrada que parte do discurso religioso para legitimar suas crenças é exposta por Salih (2012) que, baseada nos conceitos de Butler, diz que as “[...] ideias e teorias que se apresentam como ‘verdades’ autoevidentes” são “veículos ideológicos que oprimem certos grupos sociais” (SALIH, 2012, p. 13). Um exemplo disso são as ideologias conservadoras, que consideram a homossexualidade como incorreta, anormal, imprópria, sendo que esse pensamento está presente dentro do meio religioso. Mesmo que haja exceções, nas quais grupos cristãos discutem e lutam contra essas formas de opressão, a ideologia conservadora acaba por se difundir na comunidade que pertence a esse meio, já que esta é tida como verdadeira. Seria por meio da interpretação e da contestação, que se poderia encontrar espaços para que os grupos LGBT não sejam oprimidos por tais ideologias, pois são as instituições, através de seus discursos e práticas, que nos constroem enquanto seres humanos “[...] ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero” (SALIH, 2012, p. 21).

Sobre sexualidade e religião, Louro (2001), diz que nos últimos anos essas temáticas têm se tornado um objeto de pesquisa em diversas áreas, entre elas no campo antropológico e religioso. Grossi (2010) mostra que nos estudos sobre gênero e religião a homossexualidade é um dos temas mais polêmicos ao ser abordado e que é diante dessa polêmica que surgem pesquisas sobre as “igrejas inclusivas”, que acolhem a comunidade LGBT.

A tese de Weiss de Jesus (2012), “Unindo a Cruz e o Arco-íris”, apresenta sua impressão etnográfica sobre uma “igreja inclusiva” em São Paulo, refletindo sobre a homossexualidade, as relações de gênero e a religiosidade. De acordo com

a autora, entendem-se como igrejas inclusivas aquelas que são “[...] direcionadas a uma perspectiva de inclusão e aceitação da homossexualidade como perfeitamente compatível com uma religiosidade cristã expressa por elas” (WEISS DE JESUS, 2012, pp. 66-67), não sendo exclusivas para a comunidade LGBT, incluindo todas as pessoas que se identificam com seus preceitos. As igrejas inclusivas surgem no Brasil a partir de 1990 e sua expansão não se deu “[...] apenas pela experiência de exclusão de seus líderes nas suas igrejas de origem mas, sobretudo, pela configuração de importantes diferenças teológicas e de adoção de condutas morais (sexuais) entre as próprias igrejas inclusivas” (WEISS DE JESUS, 2010, p. 132).

Natividade também nos apresenta uma etnografia realizada em igrejas evangélicas que se denominam inclusivas, buscando “[...] elucidar alguns aspectos sociais e culturais ligados à emergência de um discurso voltado para gays e lésbicas no campo religioso brasileiro” (2010, p. 91). De acordo com o autor, sua pesquisa apontou “[...] a construção de um modelo específico de homossexualidade, conjugando as ideias de respeito e igualdade entre homossexuais e heterossexuais ao tema da ‘vida cristã’” (NATIVIDADE, 2010, p. 103). Assim, Natividade (2010; 2008) nos mostra como tem se estruturado, no Brasil, essas congregações chamadas igrejas inclusivas, apresentando o surgimento de alternativas religiosas para pessoas LGBT, e ainda, trazendo maior visibilidade a esse debate sobre homossexualidade e religião dentro do campo da Antropologia.

Dentro do campo da Teologia, a discussão sobre a homossexualidade no campo religioso brasileiro e da IECLB, tem passado por Musskopf (2004; 2012, 2015). A partir das áreas da teologia feminista e da teoria *queer*, Musskopf (2004) aborda a questão da homossexualidade na IECLB e a invisibilidade provocada a esse grupo social:

A partir da Teoria *Queer*, é preciso perguntar se esta estrutura, como a maioria das estruturas sociais, não está definida segundo princípios heterocêntricos e, caso a resposta seja afirmativa, quais suas consequências, não só para homossexuais, mas para a vida da Igreja (MUSSKOPF, 2004, p. 84).

Assim, o autor reflete sobre as estruturas sociais, que organizadas de forma heteronormativa, provocam a “[...] invisibilidade de pessoas não-heterossexuais” (MUSSKOPF, 2004, p. 15), e logo, as estruturas religiosas que também se organizam dessa forma, causam a invisibilidade de pessoas homossexuais no contexto religioso. Musskopf aponta ainda para o fato de que a temática da

homossexualidade está em pauta em diversas igrejas do mundo, não somente na IECLB.

Como tal, também a Igreja está convocada a dar um testemunho profético para acabar com a discriminação, o preconceito e a violência à qual pessoas homossexuais estão expostas diariamente. Por outro lado, caso muitas das comunidades luteranas ainda não tenham se confrontado com esta situação e, por isso, consideram que isto não as toca, é preciso lembrar do silenciamento, da invisibilidade, a qual são relegadas as pessoas homossexuais. Afinal, o preconceito e a discriminação ainda são marcas fortes de uma sociedade organizada e estruturada em torno da heteronormatividade. Ainda, ao usar como argumento a ausência de pessoas homossexuais nas comunidades, a Igreja ignora o fato de que milhões de pessoas no Brasil são homossexuais e invalida o mandato e a característica diaconal e missionária de toda a Igreja Cristã. Não é mais possível enfiar a cabeça na areia e fingir que essa discussão não tem relação com a realidade da IECLB no contexto brasileiro (MUSSKOPF, 2004, p. 106).

Diante desses aspectos, o teólogo aponta para a questão de que muitas vezes, “[...] por parte da militância política e intelectual ligada a questões de sexualidade”, não se leva em consideração a religiosidade e o fato de que ela é “[...] um elemento importante, talvez imprescindível, na construção das identidades e na significação das práticas sexuais no Brasil” (MUSSKOPF, 2012, p. 109). Assim, buscando trazer contribuições para esse campo, a partir da teologia e de discussões sobre homossexualidade, Musskopf (2012) pensa sobre uma teologia *queer* no Brasil.

Mary Hunt, teóloga feminista, nos mostra como o cristianismo têm se tornado importante na socialização de mulheres e homens e nas diferenças relacionadas às questões de gênero. A autora aponta ainda para a importância da discussão da teoria *queer* no campo teológico e religioso:

As abordagens *queer* de nomeação do divino também fazem parte do novo pensamento teológico. Uma abordagem útil é a da recém-falecida pesquisadora argentina Marcella Althaus-Reid, uma teóloga da libertação feminista, que defendeu um “deus *queer*”. Essa divindade estaria libertada de pressupostos heterossexistas e livre das restrições de gênero, masculino, feminino ou qualquer permutação disso (HUNT, 2012, pp. 11-12).

Diante disso, Hunt nos mostra a importância da teoria *queer* no campo religioso e como ela têm contribuído para pesquisas dentro da área da própria teologia. A autora ainda nos diz que:

O amor entre pessoas do mesmo sexo é outro locus de luta contemporânea, que reflete a maneira como falamos sobre o divino. As

proibições católicas em relação ao amor entre pessoas do mesmo sexo baseiam-se em um Deus heteronormativo considerado parte da lei natural (HUNT, 2012, p. 17).

Assim, a partir dessa discussão sobre teoria *queer* e o campo religioso, podemos observar o quanto as religiões, principalmente a cristã, têm pregado pressupostos heteronormativos, e o quanto têm regulado e normatizado as relações afetivas e sexuais. No artigo *Eradicating the Sin of Heterosexism*, Hunt sugere que o heterossexismo seria o problema e não a homossexualidade, já que seria através do heterossexismo que se aplicaria a noção normativa da heterossexualidade. A teóloga sustenta seu argumento através do projeto teológico de justiça sexual, buscando a “[...] justiça em todas as dimensões da vida humana” (HUNT, 2005, p. 60)⁵¹, buscando estratégias para o debate sobre a homossexualidade, afirmando que o amor entre pessoas do mesmo sexo é “[...] saudável, bom, natural e santo” (HUNT, 2005, p. 60)⁵², e que pessoas homossexuais ao redor do mundo, buscam e reivindicam uma conexão e espaço dentro da vida religiosa, da qual muitas vezes são excluídas.

Diante dos aspectos abordados acima, utilizo a teoria *queer* como base para esse diálogo, buscando agora observar como a homossexualidade tem sido abordada dentro de uma das comunidades de confissão luterana na cidade de Pelotas/RS.

2.3. A inserção em campo: pensando sobre o método etnográfico

A cada caminho escolhido, nos deparamos com novas descobertas. No caminho percorrido também escolhemos se vamos seguir em frente, ou parar por ali. Os percursos metodológicos e a inserção em campo de uma pesquisa nem sempre são caminhos fáceis. Muitas vezes pensamos em parar. Mas muitas vezes também desejamos nos aprofundar nesse caminho, guiados pelo desejo e pelo mistério... o que será que iremos encontrar se seguirmos em frente, antes de embarcarmos para a próxima estação?

⁵¹ Tradução livre. Frase original: “[...] *justice in all dimensions of human life*”.

⁵² Tradução livre. Frase original: “[...] *healthy, good, natural, and holy*”.

Nesse caminho que nos leva ao encontro do “outro”, ao campo de pesquisa, Weiss de Jesus (2012) faz uma reflexão a partir de suas próprias experiências: “Quando inicia o campo?”. Também refleti sobre esse questionamento e assim como a autora, percebo que talvez meu campo também tenha começado com minhas primeiras reflexões sobre homossexualidade e religião. Talvez por isso, a necessidade de apresentar no Capítulo 1 um pouco da minha trajetória dentro da IECLB e os questionamentos que foram surgindo sobre como a igreja compreende a questão da homossexualidade.

E é assim, seguindo por caminhos desconhecidos, mas com objetivos concretos e direcionados que sigo no meu encontro com esse que é chamado o “outro”, a/o sujeita/o de pesquisa. Nessa perspectiva, apresento nesse ponto uma reflexão sobre o método etnográfico, bem como, as primeiras observações em campo, justificando e explicando as técnicas de pesquisa utilizadas.

Assumo as teorias feministas como base teórica e metodológica para esta pesquisa. Faço referências a algumas contribuições relevantes suas, como a objetividade científica feminista, as trocas intersubjetivas e o conhecimento experienciado, como abordam teóricas como Haraway (1995), bell hooks (2004), Costa (2002) e Strathern (2006). Algumas dessas discussões já foram apresentadas no ponto e capítulo anterior. Acabei, no entanto, por não utilizar o projeto político-epistemológico dos feminismos nessa reflexão metodológica sobre a pesquisa. Resultado esse que é marcada pela minha formação, não sabia como falar sobre etnografia sem utilizar “autores clássicos” que estudamos durante o curso de Antropologia. Utilizo as palavras “autores” e “clássicos” sem a linguagem inclusiva, porque me refiro a homens falando sobre a etnografia. Muitos “destes” provavelmente contribuíram para a manutenção daquilo que eu crítico. Aqui faço a crítica ao meu próprio aprendizado. Espero que em trabalhos futuros possa me apoiar e trazer novas contribuições sobre a base teórico-metodológica dos feminismos para o campo antropológico. Sei que há contradições neste meu texto, mas nem sempre é fácil deixar certas amarras ou marcas de formação para trás.

Partindo do objetivo de identificar e aprofundar os discursos sobre a homossexualidade dentro de uma comunidade religiosa da IECLB em Pelotas, a observação participante dentro da comunidade se torna ponto fundamental para

compreender a lógica do grupo estudado. Assim, a etnografia parte desse contato direto com o “outro” e de suas interpretações e declarações.

Um dos precursores do método etnográfico, Malinowski, salienta a importância da/o pesquisadora/or apresentar de maneira clara e absolutamente honesta os dados da pesquisa. Apresentar as experiências da/o etnógrafa/o e o “relato das condições sob as quais foram feitas as observações e coleta de informações” (MALINOWSKI, 1976, p. 22) é uma condição extremamente relevante na etnografia.

Para Geertz “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (2008, pp. 04-05). Sendo a etnografia para o autor uma “descrição densa”. A imersão dentro do grupo pesquisado faz parte desse procedimento metodológico, voltando-se para a busca de estruturas de significação, como salienta o autor. Reconstruir essas “[...] ordens de significados oriundos da cultura/sociedade humana, capaz de ‘explicar’ valores sociais ou decifrar códigos simbólicos de sociedades ‘outras’” (ROCHA; ECKERT, 1998, p. 114) é uma tarefa que cabe à/ao antropóloga/o.

A observação participante, o contato com o “outro” e a vivência por determinado tempo dentro do grupo que será observado, são pontos fundamentais do método etnográfico, salientado por antropólogos como Velho (2008) e Da Matta (1984). É a partir da coleta de dados e da reflexão teórica, que poderemos perceber o conjunto das relações sociais das quais o grupo pesquisado faz parte.

Outra questão importante sobre o método etnográfico é refletir sobre como fazer essa vivência longa e profunda junto ao grupo estudado, quando este está inserido no fenômeno urbano e na dinâmica social da cidade contemporânea. Será possível realizar uma etnografia tal qual propõe Malinowski? Nessa perspectiva, precisamos também pensar o método diante deste fato. Para isso utilizo as reflexões de Magnani, que busca explorar novas possibilidades dentro do método etnográfico. O antropólogo traz reflexões e contribuições “[...] para delimitar, no amplo e vago campo da chamada ‘antropologia das sociedades complexas’, um recorte mais específico, voltado para o estudo de temas própria e especificamente urbanos” (Magnani, 2002, p. 12). O autor salienta que, quando surge a Antropologia, no fim do século XIX, ela estava preocupada com o “fenômeno da diversidade de costumes

entre os povos” (MAGNANI, 1996 p. 02), mas aponta para o fato de que essa diversidade de crenças, valores, hábitos e costumes, também são encontrados nos grandes centros urbanos. Ao se pensar na igreja ou comunidade religiosa dentro desse espaço urbano e imerso na dinâmica social da cidade contemporânea, busco neste espaço, desvendar suas crenças e valores, pois para Magnani:

[...] o que importa ao olhar antropológico não é apenas o reconhecimento e registro da diversidade cultural, nesse e em outros domínios das práticas culturais, e sim a busca do significado de tais comportamentos: são experiências humanas - de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade - e que só aparecem como exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido (MAGNANI, 1996 p. 03).

Podemos pensar que realizar uma pesquisa antropológica seja somente se aproximar e tentar desvendar aquilo que nos é “exótico”, “estranho” e “não familiar”. É através de costumes, práticas e sociedades que não nos são familiares que buscamos compreender as relações tornando esse “outro” nosso objeto de estudo. Nosso estranhamento diante do “outro” faz parte desse processo, mas Cardoso de Oliveira (2003) nos mostra um ponto importante do campo antropológico: Quando nós nos tornamos esse “outro”,

Começamos pelo nosso espanto diante do outro, absolutamente mais fácil de ocorrer (e de se compreender) na prática da pesquisa etnológica. Espanto que não é difícil de entender quando o objeto é o outro, particularmente outras sociedades, outras culturas, diferentes da nossa; ou mesmo quando, por uma atitude metodológica, nos transformamos no outro [...] e nos voltamos para o estudo de nossa própria sociedade [...] (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003, p. 14).

Nesse momento eu é que me transformo no “outro” e busco o estudo dentro da minha própria cultura.

O ambiente de uma comunidade religiosa, principalmente em se tratando da igreja luterana, é para mim um espaço extremamente familiar. Estranhar suas práticas, crenças e costumes, foi um desafio, mas “o que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido” salienta Velho (2008, p. 126 – grifos do autor). O autor ainda aponta que podemos estar habituados a um determinado cenário, mas que muitas vezes não conhecemos a fundo crenças e valores daquilo que nos é familiar. Assim, o “familiar” tem se tornado cada vez mais objeto de estudo “[...] para uma antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações

históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas” (VELHO, 2008, p. 134).

De acordo com Cicourel (1980), investigar a nossa própria sociedade, pode também implicar no modo como estabelecemos o contato inicial com o grupo. No meu caso, chegar até a comunidade base desse estudo, contou com uma cadeia de apresentações. No campo antropológico, muitas vezes antes de irmos diretamente até o grupo que pretendemos observar, é importante procurar primeiramente a autoridade daquele grupo.

O frio dessa manhã quase não permitiu que eu levantasse para meu primeiro encontro com a pastora sinodal. Mas pensei “preciso ir”. Levantei, me arrumei e liguei para o Sínodo para saber como chegar até lá. Sabia que a sede ficava perto do Colégio Sinodal, mas nada mais além disso. A secretária, que atendeu o telefone, me explicou e foi muito atenciosa, mas eu não entendi nada. Peguei o ônibus e desci no Colégio Sinodal. Cheguei ali para pedir informação de como chegar até a sede e fui... (Diário de Campo. Quinta-feira, 25 de junho de 2015).

Desse modo, com o intuito de introduzir a proposta da pesquisa e buscando o apoio por parte de representações da IECLB, entrei primeiramente em contato com a pastora Sinodal do Sínodo Sul Rio-Grandense, que possui sua sede em Pelotas. Como a comunidade na qual eu realizaria a pesquisa de campo ainda não estava definida, acreditava que com uma conversa com a pastora sinodal o caminho a ser percorrido poderia se tornar mais fácil. Claro que eu já tinha um levantamento das comunidades da IECLB em Pelotas e escolhido algumas de mais fácil acesso para a realização da etnografia, mas de fato, não as conhecia e em uma conversa com a pastora sinodal, a escolha poderia ser mais direcionada.

Muitas vezes penso que o fato de eu também fazer parte do grupo que irei pesquisar, ou seja, ser também luterana me abriu portas. A pastora sinodal não me conhecia pessoalmente, mas disse no nosso primeiro encontro, após eu falar sobre minha trajetória na IECLB: “Bem que seu nome não me parecia estranho”. Outro fato que contribuiu para minha inserção no grupo foi a minha orientadora ter também formação na área da teologia e vínculo com a IECLB. As pastoras e pastores com quem conversei a conheciam. Parecia que esses fatores passavam certa confiança para aquelas/es com quem eu conversava. Em todo caso, eu não era uma estranha, pois também partilhava dos mesmos costumes. Meu objetivo foi estranhar os hábitos e crenças da comunidade na qual realizei a pesquisa, buscando descobrir mecanismos de legitimação em torno da homossexualidade na igreja.

Imergir em um campo de pesquisa, seja ele “familiar” ou “exótico” é interagir e conviver com pessoas, tratando-se também de um envolvimento subjetivo, sensível e de experimentação, como observa Clifford: “O trabalho de campo etnográfico permanece como um método notavelmente sensível” (2008, p. 19).

Já nos primeiros contatos percebi que teria que ir devagar com as perguntas e questionamentos sobre aquilo que estava me propondo a pesquisar: “Falei um pouco da minha proposta de pesquisa, indo sempre com muita calma e esperando também que ela me mostrasse alguns caminhos” (Diário de Campo. Quinta-feira, 25 de junho de 2015). Esse “método notavelmente sensível” que Clifford nos aponta, implica em perceber o momento de introduzir o assunto ou as perguntas para quais buscamos uma resposta.

Foote-Whyte (1980) também nos mostra que a observação participante parte de um laço sensível, sólido e de confiança entre pesquisadora/or e interlocutora/or:

Na medida em que sentei e ouvi, obtive respostas para perguntas que nem teria feito se tivesse obtendo informações somente através de entrevistas. Naturalmente não abandonei de todo as perguntas. Aprendi apenas a avaliar a susceptibilidade da pergunta e o meu relacionamento com as pessoas de modo que só fazia perguntas em uma área sensível quando estava seguro de que meu relacionamento com a pessoa era sólido (FOOTE-WHYTE, 1980, p. 82).

Falar sobre homossexualidade e religião é um assunto delicado no meu campo. No primeiro contato com a pastora Sinodal, ela me contava que aos poucos a IECLB está inserindo a discussão de gênero dentro das comunidades, mas me alerta que muitas/os pastoras/es ainda são conservadoras/es e não se abrem para essas novas discussões. Segundo a pastora, alguns possuem um discurso muito radical, no sentido de defenderem e se posicionarem em relação a temas como a união homoafetiva, o aborto entre outras questões, e que isso não contribuiria para a inserção desses debates no âmbito religioso. Assim, pensa que as discussões devem se dar aos poucos, conforme a compreensão de cada comunidade. Estas informações foram importantes para que eu pensasse em como chegar até minhas/meus interlocutoras/es e estabelecer um vínculo de confiança, pois como a pastora descreveu, muitas/os possuem posicionamentos conservadores e/ou radicais no tocante às questões de gênero.

Assim, a partir dessas reflexões foram priorizadas como instrumentos para a pesquisa as observações em campo, a interação e vivência com a comunidade, as entrevistas abertas e a manutenção de um diário de campo.

Antes de partir para o próximo ponto, ainda refletindo sobre o método etnográfico, penso ser importante pensar sobre a ética na pesquisa antropológica. Como já exposto no capítulo anterior, optarei pelo uso de nomes fictícios para me referir as/aos minhas/meus interlocutoras/res. Fonseca é uma antropóloga que se utiliza do anonimato em suas pesquisas, mas também levanta uma crítica nos fazendo pensar em quais seriam os fatores que nos levam a utilizar esse recurso: “quais coisas ‘repreensíveis’ estava contando sobre eles que sentia-se dessa forma incumbido a esconder suas identidades?” (FONSECA, 2008, p. 42). A antropóloga salienta ainda que: “no entanto, na tensão do debate, acho importante lembrar que existe determinado estilo etnográfico em que há bons motivos para manter o anonimato” (FONSECA, 2008, p. 15). No caso desta pesquisa, pensando que a temática que será abordada pode ainda ser um assunto delicado para algumas pessoas, farei o uso do anonimato visando preservar a identidade de minhas/meus interlocutoras/es.

2.4. As primeiras abordagens: delimitando o campo

Para chegar até a comunidade na qual eu realizei a etnografia, contei com o apoio da pastora Sinodal, que chamarei de Ester. Em nosso encontro Ester me deu uma agenda Sinodal na qual constavam diversas informações sobre o Sínodo, inclusive endereços e telefones para contatar as comunidades e as/os ministras/os do Sínodo. Depois, me apresentou um material de divulgação “Estudos sobre Gênero”, utilizado em 2013 pela IECLB, contando com diversos artigos sobre relações de gênero, equidade, justiça, linguagem inclusiva, entre outros assuntos. Disse-me também, que a edição do jornal do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)⁵³ para o mês de julho de 2015 teria a temática de gênero, na qual um artigo dela seria publicado. Ela imprimiu e me deu o artigo, mesmo sem

⁵³ O CAPA foi criado em 1978, pela IECLB incentivando a agricultura familiar e agroecologia. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/page/apresentacao/>>; Acessado em: 27/09/2016 às 9h07min.

estar publicado. O artigo escrito pela pastora falava sobre a importância das mulheres no meio religioso e reflete sobre o fato de que quando pensamos em personagens bíblicos logo nos vem a mente personagens homens. Assim, seu texto expressa a liderança exercida pelas mulheres, mas muitas vezes esquecidas pela história.

Ester falou um pouco sobre as mulheres pastoras atuantes no Sínodo, pois seriam elas que se mostrariam mais abertas a tal discussão. Perguntei sobre o número de pastoras atuando no Sínodo e ela diz que de 30 ministras/os, 12 são mulheres. Diz ainda que considera um número razoável, visto que em outras regiões a representatividade de mulheres pastoras pode ser inferior. Desse modo, Ester me indicou, o que ela apontou como pastoras não conservadoras e dispostas a debater sobre esse tema.

Perguntei à pastora sobre seu interesse pela teologia e ela contou-me que sua mãe era contra ela estudar teologia, pois considerava o pastorado como coisa para homem. Mesmo assim, ela se decidiu por estudar. Disse que ainda hoje algumas comunidades não querem mulheres como pastoras e que quando ela iniciou seu trabalho dentro da IECLB, a comunidade para a qual foi destinada a atuar, não a queria. Como naquela época havia uma falta de pastores, o presidente Sinodal da época disse aos membros da comunidade que se não a aceitassem, ficariam sem ninguém. Ester diz que muitas vezes o fato de uma mulher não ser aceita como pastora é porque nunca teve uma mulher nessa posição e a comunidade não conhecia o trabalho pastoral desenvolvido por uma mulher.

Pergunto a Ester se a ordenação de mulheres na IECLB é algo recente. Ela diz que sim e que há pouco tempo atrás o pastorado era visto como uma atividade masculina. Em 2012 comemoraram-se os 30 anos da primeira ordenação de uma mulher na IECLB. Perguntei ainda sobre como havia surgido seu interesse pela questão de gênero. Ester diz que durante sua graduação em Teologia, na EST, participava do grupo de mulheres, que se reunia toda semana. Considera que a disciplina de Teologia Feminista foi importante para seu interesse e conta ainda que os homens de sua turma não gostavam dessa disciplina.

Por fim, perguntei se ela achava interessante minha pesquisa e se poderia trazer contribuições. Ela responde dizendo que sim, achava muito interessante e que ao abordar essas questões, novas discussões poderiam ser introduzidas para se

pensar as questões de gênero e sexualidade. Assim, levando em consideração suas indicações sigo para a próxima parada:

Ela me falou um pouco das pastoras atuantes no Sínodo e me indicou quem seria mais interessante conversar nesse primeiro momento, já que se travavam de pastoras não conservadoras e dispostas a debater sobre esse tema. Uma das comunidades que ela me indicou, para me aproximar e fazer um acompanhamento, foi a comunidade Reconciliação (Diário de campo. Quinta-feira, 25 de junho de 2015).

Diante das indicações da pastora Ester, marquei por e-mail uma conversa com a pastora Sara, da Paróquia Trindade.

Se em outro momento foi o frio que quase não me permitiu sair de casa, hoje foi a chuva. Chovia muito. [...] As ruas estavam completamente alagadas. Minha sorte foi que a parada do ônibus ficava exatamente no sentindo que eu deveria seguir para chegar até a comunidade São Lucas, local de nosso encontro. Se a parada ficasse do outro lado da rua, nem sei como faria para atravessar. Seguindo pela rua, pedi informação para uma senhora sobre onde ficava a comunidade São Lucas, ela me apontou, estava a apenas a alguns metros do local. Ao chegar fui recebida pela pastora Sara e seu marido, também pastor da Paróquia (Diário de campo. Quinta-feira, 24 de setembro de 2015).

Expliquei para a pastora Sara a ideia do projeto, sendo que nesse primeiro momento a intensão foi nos conhecermos, já que até então só havíamos nos falado por e-mail. Contei sobre meu projeto de pesquisa e o interesse nas temáticas sobre gênero e sexualidade na igreja. Sara me disse que esse é um assunto bem interessante, mas também delicado, e que talvez eu encontre posicionamentos bem opostos sobre esses temas dentro da comunidade. A pastora salientou ainda que as pessoas mais velhas são bem conservadoras, mas que entre as/os jovens a temática da homossexualidade já foi discutida, partindo delas/deles o interesse.

Falamos também sobre o trabalho das mulheres dentro das comunidades. Entendo as mulheres como a base da comunidade na IECLB. Cito o exemplo das festas organizadas em minha comunidade, na qual são as mulheres que se envolvem na parte de organização e preparo da comida e sem esses preparativos básicos, tais festividades não aconteceriam. Sara concorda e diz que muitos ainda interpretam passagens da Bíblia como a mulher sendo inferior e secundária ao homem. Pergunto a ela: “é uma questão de interpretação então?”. Sara concorda.

No decorrer da conversa o pastor Arthur também ia fazendo algumas intervenções me contando sobre os trabalhos desenvolvidos na paróquia. Ao mesmo tempo em que ela vai me mostrando alguns materiais, vamos conversando e volto à

questão da homossexualidade, perguntando o que ela pensa sobre a temática. Sara diz que a IECLB não tem um posicionamento oficial sobre isso, que apenas diz, “vamos incluir as pessoas”. A Pastora se mostra aberta, mas diz que necessita seguir o posicionamento da IECLB e que não poderia realizar um casamento homoafetivo só porque concorda com isso.

A IECLB têm se posicionado a partir do discurso de incluir as pessoas, como salienta Sara, mas ainda assim, não apresenta formas de como realizar essa inclusão, limitando também os posicionamentos em termos de liberdade pessoal das/os pastoras/es no que tange à realização do casamento homoafetivo.

Assim, a partir dessas primeiras interlocuções, vou delimitando as comunidades religiosas que irei observar e frequentar para a realização desta etnografia, que estão inseridas geograficamente em uma zona periférica da cidade de Pelotas. A Comunidade São Lucas, fundada em 1963 e situada no bairro Santa Terezinha e Comunidade Reconciliação, fundada em 1990 e situada no bairro Lindóia, que fazem parte da Paróquia Trindade, que também conta com um Ponto de Pregação na Vila Peres. O número de membros da Paróquia é aproximadamente de 1.730 pessoas.

Na Paróquia Trindade delimito minhas observações ao grupo de jovens, que leva o nome de JETRI – Juventude Evangélica Trindade. Decidi por delimitar a pesquisa ao grupo de jovens pela sua maior abertura em discutir assuntos como homossexualidade, família, mulher no contexto social e religioso, casamento homoafetivo, entres outros assuntos que permearam as discussões. Meu objetivo foi compreender como as pessoas que integravam o grupo pensavam a temática da homossexualidade. Ressalto ainda que, essas/es jovens possuem idade entre 16 a 27 anos, e algumas/ns mais de 30 anos. São pessoas brancas, heterossexuais e a maioria provém de famílias de classe média. Estudam (ensino médio, graduação e pós-graduação) e/ou trabalham e estão inseridos na igreja (IECLB) desde a infância.

Paralelo às observações de campo, busquei também realizar uma sondagem a nível Sinodal para assim identificar os discursos sobre homossexualidade das/os ministras/os atuantes no Sínodo Sul-Rio-Grandense. Essa sondagem aconteceu através de um questionário (APÊNDICE A) dirigido as/aos ministras/os do Sínodo, juntamente com uma carta de apresentação (APÊNDICE B). Esse material foi enviado por e-mail, cujos endereços foram obtidos através da Agenda Sinodal de

2015, na qual são encontradas diversas informações sobre as paróquias, comunidades, contatos das/os ministras/as e de pessoas colaboradoras do Sínodo ocupantes de diversos cargos.

Penso que a forma mais fácil de chegar às informações que eu desejo obter, seja através de perguntas sobre temáticas que têm sido debatidas no congresso nacional, como o estatuto da família, “cura gay”, união homoafetiva, etc... Pois são temáticas que circulam pelas mídias e redes sociais e mesmo que não sejam debatidas diretamente nas comunidades religiosas, as pessoas possuem uma opinião. Elaborei as perguntas de forma mais genérica e até mesmo em um sentido negativo, para nesse primeiro momento fazer uma sondagem, saber o que estão pensando sobre a homossexualidade e a constituição de uma família, que implicaria em como percebem uma família homossexual... (Diário de campo. Sexta-feira, 25 de agosto de 2015).

O questionário foi então enviado no dia 25/08/2015 para 10 ministras/os, dos quais apenas 2 o retornaram respondido. Reenviei o questionário no dia 25/09/2015 para então 26 ministros (8 que não responderam no primeiro envio e mais 18 dos quais não havia enviado no primeiro momento) e 4 retornaram respondidos, totalizando 6 questionários respondidos de 28 enviados.

A dificuldade que encontro, e que ainda não me sinto segura de falar, é que meu projeto, além de tratar as questões de gênero, é permeado principalmente por questões como a homossexualidade e a religião. É um assunto delicado ainda de se falar. Então digo primeiramente que estou investigando a posição da mulher dentro do espaço religioso, os cargos que ocupam e o trabalho que desenvolvem. Aos jovens que se dispuseram a responder o questionário, disse que a pesquisa era sobre questões de gênero, violência da mulher, questões sobre a formação da família e da união homoafetiva. Fico até nervosa quando tenho que falar a palavra homossexualidade, ou palavra do mesmo campo semântico, como homoafetiva, pois acho que a qualquer momento posso ser repreendida por estar falando sobre algo que não deve ser falado [...] Como se tratam de perguntas genéricas espero que isso não cause conflito ou constrangimento... (Diário de campo. Sábado, 24 de outubro de 2015).

No dia em que fui apresentar meu tema de pesquisa para o grupo de jovens que iria acompanhar, fiquei muito nervosa quando tive que falar as palavras homossexualidade ou homoafetividade, pois achava que a qualquer momento podia ser repreendida. Por alguns segundos me senti suja. Enquanto falava, senti o peso da palavra. A palavra que não pode ser falada, que é vista como algo negativo ou como um pecado. Senti como se eu estivesse rompendo com diversas estruturas ao propor uma discussão sobre homossexualidade e religião. Ao mesmo tempo em que me senti quebrando barreiras, senti também, sobre os ombros tudo aquilo de negativo que se sustenta em torno da palavra homossexualidade.

E, assim, percebo que a experiência etnográfica parte também dessa troca entre pesquisadora e pesquisados/as. E ao expor minhas sensações, exponho não só o efeito dessas relações, mas o que uma estrutura maior pode nos ocasionar. Textualizar essas experiências e sensações também faz parte do processo de campo. A experiência etnográfica é uma troca sutil, sensível e a “[...] observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais [...]” (CLIFFORD, 2008, p. 20). Mas experimentar em qual sentido? Se esse experimentar de Clifford estiver ligado ao textualizar também as experiências e sensações da/o antropóloga/o em campo, penso então que esta não é uma tarefa difícil. Difícil será perceber esse mesmo nervosismo que senti em outra pessoa. Como perceber e descrever essas sensações e tensões a partir do “outro”?

Nesse lugar de fronteira entre “a antropóloga” e a/o “outra/o”, busco priorizar aquilo que a antropologia coloca como o “ponto de vista da outra” ou “do outro” (CARVALHO DA ROCHA; ECKERT, 1998) e a coleta de dados para a reflexão teórica, mas me pergunto se as sensações da/o antropóloga/o também não são dados para a reflexão? Pois o tempo em campo é permeado por essas trocas intersubjetivas, na qual a/o antropóloga/o também sente e também entra em conflito, podendo ser a carga emocional e sentimental um dado sistemático (DA MATTA, 1984).

Clifford apresenta a prática etnográfica como um “[...] meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo” (2008, p. 20) dentro do grupo estudado e que o processo de escrita está completamente ligado a esse método, pois é na escrita que traduzimos a experiência vivida (CLIFFORD, 2008, p. 21). Segundo o autor a etnografia “traduz experiência em texto”, sendo que “há vários modos de realizar essa tradução, modos que trazem significativas consequências éticas e políticas” (CLIFFORD, 2008, p. 81).

Assim, apresento ao grupo de jovens minha pesquisa e num primeiro momento, utilizo com o grupo o mesmo método de envio de questionários (APÊNDICE C). De 10 jovens que se mostraram interessados em responder, 5 retornaram o questionário respondido. A opção de enviar questionários aos integrantes da JE se deu em um acordo com a pastora Sara, que também os revisou e aprovou seu conteúdo antes de seu envio as/aos integrantes do grupo. A ideia era utilizar os questionários como uma forma de aproximação das/os jovens sobre as

temáticas de gênero e de homossexualidade, e desse modo, poderiam também ver se teriam interesse em participar das entrevistas abertas.

As entrevistas abertas foram realizadas em um momento posterior, com a pastora e o pastor da paróquia e com 6 jovens participantes da JE. Dessas/es jovens, apenas 2 haviam respondido o questionário inicial. A seleção dessas/es jovens para a realização da entrevista aberta se deu pela influência ou liderança que possuíam dentro do grupo.

O beijo

*O beijo dado e o não dado
O desejo, a vontade e a cores
Tudo se mistura, tudo se confunde
Me vejo ali, a espera de uma palavra qualquer
Me vejo na luz e na sombra, como um rabisco quase perfeito
A espera de um “Deus” que não me condene
por querer te beijar
Preciso me despir daquilo que já não serve mais
E me vestir somente de amor.
(Tati Müller⁵⁴)*

⁵⁴ Fragmento poético – minha autoria.

3. “Será que iremos para o céu?”: A Homossexualidade no contexto da IECLB

No discurso de uma instituição que traça a ambiguidade de céu para as coisas “certas” e de inferno para as coisas que fazemos de “errado” na vida, a pergunta que faço é: “Será que iremos para o céu?”. Ou serão as pessoas homossexuais um rabisco imperfeito da criação Divina?

Ao escrever o fragmento “O beijo”, busco apresentar que mesmo nessa troca íntima entre pessoas que se gostam, se desejam e se amam, muitas ainda sofrem, pois são condenadas. São condenadas aos olhos da sociedade, aos olhos das religiões e aos olhos da estrutura heteronormativa em que estamos inseridas/os. Casais homoafetivos muitas vezes não se permitem esse simples fato cotidiano das relações afetivas: o beijo. Muitas/os nem mesmo se permitem viver sua sexualidade de forma plena, pois mesmo que não se diga ou não se veja, simbolicamente há elementos que condenam ou traçam como pecado a vivência de uma sexualidade que foge às normas da heteronormatividade.

Por mais que se diga que “aqui não existe isso”, a homossexualidade existe sim no contexto religioso e se não a vemos é preciso perguntar o porquê. Qual o discurso que têm se adotado sobre a homossexualidade nas comunidades religiosas? O que temos feito e discutido sobre esse tema? Ou será mais fácil calar e silenciar frente a essa questão que tem levantado discussões no interior de igrejas ao redor do mundo? E se nos calamos porque preferimos seguir nesse caminho?

Ao traçar essa discussão sobre homossexualidade no contexto religioso, busco apresentar os dados de campo e o que tem se pensado sobre esse tema. Quais os argumentos que minhas e meus interlocutoras/es têm utilizado para tratar do assunto? Como constroem esses discursos e no quê se baseiam?

3.1. As primeiras observações no grupo de jovens: uma discussão sobre gênero e sexualidade

Nos primeiros encontros fiquei um pouco sem jeito. Não pensava que a tarefa de estar em campo, como “antropóloga”, fosse tão difícil. Mas logo surgiu as brincadeiras e a interação com o grupo. “A Tatiani está observando tudo que vocês fazem e quando chegar em casa vai anotar tudo”, diz a pastora Sara de brincadeira ao grupo. A resposta vem de imediato: “a gente também já observou ela... ela tem um dread”, diz um menino do grupo. Dei risada e disse à pastora que elas/eles também estavam me observando. E assim, o clima tenso foi se quebrando e eu já me sentia parte do grupo.

Percebi que os encontros da JE seguiam mais ou menos um mesmo roteiro, iniciando com músicas, depois algum tipo de dinâmica, uma reflexão bíblica e um fechamento sobre a atividade. O número de jovens era em torno de 20, mas as pessoas não eram sempre as mesmas. Eram poucas que estavam presentes em todos os encontros.

Durante os primeiros encontros, alguns pontos me chamaram a atenção. O uso da linguagem é um deles. Numa breve discussão bíblica sobre a criação de Deus, percebo que tanto a pastora, como algumas/ns integrantes do grupo se manifestam fazendo uso do termo “ser humano”. Geralmente, estamos acostumadas/os a usar a palavra “homem” para nos referir à humanidade. Na verdade, tanto na linguagem escrita, como na oral, utilizamos uma linguagem masculina. Um exemplo disso é quando em um espaço predominantemente feminino, nos referimos a elas como “eles”, utilizando uma linguagem masculina para nos referir ao plural ou ao universal. Ou seja, o universal se expressa através de substantivos masculinos, englobando o feminino (DUMONT, 1992)⁵⁵.

Essa discussão sobre o uso da linguagem foi também observada por Beauvoir, ao abordar a construção social da mulher. A mulher é vista como o “outro”, o segundo sexo, sendo o homem o centro, representando “[...] a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos”

⁵⁵ DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**. São Paulo: EDISP, 1992. Dumont desenvolve como exemplo de “englobamento do contrário”, o texto bíblico de Gênesis (capítulo 2), ao desenvolver sua teoria da hierarquia.

(2009, p. 15). De acordo com Visnadi (2013), a língua portuguesa carrega em si o binarismo e as marcas de opressões. O que precisamos descobrir é como lutar contra essas formas de opressão. E não é por acaso que utilizo-me da linguagem inclusiva neste texto. Utilizo-a como forma de resistência. Incomoda, desassossega a/o leitora/or, mas partilho da abordagem de Xavier (2013), quando diz que a norma da gramática “[...] foi construída baseada em valores que não contemplam mais nossa atual sociedade”. A linguagem inclusiva de gênero busca desconstruir o masculino como linguagem universal e neutra.

Essas reflexões sobre o uso da linguagem inclusiva também fazem parte do universo cristão, principalmente na IECLB, que a utiliza na perspectiva da igualdade de gênero. O que me chamou atenção de fato foi as/os jovens também partilharem de tal linguagem.

Em um próximo encontro, o que me fez refletir sobre alguns pontos foi uma dinâmica em que escrevemos uma carta para alguém que estava no encontro da JE. O pastor Arthur fez uma reflexão sobre o fato de não mais escrevermos cartas à mão e quando o fazemos, geralmente são para pessoas próximas afetivamente. O pastor falou então das cartas escritas pelos apóstolos de Jesus e sobre as cartas escritas por Paulo. Na reflexão feita a partir das cartas de Paulo aos Romanos (Romanos 3:21-24), um dos versículos diz que Deus aceita todas as pessoas por meio da fé. A reflexão coordenada pelo pastor foi sobre a justificação/salvação por graça e fé. O assunto gira em torno das cobranças de valores feitas por algumas igrejas hoje, em pleno século XXI e que algumas “vendem um lugar no céu”. O pastor comenta que na época de Lutero (1483-1546), as indulgências e “pedaços de céus” também eram vendidos pela Igreja Católica e as pessoas pagavam pela “salvação”. Quando Lutero se dá conta da salvação por meio de graça e fé, ele se levanta contra os dogmas católicos, resultando nas 95 teses publicadas em 1517, dando início então a Reforma Protestante, pois Lutero já acreditava que a salvação se daria por meio de graça e fé (WESTHELLE, 2015).

A reflexão fica mais em torno da “compras de terreno no céu” e das “indulgências” hoje, mas eu penso nessa reflexão dentro do meu campo de pesquisa. Penso que se a salvação se dá por meio de graça e fé, então não importa a forma como nos vestimos, a forma como agimos com o corpo e a nossa sexualidade e relacionamentos afetivos. Ou seja, se as pessoas tiverem outras

formas de relacionamento que não a heterossexual, e se tiverem fé, elas serão “salvas” ou aceitas por Deus, dentro daquilo que a igreja prega e acredita? Durante o tempo da discussão, fiz essa reflexão interna, tive vontade de questionar o pastor, mas me contive. Talvez se essa questão específica tivesse partido de algum/a jovem eu pudesse me colocar também, mas não, esse ainda não era o momento.

Partimos para o encontro da JE de 31/10/2015. Menciono especificamente essa data aqui por se tratar de uma data posterior a duas situações importantes ocorridas, uma a nível nacional e a outra a nível municipal, que entraram como pontos de discussão desse encontro. A pastora falou que pensou durante a semana sobre o que poderia trazer como dinâmica. A escolha recaiu sobre a reflexão a respeito da prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que permite, através dele, o ingresso na universidade. O tema de redação do ENEM foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”⁵⁶, que causou uma enorme polêmica em todo o país. A pastora propôs pensarmos sobre isso. Perguntou às/aos jovens quem havia feito a prova e apenas 5 de 21 jovens presentes haviam feito. Ela distribuiu uma Bíblia para cada pessoa que havia feito a prova e pediu que as demais se juntassem em pequenos grupos ao redor de quem estava com a bíblia. Pediu que fizéssemos a leitura de Gênesis 1:26-31, e enfatizou que essa passagem falava sobre a criação do ser humano.

A pastora falou sobre nosso valor enquanto seres humanos, sobre a dignidade, o respeito que devemos ter por qualquer pessoa na sociedade e perguntou: “porque temos o nosso valor?”. Pediu então que relacionássemos essa passagem bíblica da criação do mundo, com o tema da redação do ENEM e também questionou: “Como jovens cristãos, como a gente se posiciona sobre esse assunto?”. Fiquei num grupo com duas meninas e um menino. Tentei não falar, para não influenciá-las/o com o meu posicionamento, mas as/o vi meio sem saber o que dizer sobre o assunto e tentei introduzir alguns dados para a reflexão. Uma das meninas trouxe como exemplo a questão da maternidade e disse que se fosse uma luta por igualdade de gênero, os homens também deveriam ter mais tempo ou tempo igual de licença. Tentei argumentar dizendo que essa é também uma das pautas do movimento feminista e algo importante para se discutir.

⁵⁶ Link para acesso: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/redacao-do-enem-2015-plantou-uma-semente-diz-maria-da-penha.html>>; Acessado em: 03/04/2016 às 17h.

O tempo para a reflexão foi de apenas 5 minutos. Enquanto conversávamos percebi aquele leve discurso de que os homens também sofrem, quando o menino do grupo falou sobre um comercial indiano. O comercial se passa em um ônibus e ao frear, um homem, que está em pé, cai por cima de uma mulher, que também está de pé no ônibus. A mulher então, lhe dá um tapa e, logo após, depois de outra freada, a mulher é que cai por cima do homem e desta vez ele é que lhe dá um tapa. Com esse exemplo o menino do grupo tenta mostrar que assim é que seria a igualdade de gênero, tentando argumentar que o homem também sofre violência por parte das mulheres. Digo a ele que deveríamos pensar e refletir para além desse exemplo. Pergunto o que, enquanto cristãos/aos, elas/eles poderiam fazer já que o Brasil é um dos países que possui o maior índice de violência contra a mulher e onde um LGBT é assassinado a cada 27 horas⁵⁷. Elas/eles pareceram perplexas/os com esses dados e uma menina comenta que não sabia sobre essas informações. A pastora interrompe para formarmos novamente o grande grupo e discutirmos o assunto.

Nenhum dos grupos quer começar a falar e a pastora pede então que quem fez a prova fale o que achou sobre o tema. Dos 5 que fizeram a prova, 4 eram meninos. A maioria disse que teve dificuldade de escrever sobre o tema. A discussão parece meio travada e a pastora propõe que os grupos menores coloquem para o grande grupo o que discutiram.

Um menino começa a discussão falando que no texto bíblico o ser humano foi criado à semelhança de Deus e que num primeiro momento há uma hierarquia dos seres humanos sobre os animais, mas quando o texto apresenta a criação da mulher e do homem, não se mostra hierarquia de um sobre o outro, ou seja, foram criados iguais. O menino continua falando e diz que em relação ao trabalho, algumas mulheres fazem determinadas tarefas melhor que os homens. Diz ainda que algumas pessoas não aceitam que as mulheres podem ser superiores em alguns aspectos, como o homem pode ser em outros. Num primeiro momento, ao se referir a passagem bíblica de Gênesis, o menino diz que mulher e homem foram criados sem hierarquia e depois diz que eles podem ser superiores em alguns aspectos.

⁵⁷ Informação retirada do relatório de 2015, sobre assassinato de pessoas LGBT, organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Para mais informações acesse: <<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>>. Acessado em 27/07/2016 às 15h.

Uma menina, de outro pequeno grupo, discorda do posicionamento dele e diz que os dois, mulher e homem, possuem a mesma capacidade. Entraram rapidamente na questão da capacidade física. A menina diz que muitas mulheres são boas em esportes físicos e que alguns homens não são tão bons na mesma categoria. Disse ainda, que em sua turma os meninos são chamados de gays por cursarem química. Percebi algumas risadas. A menina continua falando, que meninos cursarem química não quer dizer que são ou não gays, mas que possuem a mesma capacidade. Ela ainda citou o ato do Grupo Auto Organizado de Mulheres da UFPel, que ocorreu no dia 26/10/2015⁵⁸. O ato foi a realização de uma performance falando sobre a violência que nós mulheres sofremos todos os dias. A menina disse que esse ato não a representa e que isso não é feminismo. Tento acompanhar sua argumentação, mas vejo-a um pouco confusa, sem conseguir identificar o que realmente queria propor no debate. A pastora pergunta se alguém mais do grupo acompanhou o ato ocorrido na UFPel. Alguns dizem que viram fotos ou vídeos, mas logo percebo discordâncias com o ato.

Aqui podemos fazer a observação de que tanto temas de discussão nacional, quanto acontecimentos locais são levados para discussão, formal ou informalmente dentro das comunidades religiosas, gerando posicionamentos favoráveis ou contrários aos acontecimentos.

Passando a fala para outro grupo, um menino, diz que Deus criou igualmente homem e mulher e por isso devem ser tratados como iguais. Algo que me chamou atenção nesse encontro, é que apesar de estar se debatendo a violência contra as mulheres, são os homens que se posicionam em relação as mulheres. Mesmo havendo uma igualdade em número de mulheres e homens no grupo, são os homens que tomam a voz. São eles que falam e debatem. Vejo as meninas caladas, silenciadas e sem reação. Reflito e me pergunto se aquele não era também um tipo de violência, mesmo que simbólica. Mesmo sendo um assunto atinente a nós mulheres, os homens é que estavam falando, o que simbolicamente poderia significar, “hora de as mulheres não interromperem”. “Hora das mulheres ficarem caladas”, pois “eles” é que estão falando.

⁵⁸ Uma das matérias sobre o Ato pode ser encontrada aqui: <<http://filosofiadomarcozero.blogspot.com.br/2015/10/o-grito-das-mulheres-de-pelotas-que.html>>; Acessado em: 03/04/2016 às 18h. Diversos foram os sites e jornais que publicaram notícias sobre o Ato. Escolho essa matéria em específico por ter sido compartilhado na página do Grupo auto organizado de mulheres da UFPel, que pode ser acessada em: <<https://www.facebook.com/feministasufpel>>; Acessado em: 03/04/2016 às 18h40min.

Essa situação me faz pensar sobre a hierarquia dos gêneros e a socialização da mulher, a qual muitas vezes não é socializada para ocupar espaços de fala e de poder, como observa Souza:

As mulheres são socializadas para a submissão, a obediência, a dependência, o cuidado com o outro, enquanto os homens são socializados para exercer poder, serem obedecidos, temidos e serem independentes. Nesse processo, enquanto os homens são objetivados como seres autônomos e com poder, as mulheres são objetivadas como seres dependentes e sem poder (2009, p. 21).

A pastora voltou a falar sobre a passagem bíblica, sobre nosso valor no mundo, sobre nos tratarmos com respeito. Disse que se somos criadas/os à imagem de Deus e fazemos algo que fere nossa/o próxima/o, ferimos a Deus. A pastora reflete ainda sobre como algumas igrejas não interpretam essa passagem da criação da mesma forma que nós (luteranas/os). Ou seja, outras igrejas ou crenças reforçam a superioridade do homem, colocando a mulher como ser secundário, logo inferior.

Propondo continuidade à reflexão, a pastora traz a história de uma mulher que foi importante para a Reforma Protestante. Trata-se da história de Katherina von Bora, esposa de Martinho Lutero, líder da Reforma Protestante. A pastora diz que ao longo da história as mulheres foram esquecidas e que a história, até então, era contada do ponto de vista masculino. A reforma protestante é um marco histórico e é celebrada a cada 31 de outubro pela IECLB, dia em que Lutero publicou suas famosas 95 teses, rompendo com a Igreja Católica.

Nesses primeiros encontros, minha intenção foi apenas observar. Criar laços e contatos. Estabelecer relações como propõe Geertz (2008). Perceber quem eram as pessoas influentes dentro do grupo e me aproximar para conversas mais pessoais. Assim, nesse primeiro momento de contato com o grupo, frequentando os encontros da JE, cultos e outras atividades, como sair para comer lanche após as reuniões, percebi que minha presença foi bem aceita pelo grupo.

Durante o 2º semestre de 2015, minhas observações e participações na JE ocorreram até início de dezembro. No mês de janeiro, fui informada que a pastora e o pastor estariam de férias, assim não haveria atividades formais na paróquia. Meu retorno ao grupo se deu no dia 13/02/2016, logo após o retiro de carnaval realizado pela JE.

Nesse encontro, a pastora Sara fez uma reflexão em torno de uma figura abstrata, desenhada em papel que estava no chão. Ela pediu para dizermos o que

víamos. Cada jovem via alguma coisa diferente e dizendo para o grupo o que pecebia na figura desenhada. A pastora iniciou a reflexão solicitando que todas/os se concentrassem apenas naquela figura, ou mancha de tinta, e ninguém falou sobre o resto do papel, cheio de espaços e possibilidades. Destacou que muitas vezes a gente só se concentra em pontos negativos de uma pessoa, sem olhar para outras coisas, outras possibilidades.

A pastora realizou uma reflexão sobre o tempo de Quaresma⁵⁹ e fez a leitura de um pequeno texto. Após isso, ela pediu que cada pessoa desenhasse no espaço vazio da cartolina, um símbolo, algo que dissesse sobre nós. Alguns começam a desenhar de imediato:

Penso, penso e penso e não acho meu símbolo. Só penso em cores. Muitas cores representando a diversidade humana. Uma menina me incentiva a ir desenhar também. Digo a ela que não consigo pensar em nada além de muitas cores juntas. Começo a desenhar no papel, pequenas manchas coloridas. As/os jovens ficam curiosos, tentando saber o que estou desenhando. A menina diz para eu passar o dedo entre as cores, para misturar melhor (Diário de Campo. Sábado, 13 de fevereiro de 2016).

Após todas/os fazerem seus símbolos a pastora pergunta se alguém quer falar sobre o seu. Levantei a mão e disse que gostaria de falar, pois provavelmente ninguém estava entendendo o meu. Disse que algo que poderia me representar naquele momento e que falava sobre mim, eram aquelas cores, representando a diversidade humana, a diversidade dos povos e das raças. Que tudo e todas/os estavam interligadas/os e que precisávamos aprender a conviver com a/o “outra/o”, precisávamos aprender a respeitar, por isso cada uma das cores. E assim, após cada integrante falar sobre seu símbolo, formalmente o encontro estava encerrado. Digo aqui formalmente, pois a discussão seguiu na rua.

Na rua algumas/ns jovens conversavam sobre alguns acontecimentos do retiro de carnaval, realizado na semana anterior. Nisso surgiu a questão de que nesse retiro o pastor não havia permitido que meninos se vestissem de meninas e meninas se vestissem de meninos, coisa que elas/es faziam em outros retiros durante a “festa do ridículo”. Luna começou levantando essa questão e disse que era sobre isso que ela gostaria de falar comigo, pois não havia concordado com o pastor, visto que todos os anos elas/es faziam tal “brincadeira”. Caio, também integrante do grupo, a contesta. Diz que o pastor estava certo, pois ao se vestirem

⁵⁹ Período de quarenta dias que antecede a Páscoa.

daquela forma, elas/es poderiam influenciar as/os mais jovens que estavam no retiro, pois estes ainda não tinham sua “cabeça” formada e poderiam se deixar levar por “aquelas” atitudes. Éramos em torno de 10 jovens na roda. Outras meninas que estavam ali se posicionaram a favor de Luna e os demais meninos ficaram calados. Outro integrante da JE perguntou minha opinião sobre isso. Disse que gostaria de ouvi-los/as primeiro, para entender melhor o que aconteceu.

A discussão seguiu no sentido de que as/os mais jovens (entre 12 a 14 anos) que estavam participando do retiro, poderiam se deixar influenciar ao se vestirem com roupas do sexo oposto, por isso, na visão de Caio, estava correto o pastor e a pastora não permitirem que meninas usassem roupas consideradas masculinas e que meninos usassem roupas consideradas femininas durante a “festa”. Questiono-me aqui, se a influência a que Caio se refere seria delas/es se tornarem homossexuais por vestirem roupas consideradas do sexo oposto? A impressão que tive, é que seu discurso se encaminhava para esse sentido.

As meninas do grupo se posicionaram dizendo que não entendiam como isso poderia influenciar alguém, pois ninguém era obrigado a se vestir do sexo oposto e que faziam isso porque achavam engraçado. Nesse momento percebi que parece que as pessoas pensam que se uma menina é lésbica, ela quer se tornar “homem” e isso é uma questão de identidade de gênero e não de sexualidade. Não é porque um menino é gay que ele quer se tornar uma mulher, mas parece que é essa a ideia e argumento que elas/es apresentam, ou seja, que as roupas que a pessoa veste diria sobre sua sexualidade, mas nesse caso, pode apenas dizer sobre sua identidade de gênero.

A discussão acima expressa a ideia de uma naturalidade de que a mulher lésbica apresente características tidas como masculinas ou que seja “máscula”, como nos apresenta Fry e Macrae (1995) e o homem gay apresente traços “afeminados”, apresentando essas características como naturais e não como uma construção social.

Dentro do cenário atual, frente a transformações sociais e culturais, no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade, Louro aponta que “[...] uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo se tornam crescentemente visíveis e rotineiras; arranjos familiares se multiplicam e se modificam” sendo que essas transformações afetam também “[...] as formas de viver e de construir

identidades de gênero e sexuais” (2010, p. 10). Butler (2013), como citado no capítulo anterior, apresenta a ideia de que sexo, gênero e sexualidade são entidades construídas e não fixas. De acordo com Salih, esclarecendo-nos sobre os preceitos de Butler, diz que:

Uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero (SALIH, 2012, p. 21).

Assim, Butler nos diz que sexo, gênero e sexualidade são construídos discursivamente e a partir dessa ideia, “[...] o gênero poderia ser caracterizado como uma ‘estrutura’, um ‘molde’ ou uma ‘grade’ na qual (ou pela qual) o sujeito é ‘modelado’” (SALIH, 2012, p. 74).

Segundo Louro devemos compreender que a “[...] sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política” e ela é “[...] ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (2010, p. 11). A sexualidade não é natural. Nós, mulheres e homens não a possuímos de forma natural, sendo ela construída a partir da dimensão cultural e política em que estamos inseridas/os:

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de uma sociedade (LOURO, 2010, p. 11).

Ícaro, integrante do grupo de jovens, me explica posteriormente, que a “festa do ridículo” era um momento do retiro de carnaval em que as pessoas poderiam se vestir e se fantasiar da forma que quisessem. Como ninguém levava fantasias, acabou por se tornar comum as meninas se vestirem com as roupas dos meninos e os meninos se vestirem com as roupas das meninas. Ele ainda frisa: “não que eu ache isso ridículo”. O interlocutor diz que não acha que isso poderia influenciar alguém a se tornar homossexual e acredita que a pessoa nasce “com esse sentido do que ela vai ser e isso ela vai formando ao longo de muito tempo”.

Em outro momento, a pastora Sara e o pastor Arthur me explicam que a “festa do ridículo” era um momento para elas/es se vestirem de coisas diferentes, mas que

acabou caindo para “outro lado”. Daí a orientação de que não houvesse a festa, pois não era motivo de ridículo elas/es se vestirem de mulher ou de homem. Dizeram ainda que não é piada rir de quem está vestido ao “contrário”. Arthur salienta: “[...] porque desse jeito nós estaríamos construindo na mente deles que ah, uma menina vestida de forma mais masculina é ridículo. Logo estaríamos justamente alimentando o preconceito”.

Mesmo Louro apontando para o fato de que hoje são várias as possibilidades de se viver a sexualidade, e muitas formas de se fazer mulher ou homem, “[...] prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas” (LOURO, 2010, p. 09). Ou seja, mesmo diante dessas outras possibilidades, há algo, uma estrutura social, que regula os corpos e a forma de viverem sua sexualidade. A autora nos mostra ainda como muitas vezes a construção da homofobia se dá através do “ridículo”:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (LOURO, 2010, p. 29).

Não cabe aqui julgar em qual sentido a festa do grupo de jovens era realizada, mas cabe refletir sobre dois aspectos: primeiro, a forma como as instituições religiosas têm regulado e normatizado a sexualidade através de um modelo heterocêntrico e, segundo, mesmo que inconscientemente, através de uma “brincadeira”, podemos estar contribuindo para a construção da homofobia.

Nesse ponto, podemos também observar como a sexualidade e o gênero são vistos e interpretados dentro do grupo. De forma leve e mesmo que informal, essas discussões têm penetrado nos encontros das/os jovens, fazendo com que se posicionem e reflitam sobre o assunto.

3.2. “Enquanto não existir não vou me preocupar com o assunto”: O que as ministras e os ministros têm pensado sobre a homossexualidade no contexto religioso

Nesse ponto, pretendo apresentar a visão de algumas/ns ministras e ministros do Sínodo Sul-Rio-Grandense sobre o tema da homossexualidade, a partir dos questionários enviados. Para melhor apresentação de alguns dados das/os interlocutoras/es, organizei uma tabela e as/os identificarei a partir da letra M (ministra/o) seguido de um número, para assim facilitar a apresentação de alguns dados:

Nome	Sexo	Formação e ano de conclusão	Idade	Cidade de atuação
M1	Masculino	Teólogo - 1989	49 anos	São Lourenço
M2	Masculino	Teólogo - 1999	40 anos	Pelotas
M3	Feminino	Diaconisa - 2011	34 anos	Cerro Grande do Sul / Tapes
M4	Masculino	Teólogo - 1976	65 anos	Rio Grande / Santa Vitória do Palmar
M5	Feminino	Teóloga - 2012	27 anos	Pelotas
M6	Masculino	Teólogo - 2012	27 anos	Pelotas

A frase que escolho para denominar esse ponto de discussão, “Enquanto não existir não vou me preocupar com o assunto”, dita pelo interlocutor (M1) ao se referir que não existe em sua comunidade de atuação, alguma família ou pessoas LGBT, já se refere de forma ampla ao posicionamento da maioria das/os ministras/os que retornaram o questionário respondido.

Pensar sobre as diversas possibilidades de formação de uma família vai também ao encontro da nota de repúdio ao Estatuto da Família, lançada pela REJU (citada no Capítulo 1), assinada também por entidades pertencentes à IECLB, entendendo que família não é composta somente por mulher e homem, mas que existem outras configurações. Outros documentos, também citados anteriormente,

ressaltam a diversidade da criação divina e o acolhimento da comunidade religiosa às pessoas LGBT.

As representações sobre a constituição familiar têm sofrido alterações e discussões ao redor do mundo e busca-se a conquista da legitimidade das formações homoafetivas, como nos mostra Mello:

Não se pode esquecer, por outro lado, que o não reconhecimento social e jurídico das relações amorosas estáveis entre gays e entre lésbicas como uma família é a principal interdição que atinge os homossexuais no contexto da realidade brasileira, especialmente no tocante à socialização de crianças, estando fundada numa defesa irrestrita da conjugalidade e da parentalidade como possibilidades limitadas ao universo da norma heterocêntrica (2005, p. 201).

Garantir o reconhecimento das famílias homoafetivas, visa também superar a discriminação que essas famílias têm sofrido no contexto social brasileiro. Nessa perspectiva, muitas famílias acabam sendo excluídas do convívio no âmbito social e religioso. Não que o convívio seja ao todo negado, pois, no caso da IECLB, assume-se o discurso que “todos são bem vindos”, “vamos incluir as pessoas”, mas ao negar a legitimação desse processo, muitas vezes, mesmo que involuntariamente ou simbolicamente, (re)afirmamos através do discurso a forma heteronormativa de modelo familiar, e assim, de certa forma, acabamos por excluir as outras possibilidades de formação familiar.

Quando perguntei as/aos ministras/os sobre como compreendem a formação de uma família, mesmo com suas particularidades, a maioria das/os interlocutores se refere a um modelo heteronormativo de família. Alguns apontam para a estrutura e “má formação familiar”, salientando que os problemas sociais se dariam por não se ter os “vínculos originais” com pai e mãe. Quando pergunto se há alguma família homoafetiva na comunidade, quatro interlocutoras/es afirmam que não, e as/os outros dois dizem que não possuem conhecimento.

No meu entendimento, há uma diferença entre não haver e afirmar que não tem conhecimento. Quando as/os quatro interlocutoras/os afirmam, penso que possuem um pleno conhecimento da comunidade em que atuam ou que possa haver um velamento e desconhecimento de formações familiares homoafetivas por parte das/os interlocutores. Digo um velamento ou desconhecimento, pois as próprias pessoas que vivem outros relacionamentos, que não o heterossexual,

podem não deixar isso transparecer para a comunidade em que vivem, ou ainda, podem ter se afastado por acharem que não seriam aceitas/os.

As respostas sobre a formação familiar seguem de forma muito genéricas. A interlocutora M3, no entanto, adentra um pouco mais no tema e diz que: “Posso não concordar com essa formação familiar composta por pessoas do mesmo sexo, mas isso não me dá o direito de excluir, discriminar, pois é um ser humano criado à imagem e semelhança de Deus”. Outra resposta que me chama atenção é a da interlocutora M5, que ressalta:

Família é a união de pessoas pelo vínculo do amor, da irmandade, do cuidado, da maternidade e da paternidade. Não se limita a pai, mãe e filhos. Também não requer o vínculo sanguíneo. Há diferentes formações familiares hoje, como sempre existiu. Jesus, por exemplo, disse que sua família não era composta apenas de seus parentes, mas de todas as pessoas que praticam a palavra de Deus (Interlocutora M5).

Na questão em que abordo como seria a relação com a comunidade, algumas/ns acreditam que a participação de uma família homoafetiva no contexto religioso teria que ser algo acordado e discutido com a comunidade, mas que o convívio se daria de forma “respeitosa” como salienta o interlocutor M2. Já a interlocutora M3, acredita que a forma de parentesco pode influenciar na aceitação da comunidade de uma família ou pessoa homoafetiva: “Se for alguém de ‘fora’ não vão aceitar. Se for filho/a ou neto/a, a comunidade vai se sentir incomodada, mas vai fingir que não está vendo”.

O documento de 1999 da IECLB ressalta, que enquanto comunidade cristã, não podemos permitir que pessoas sejam excluídas do convívio em comunidade. Assim, ideias como “acordo” com a comunidade sobre a participação ou não, poderiam ir contra o acolhimento proposto tanto pela carta de 1999, como as de 2001 e 2011 que visam integrar na comunidade pessoas e famílias homossexuais. Já a interlocutora M5 ressalta que enquanto pastora não faria oposição à participação de famílias homoafetivas: “Creio que não há nenhuma família [...] participando, pois essas pessoas podem ter receio de que não serão bem vindas à comunidade. Ainda há preconceito a ser superado de ambos os lados”.

Outra pergunta que abordo no questionário, se refere à questão do batismo de uma criança gerada ou adotada por uma família homoafetiva. Os posicionamentos são diversos. M6 e M5 respondem que sim, que realizariam, e M5 ainda salienta que:

Sim, pois o batismo é um presente de Deus, dado à pessoa por graça. A pessoa não precisa fazer nada em troca para receber o batismo. Deus o dá apenas por seu grande amor. Quem realiza o batismo, na compreensão luterana, é Deus, não o ser humano. O ser humano apenas o recebe e vive a partir dele. Por isso, também realizo batismo de crianças com pais não casados, ou de mãe ou pai sozinhos (Interlocutora M5).

Outra interlocutora, M3, responde que não. O interlocutor M1 diz que: “por enquanto não há nenhum posicionamento oficial da IECLB sobre esse assunto”. Já o interlocutor M2 afirma que se houvesse a autorização da comunidade ele o faria, mas ainda aponta que: “Isto se as pessoas que estão procurando pelo batismo o façam com o propósito de viver em comunidade com a criança e não o fazer somente por tradição ou porque nenhuma outra Igreja o quis realizar”. O interlocutor M4 afirma que também o faria, após discutir com o presbitério e se esta decisão não for “contra a ordem vigente na igreja”, levando ainda em consideração a “vivência harmônica na comunidade”. Novamente aqui temos a ideia e proposta de “acordo” com a comunidade, caso isso venha a acontecer.

Na carta elaborada pelo grupo Inclusão Luterana, um dos pedidos é que a presidência da IECLB faça um novo posicionamento sobre membros homoafetivos nas comunidades e a insegurança que sentem ao procurarem o batismo de suas/seus filhas/os e também na hora de matriculá-los no ensino confirmatório. Esse é um pedido que visa maiores esclarecimentos, tanto em relação ao batismo, como ao frequentar o ensino confirmatório, àquelas/es que buscam na comunidade a vivência de sua fé, pois como um dos interlocutores diz a cima, a IECLB ainda não possui um comunicado oficial sobre o batismo de filhas/os de casais homoafetivos. Esse comunicado sobre o batismo por parte da IECLB poderia trazer maiores esclarecimentos não somente às/aos ministras/os, mas também a toda comunidade de confissão luterana.

A próxima questão interessante para análise é a que me refiro especificamente à homossexualidade. Ressaltarei os pontos mais pertinentes para a discussão.

Na questão: “O que você, enquanto ministra/o, pensa sobre isso?”, da qual se refere à homossexualidade no contexto religioso, o interlocutor M1 diz que há uma boa frase sobre isso: “Deus ama o pecador, mas odeia o pecado”. Ele salienta ainda que há textos bíblicos que condenam a homossexualidade, mas ressalta sua postura dizendo: “Mas, se o assunto fosse muito relevante Jesus teria dito algo sobre isso, e ele não falou nada. Portanto, assumo a postura de Jesus”. Ou seja,

sua resposta sobre o assunto foi não se manifestar mais profundamente. O interlocutor M2 diz que entende que a pessoa nasce com a sua sexualidade definida, mas que pode haver conflito “[...] para si e para a própria família quando essa sexualidade é manifestada de forma diferente do que a sociedade entende por normal”. A interlocutora M3 diz que já havia expressado seu ponto de vista na questão referente à constituição familiar, de que ela pode não concordar, mas que isso não lhe daria o direito de excluir. Tanto M2 e M3 referem que o assunto da homossexualidade na comunidade muitas vezes é introduzido por causa das novelas, que em suas tramas acabam por apresentar personagens LGBT.

Ainda no que tange à visão das/os ministras/os sobre a questão da homossexualidade, a interlocutora M5 ressalta que:

Jesus nunca excluiu ninguém por sua cor, gênero, idade, condição social ou financeira. Ele sempre acolheu todas as pessoas. A todas ele oferecia amor e a todas também denunciava o que estava errado e precisava mudar. Penso que a homossexualidade não é pecaminosa. O pecado é a promiscuidade sexual, é a desobediência ao sexto mandamento (“Não cometa adultério”). E essa promiscuidade pode acontecer entre pessoas heterossexuais e homossexuais. É a irresponsabilidade sexual que precisa mudar, independente do gênero. A ideia de uma “cura gay” é desrespeitosa para com essas pessoas (Interlocutora M5).

A interlocutora M5 diz ainda que é importante debater o tema da homossexualidade no contexto religioso, pois ele já faz parte do cotidiano social e ainda salienta que “[...] também a igreja (IECLB) terá de se posicionar em algum momento”. O interlocutor M6 diz que sua posição sobre o assunto da homossexualidade é a que a IECLB têm adotado e na íntegra da resposta ele apresenta a carta elaborada pela IECLB em 2011.

O interlocutor M4, cuja análise deixei para o final, apresenta posicionamentos importantes para a reflexão em torno de homossexualidade e religião. Primeiramente ele afirma a existência de uma ordem natural e que, a homossexualidade, não é uma ordem natural. Diz ainda que aceita e respeita, mas que não acredita “[...] que um casal gay tenha condições de contribuir na formação e repassar valores cristãos para a criança”. Na questão em que pergunto se a temática da homossexualidade já foi discutida na comunidade, ele me responde com outra pergunta: “Acha importante que essa temática seja discutida? [...] No momento temos coisas mais importantes para discutir”.

Muitas/os acreditam que a sexualidade vem expressa a partir de uma ordem natural, ou seja, a possuímos naturalmente. Sobre isso, Louro aponta que:

Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza (2010, p. 11).

Essa ideia de uma ordem natural da sexualidade vai ao encontro do que Rich chamou de “heterossexualidade compulsória”, na qual mulheres e homens se veem forçados a serem heterossexuais. Esse caso é mais forte e problemático no que diz respeito às mulheres, pois nós, mulheres, não teríamos ainda atingido a liberdade sexual que os homens possuem. Rich (2010) salienta que as mulheres são vistas como “propriedade sexual” dos homens e que a autonomia e igualdade das mulheres, poderia ameaçar certas instituições pelas quais costumamos ser controladas:

[...] a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um *fiat* religioso⁶⁰, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura (RICH, 2010, p. 19 – grifo da autora).

Assim, com a regulação da sexualidade da mulher, pelas forças dominantes, ou seja, masculinas, temos a concepção da heterossexualidade compulsória, que ao longo da história têm acontecido, sob a forma de poder exercido sobre as mulheres. Dessa forma, a heterossexualidade sendo concebida como “natural”, universal e normal, tudo aquilo que foge da norma é visto como desviante e constituídas como antinatural, pecaminosa e anormal (LOURO, 2010). Ainda no que tange à questão da sexualidade feminina, Rubin aponta para que “enquanto os homens tiverem direitos sobre as mulheres que as mesmas não possuem sobre si próprias, será plausível esperar que a homossexualidade entre as mulheres seja razão de maior repressão do que entre os homens” (1993, p. 13). Assim, diante das perspectivas de

⁶⁰ A autora utiliza a palavra *fiat* no sentido de ordem ou decreto.

Rich e Rubin, percebemos também uma heterossexualidade obrigatória imposta ao corpo feminino.

Desse modo podemos ter uma visão de como a temática da homossexualidade têm sido (ou não) abordada nas comunidades da IECLB. De forma ampla, vemos que não é dada muita importância à discussão do assunto. Talvez a temática tome importância quando de fato a comunidade LGBT começar a tomar e a frequentar esse espaço. Como nos diz Musskopf: “A invisibilidade dos corpos homossexuais é garantida por uma rede de silêncio, visto que são considerados sujos e pecaminosos” (2004, p. 119), e assim, diante do silêncio e da negação, a temática da homossexualidade no contexto religioso permanece sem discussão. Por hora, porque para algumas/ns não existe e para outras/os há coisas mais importantes a se discutir, seguimos assim, no velamento de constituições familiares e relações homoafetivas.

3.3. “Pela Bíblia o certo seria o casal homem e mulher”: O que jovens têm pensado sobre homossexualidade e família

Nesse ponto, busco abordar como as/os jovens têm se posicionado frente às questões da homossexualidade e família, a partir dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas. Usarei o material dos cinco questionários que retornaram respondidos e quatro entrevistas que foram realizadas posteriormente, gravadas e transcritas, sendo que duas das pessoas que responderam ao questionário, também concederam uma entrevista para a pesquisa. Assim, irei usar essas duas abordagens para a construção desse ponto.

Num primeiro momento, me volto para a análise dos questionários, quando indago o que elas/es compreendem como a formação de uma família. Lyanna, ao responder essa questão, diz que “Deus ama a todos nós igualmente” e em seguida cita uma passagem do livro bíblico de Levítico: “[...] em Levítico 20:13 temos a seguinte afirmação ‘Se um homem tiver relações com outro homem, os dois deverão ser mortos por causa desse ato nojento; eles serão responsáveis pela sua própria

morte”. Após a citação, a jovem contesta, afirmando que isso fere nitidamente aos Direitos Humanos:

Isso expõe que homem com homem não deveria formar uma família. Mas, o conceito mais aceito hoje em dia é que família é grupo de pessoas que estão unidas por vínculos de afinidade, convivência ou parentesco, as pessoas que se amam devem sim ficar juntas e formar a família que quiserem (Lyanna, interlocutora).

A interlocutora ainda diz que talvez as pessoas mais velhas na igreja levassem algum tempo para aceitar uma família homoafetiva na comunidade, já que, segundo ela, a igreja “desde o princípio seguiu o paradigma de casal homem e mulher”.

Deifelt (1999) aponta para o fato de que essa passagem de Levítico merece certa atenção, pois o texto bíblico diz: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher: é abominação”, mas não proíbe a mulher sobre esse comportamento. A autora faz sua crítica ao texto:

Será por que a concepção de sexualidade passa pelo masculino e sexo só poderia acontecer envolvendo um homem? Assim estaria se preconizando a ideia de que a mulher é um mero receptáculo para a semente masculina, na qual se desenvolve uma nova vida (como diria Aristóteles). Ou será que, no afã de crescimento e reposição de vidas, a relação sexual entre homens implicaria um desperdício de sementes e deveria, portanto, ser considerada pecaminosa? Mais uma vez, é impossível deixar de constatar que, dentro da sequência de proibições que o texto promulga, uma proibição é enfatizada sobre as demais: relações sexuais com uma mulher menstruada, adultério, relações sexuais com animais são outras práticas mencionadas. Estas práticas estão acontecendo no povo de Israel, ou por que então seria necessário proibi-las? Outras partes de Levítico fazem proibições igualmente relevantes, mas que são completamente ignoradas por nós: comer carne contendo sangue, usar roupa feita de dois tipos diferentes de material, ou designar para o sacerdócio quem é portador de alguma deficiência. Tudo isto é proibido, mas é ignorado. Por que somos seletivos no que consideramos como autoridade divina ou não? A influência cultural, principalmente da parte de quem lê e interpreta o texto, parece pesar mais do que o versículo proibitivo em si (DEIFELT, 1999, p. 41).

Assim, Deifelt salienta outras proibições que constam no livro, mas que são “esquecidas” ou a que não se dá tanta importância, quanto ao caso da homossexualidade.

Sobre a questão de como entende a formação de uma família, Davi salienta que estamos vivendo algo único e histórico e que “[...] podemos e devemos ser do jeito que somos, independentemente de estereótipos de imagem feita pela antiga sociedade. Que, por fim, família não é só de sangue mas sim de amor”. Quando pergunto se ele acredita que a homossexualidade possa ser vista como um pecado

ou algo anormal, o interlocutor diz que acha esse um pensamento arcaico para os dias de hoje.

Já Noah, possui um posicionamento contrário e diz que enquanto cristão e levando em consideração a Bíblia, é contra outro tipo de formação familiar que não seja homem e mulher. Sobre se a temática da homossexualidade já foi abordada em sua comunidade, o interlocutor afirma que: “[...] Hoje todos os assuntos atuais, que possuem discussões e divergências de opiniões devem ser discutidos e orientados. A quebra de paradigmas e preconceitos começa nesses debates”.

Luna expressa sua opinião sobre o assunto, dizendo que família é onde existe amor e respeito, pois “Deus amou todas as pessoas” e “[...] não há porque proibir a formação de famílias homossexuais, enquanto em muitas famílias heterossexuais não se têm o amor”. Ao se referir mais especificamente sobre a homossexualidade, a interlocutora diz que “[...] são apenas pessoas normais expressando sua personalidade, não há porque agirmos como se fosse algo anormal”.

Em um momento posterior, Luna me conta sobre uma palestra do qual participou, com a temática de família na igreja. Disse que no início estava gostando do assunto, mas que em dado momento o palestrante começou a falar que muitas vezes a família “[...] cria um gurizinho e ele, quando ele pode escolher o que ele quer, não quer mais ser gurizinho, quer ser guria”. Segundo o palestrante, família era um homem e uma mulher, não dois homens ou duas mulheres. A interlocutora expõe que ficou chateada com tais colocações, deixando a palestra. Ao me contar sobre como ela entende a formação familiar, Luna diz que: “[...] acho que família não é um homem e uma mulher e crianças, é amor” e que muitas vezes “[...] um casal homossexual pega as crianças que os heterossexuais, que são os ‘certos’ abandonam”.

Em entrevista, Sofia tem um posicionamento parecido com o de Luna, dizendo que para ela interessa o amor e a felicidade em uma família e não importa a questão da sexualidade. Sofia problematiza ainda entrando na questão da reprodução quando diz que: “tem gente que acha que a vida tem um ciclo, que é nascer, crescer, reproduzir e tem gente que acha que um casal gay não vai concluir o ciclo, tipo, não vai reproduzir. E tem casais “héteros” que também não seguem o ciclo e não dá nada”.

De acordo com Deifelt, muitos utilizam o argumento da reprodução humana para justificar a anormalidade em uma relação homossexual:

De modo geral, o argumento principal para tachar um comportamento como normal e outro como anormal vem da natureza, em especial do ciclo da reprodução humana. Duas pessoas do mesmo sexo não podem se reproduzir, o que seria antinatural e, portanto, um comportamento incorreto (DEIFELT, 1999, p. 37).

Essa passagem torna-se importante para refletirmos sobre aquilo que é colocado como normal e normativo dentro das relações sexuais e afetivas, já que uma dessas formas de relacionamento é aceita dentro da sociedade de forma geral, as outras, são silenciadas, excluídas e tidas como “anormais”.

Outra questão abordada por Sofia se refere à adoção de crianças por casais homoafetivos: “tem várias coisas que dizem que dois homens e duas mulheres não podem ter filhos né? Mas muitos casais de homem e mulher, às vezes deixam um filho, abandonam”. Ela queria com isso dizer que seriam essas crianças abandonadas por casais heterossexuais, que casais homoafetivos tentam adotar.

Sobre as novas configurações ou modelos familiares, Grossi (2003) nos mostra como têm sido, no cenário brasileiro, o reconhecimento de parentalidades de casais homossexuais e a sua possibilidade de adoção. Assim, a autora nos apresenta algumas possibilidades de filiação em uma família homoafetiva: 1) por terem tido filhas/os antes de se descobrirem homossexuais; 2) pela procriação através das novas tecnologias reprodutivas; 3) pela co-parentalidade entre lésbicas e gays e 4) pela adoção.

Ao questionar outro jovem sobre esse assunto, Rickon diz inicialmente que família é um grupo de pessoas na qual existe cuidado e amor, não necessariamente o casal mulher e homem. Em seguida, ao questionar se ele acha que em algum momento a Bíblia condena a homossexualidade, ele pensa e diz que não sabe, mas acha que: “Pela Bíblia o certo seria o casal homem e mulher”. Pergunto ainda a Rickon se ele acha que o posicionamento da/o ministra/o que estiver frente a uma comunidade pode também influenciar no posicionamento das pessoas que compõe a comunidade. Ele acredita que sim, tanto para um lado, quanto para outro. Acha que provavelmente a comunidade seguiria o posicionamento da/o ministra/o.

Passo agora para a reflexão sobre o posicionamento de Caio. Primeiro ele aponta para a questão da família como algo maior, universal, dizendo que família seríamos todas/os nós: “[...] pois somos todos filhos de Deus e devemos tratar nosso

próximo como nosso irmão”. Ao se referir propriamente à homossexualidade, o interlocutor aponta para a passagem Bíblica de Sodoma e Gomorra, no livro de Gênesis, salientando que, pelo fim que tiveram tais cidades, a bíblia lhe sugeria que a homossexualidade não era algo “legal”. Caio explicita ainda, que é contra a ideia de que a bênção matrimonial na igreja seja realizada com casais homoafetivos, já que a criação de Deus teria sido homem e mulher e que “[...] a igreja como ferramenta de Deus deve preservar a criação de Deus e não deixar pelo livre arbítrio de algumas pessoas”.

Em uma conversa pessoal, o interlocutor me explica melhor seu ponto de vista sobre homossexualidade e família:

[...] segundo os ensinamentos que eu recebi da bíblia, não seria uma atitude correta, a questão do *homossexualismo*. Isso perante o que eu aprendi, assim, das leis de Deus é: o homem nasceu homem e a mulher nasceu mulher. É, os dois casam, têm filhos, constituem uma família. Essa é a constituição de família (Caio, interlocutor. Grifo meu).

O argumento principal de Caio é que Deus criou homem e mulher e que assim, qualquer outra forma de casais estaria indo contra os ensinamentos bíblicos. Nessa fala do interlocutor, grifo a palavra homossexualismo como forma de chamar atenção para o uso desse termo, já que *homossexualismo* faz referência à homossexualidade como uma patologia. Utilizo o termo homossexualidade neste texto, a partir do entendimento de uma construção social e cultural e não a partir de uma patologia (FRY; MACRAE, 1995). Mesmo assim, opto por manter o termo utilizado pelo interlocutor.

Caio ainda apresenta, a partir de sua visão, o sentido de mãe e pai baseando-se em um mandamento bíblico que diz “honrar teu pai e tua mãe”. Ele questiona como seria possível honrar pai e mãe no caso de um casal homoafetivo, já que a criança teria duas mães ou dois pais. Pergunto então se mãe e pai são aqueles que geram a criança. Caio diz: “pai e mãe, homem e mulher (fala duas vezes), esse é o sentido de pai e mãe”. Em seu entendimento, mãe e pai seriam não necessariamente aqueles que geram uma criança, mas no sentido de mulher e homem.

Nesse ponto, podemos ver as abordagens sobre o tema da homossexualidade a partir da constituição de família. O depoimento das/os jovens é dividido, um grupo, principalmente na visão das mulheres, acredita no conceito de família para além da concepção homem e mulher, afirmando que a família é formada

por laços de amor. Já os outros interlocutores, tendem a dizer que não são contra outras possibilidades de formações familiares, mas que o correto, pela visão bíblica, seria homem e mulher.

3.4. “Se aceita, se convive, mas talvez não se toque tanto no assunto”: O que têm se pensado sobre a homossexualidade em uma das comunidades da IECLB na cidade de Pelotas/RS

Aqui, irei abordar o tema da homossexualidade a partir das entrevistas realizadas com as/os interlocutores que se propuseram a participar da pesquisa, utilizando a fala de seis pessoas.

Ao perguntar à pastora Sara como a comunidade lida com a questão da homossexualidade ela diz:

[...] o pessoal ainda tem um pouco de receio de vir perguntar e falar com a gente “mas o quê que a igreja pensa sobre isso, como é que é”, sabe, isso é um pouco tabu ainda, principalmente para as pessoas mais velhas. Então se aceita, se convive, mas talvez não se toque tanto no assunto, assim diretamente (Pastora Sara, interlocutora).

A frase dita pela pastora, também é utilizada como título desse ponto do texto. Escolhi essa frase porque acredito que ela fale um pouco sobre o que a comunidade tem pensado. Há um desconforto ao se falar nesse tema. Percebo isso pelo não aprofundamento das pessoas. Os diálogos, de certa forma, foram superficiais. Será mesmo que o tema da homossexualidade é ainda tão tabu assim?

Entendo o tabu como uma restrição ou proibição, algo que é velado. Dizer que algo é tabu, é dizer que isso pode ser algo “perigoso” ou censurado. A homossexualidade em si, é vista como um assunto tabu na sociedade, pois durante muito tempo foi algo evitado e condenado, e até mesmo hoje, proibida em alguns países. O sexo e a sexualidade são também assuntos que ao longo da história foram reprimidos e negados, associando o sexo ao pecado (FOUCAULT, 2014), tornando-se também, assuntos tidos como tabu, principalmente dentro do campo religioso de tradição cristã. Ao se referir à divisão do trabalho por sexo, Rubin exemplifica que este pode ser também um tabu, que divide o sexo em duas categorias, homem e mulher impondo um casamento heterossexual. Nesse caso, a

organização social do sexo repousaria “[...] sobre o gênero, a heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina” (RUBIN, 1993, p. 11). A partir da ideia de uma heterossexualidade obrigatória, a homossexualidade é tida como a norma desviante, a “anormalidade”, e do mesmo modo que se prevê um tabu contra o incesto, é previsto um tabu contra a homossexualidade:

A proibição de algumas uniões heterossexuais implica num tabu contra uniões não-heterossexuais. Gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também supõe que o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo. A divisão sexual do trabalho está implicada nos dois aspectos do gênero – ela cria homem e mulher, e os cria heterossexuais. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cuja regras e relações oprimem as mulheres (RUBIN, 1993, p. 12).

Dentro dessa organização da sexualidade humana, Rubin, a partir do pensamento de Lévi-Strauss e o sistema de parentesco (2011)⁶¹, aponta para o tabu do incesto, a heterossexualidade obrigatória e a divisão assimétrica dos sexos, como generalidades dessas formas de organização social do sexo e da sexualidade. Essa ideia de que o tabu contra a homossexualidade precede o tabu do incesto é encontrada também na argumentação de Butler, ao sustentar que: “[...] as identidades sexuais e de gênero são formadas em resposta à proibição” (SALIH, 2012, p. 79). Assim, podemos ter uma breve ideia de como surgem as regras e a regulamentação da sexualidade na sociedade e o tabu da homossexualidade.

Voltando ao diálogo com a pastora, pergunto se tocar nesse assunto a incomoda, se lhe causa desconforto...

[...] não é uma coisa que acontece todo dia né? Assim, que a gente vê todo dia acontecendo, que todo dia venha alguém e fale conosco sobre esse assunto. Eu acho que talvez você começou se aproximando dos jovens e que pra eles esse assunto não é mais tanto tabu (Pastora Sara, interlocutora).

De certo modo, percebo um desconforto. Tudo que falamos sobre o tema é dito com muito cuidado. Tudo é muito pensado antes de se falar.

A pastora e o pastor da comunidade me dizem que acreditam que há pessoas homossexuais que frequentam a paróquia, mas não possuem conhecimento de uma família homoafetiva, mas frisam: “são bem-vindos”. Se há ou não homossexuais que frequentam essa paróquia, não consegui acessá-los. Assim, trabalharei apenas com

⁶¹ “A proibição do incesto possui ao mesmo tempo a universalidade das tendências e dos instintos e o caráter coercitivo das leis e das instituições” (LÉVI-STRAUSS, 2011, p. 47).

a visão da comunidade, da pastora, do pastor e do grupo de jovens, ou seja, de pessoas heterossexuais.

Penso que mesmo não tendo conseguido, durante a trajetória de inserção em campo, acessar pessoas homossexuais que vivenciam sua fé em alguma comunidade da IECLB na cidade de Pelotas, a visão construída a partir de pessoas heterossexuais nos traz reflexões importantes. Isso porque é a partir do discurso heteronormativo que a norma se constrói, é imposta ou “acordada”. “Acordada” no sentido de “entrar em acordo”, de “combinar algo”. Não utilizo “acordada” no sentido de “despertar para algo”, de “não estar dormindo” ou ainda de “estar consciente” ou “ciente” de algo. O segundo significado semântico da palavra abriria mais possibilidades para a discussão dessa temática.

Não há ainda na IECLB uma discussão ampla sobre a homossexualidade no contexto e vivência em comunidade, não possibilitando a manifestação por quem, no dia-a-dia, vivencia outras formas de relacionamentos afetivos e sexuais. Esse trabalho também não conseguiu acessar essa voz de interlocução. E isso, de certo modo me frustra, mas, mais uma vez, insisto: precisamos questionar o porquê não vemos de forma clara pessoas homossexuais no contexto religioso. Até que ponto nosso discurso têm contribuído para esse velamento e invisibilidade de pessoas LGBT? Será que nosso discurso não têm afastado essas pessoas da vivência em comunidade cristã?

Sobre os posicionamentos que a IECLB tem produzido em torno da homossexualidade, Sara diz que:

[...] os posicionamentos até agora não são a favor e nem contra. Eles acolhem, tratam com amor [...]. Não vai mudar muito essa posição de acolher, porém não pode fazer uma benção, não pode ser pastor ou pastora. A gente, como pastor, a gente se compromete com esses documentos quando a gente é ordenada, então nós também não podemos sair fazendo outras coisas do que aquilo que nós assinamos no dia da ordenação (Pastora Sara, interlocutora).

O pastor Arthur diz que para que haja um posicionamento mais claro e definitivo, se torna necessária uma resposta por parte da ciência:

[...] a ciência nos deve uma resposta. Porque nós precisamos saber se a sexualidade é uma escolha ou não. Se a sexualidade for uma escolha, se eu posso escolher, então eu escolhi. Agora se ela é nata, o ser humano, se ele já nasce, aí como é que eu vou dizer que a pessoa foi feita então já pecadora. Digamos que ela já nasceu, Deus fez errado, então ela já é pecadora? [...] a posição bíblica, a partir do conhecimento bíblico, do conhecimento que se tinha na época é de que a homossexualidade era um

pecado. Isso é muito claro [...]. Biblicamente você não consegue discutir de outra forma porque tá lá muito claro. Tá escrito, Paulo escreve né, “afeminados não entrarão no reino do céu”, isso tá lá. Então, a homossexualidade biblicamente, com o conhecimento que se tinha na época, ela é tratada como um pecado, mas como eu disse, a ciência nos deve uma resposta de dizer se ela é natural ou se ela é uma escolha. Por hora, nossa posição é a posição da igreja. E enquanto a igreja não mudar o seu posicionamento, nosso posicionamento vai continuar sendo esse como ministros da igreja. A gente até pode, quem sabe em discussões com outros pastores, apresentar posições pessoais, mas para o público nossa posição é a posição da igreja, pra ti também (Pastor Arthur, interlocutor).

Diante desse debate sobre a construção social do conhecimento e da ciência, Haraway aponta para a teorização do conhecimento a partir das relações e movimentos de poder, fazendo uma crítica a forma como esse conhecimento tem sido produzido. Assim, a teórica expõe um debate sobre o feminismo no campo científico e os saberes localizados, desconstruindo os parâmetros masculinizados sustentados pela ciência:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contem (HARAWAY, 1995, p. 15).

Observo ainda, a fala do interlocutor, quando afirma que “a ciência nos deve uma resposta”, sobre a questão da homossexualidade. Pergunto-me a partir de qual olhar e a que produção científica ele se refere. A história da sexualidade é forjada através de diferentes perspectivas, e hoje podemos conceituá-la a partir do ponto de vista cultural e político e não somente pelo biológico. Mesmo assim, muitos ainda invocam a “objetividade” científica para sua legitimação:

Uns procuram legitimidade para suas opiniões, reivindicando a "objetividade" da ciência, outros invocam a autoridade de Deus (e é curioso notar que um único Deus pode legitimar tantas diferentes formas de encarar a homossexualidade), enquanto os movimentos homossexuais invocam a legitimidade da representação de uma minoria oprimida (FRY; MACRAE, 1995, pp. 14-15).

O interlocutor, ainda deixa claro que a posição que apresenta é a posição da igreja e não seus argumentos pessoais sobre o tema. Mesmo assim, tento entrar um pouco mais no assunto, perguntando se caso a IECLB mudasse seu posicionamento, como seria a visão da pastora e do pastor. Sara começa falando:

Eu acho que assim como a gente agora tem que aceitar, a norma agora, e ao posicionamento de agora, se eventualmente algum dia mudar, nós vamos ter que aceitar também, porque é algo que vai mudar pra igreja toda

e nós trabalhamos dentro dessa igreja e somos responsáveis pela unidade dela também, dentro do nosso trabalho. Então se eventualmente mudar o posicionamento da igreja, com certeza vai gerar uma grande discussão no Brasil inteiro, mas vai ter que ser, quem é ordenado, a não ser que saia né. Eu não vou fazer isso (risos), minha posição pessoal não teria problema com isso, mas a pessoa se fosse contra ela teria que sair, ela não poderia continuar sendo pastora e fazendo as coisas diferentes da orientação, se ela está convicta pelo evangelho de que aquilo é errado, então ela teria que sair ou teria que discutir e ver formas diferentes (Pastora Sara, interlocutora).

Já o pastor Arthur diz:

Porque a bíblia trata todos os pecados, a meu ver, de maneira igual. Portanto, quando ela fala que a homossexualidade é um pecado, ela também fala que mentir é um pecado, então uma pessoa que mente diante de Deus, é tão pecadora quanto um homossexual, só que atualmente as pessoas tratam a homossexualidade como isso aqui (usando um copo como exemplo) e a mentira como isso aqui (usando outro objeto, menor que o copo para demonstrar) quando na verdade é tudo a mesma coisa, você é pecador diante de Deus. Isso é o que a bíblia nos revela, todos são pecadores, essa foi a grande descoberta de Lutero e que nós só somos salvos, não por obras, mas pela graça de Deus por meio da fé. Então, é claro que, se a igreja um dia mudar sua posição e disser “nós vamos fazer bênção matrimonial”, eu creio que se isso acontecer, isso vai ser daqui a muito tempo, depois de muita discussão, nós como ministros da igreja, nós vamos participar dessa discussão e vamos assumir também a posição da igreja. Mas eu, conhecendo a nossa igreja, conhecendo a sua seriedade e a forma como trata tudo isso, sei que isso, se acontecer, vai ser a partir de muito diálogo, muita conversa, pra que se minimizem as consequências. Porque uma decisão impensada, tomada hoje, por exemplo, tanto para um lado quanto pra outro, geraria cismas, com certeza. [...] As pessoas deixando suas comunidades, tanto se dissesse já não, quanto se dissesse sim, então todo caminho se faz com diálogo e diálogo longo, que talvez nós não vamos assistir o fim desse diálogo, talvez nossos filhos. (Pastor Arthur, interlocutor).

O que vemos dos posicionamentos da pastora e do pastor, é que assumem o que a IECLB têm dito nas cartas divulgadas, orientando sobre como se portar frente à questão da homossexualidade na igreja. O discurso, que já foi apresentado, se torna vago e apenas diz: “vamos acolher”, “todas/os são bem-vindas/os”. Mas não diz sobre como acolher essas pessoas e como enfrentar os conflitos e as discriminações que possam surgir na comunidade.

Passo agora a refletir sobre o que as/os jovens me apresentaram enquanto suas visões.

Ao perguntar se, pela visão bíblica, Luna e Sofia achavam que a homossexualidade podia ser um pecado, eis a resposta de Sofia: “Deus ama a todos igualmente e a Bíblia é um pouco criada por homens... um pouco não, é criada

totalmente por homens”. Luna concorda, dizendo que também pensa assim e segue falando:

Eu acho que as religiões são só as palavras das pessoas. Cada religião é formada por pessoas que fazem aquela religião ser daquele jeito e não é Deus. Deus é o mesmo pra todas as religiões, só que cada uma leva de uma forma. E eu acho que a maioria, pelo menos que eu conheço é contra a homossexualidade porque as pessoas são preconceituosas, não por Deus não aceitar casais homossexuais ou não aceitar pessoas diferentes, raças diferentes, é porque as pessoas acabam tornando a religião nisso e fazem os outros acreditarem que é aquilo (Luna, interlocutora).

Quando Sofia afirma que a Bíblia é criada/escrita por homens, percebemos em seu discurso uma fala situada em seu corpo, enquanto mulher. Em sua fala, temos o exemplo daquilo que Haraway coloca como “saberes localizados”, propondo uma “escrita feminista do corpo”, visando a localização do conhecimento produzido.

Perguntei a Luna se ela acha que a IECLB deveria propor um debate mais amplo e aberto sobre o tema:

Eu acho que deveria, porque eles evitam o assunto e as pessoas entendem que é uma coisa errada porque é um assunto evitado. Eu acho que se eles conversassem mais, abriria mais a cabeça das pessoas e pra todo mundo ter a sua própria opinião, porque às vezes a opinião de alguns não é deles é do que o pastor falou, que alguém que tem mais voz que ele falou e eles levam como aquilo. Se todo mundo conhecesse mesmo o que é isso teria bem menos preconceito (Luna, interlocutora).

Luna e Sofia apresentam uma visão mais liberal em torno da religião, expondo que as religiões são formadas pelas pessoas e que o preconceito existe mediante o preconceito das pessoas, não porque Deus seja preconceituoso. E ainda, apontam para que se o tema da homossexualidade fosse debatido do âmbito da comunidade, de forma ampla e aberta, talvez as pessoas pudessem ter um outro olhar sobre a questão, não a julgando como errada ou pecado. Contrariamente a visão das meninas, na entrevista realizada com Caio, ele afirma novamente ser contra o “*homossexualismo*”:

Porém, eu não sou contra as pessoas, inclusive tenho amigos homossexuais, aceito as pessoas do jeito que elas são, porém não concordo. Segundo palavras da bíblia que poderiam elucidar isso, eu diria o seguinte: Deus ama o pecador, porém condena o pecado. Então assim, eu não sou contra a atitude de cada um, cada um vai responder pra Deus, cada um vai ter o seu julgamento perante Deus, eu não sou ninguém pra julgar. Agora, eu não concordo que dentro da igreja a gente tenha atos homossexuais, de uma forma aberta, porque não é, segundo o meu entendimento pra natureza de Deus. Deus não criou o homossexual (Caio, interlocutor).

Pergunto a Caio, se esses atos homossexuais ao qual ele se refere, seria um casal homoafetivo frequentar a igreja:

Não, não é o casal gay frequentar a igreja, é tipo o casamento homossexual, que seria um item a mais. Nada contra participar, e eu acho que devem participar. Acho que deve de ter sempre bem clara a palavra de Deus, os ensinamentos de Deus, todo ser humano tem direito a isso, deve ter isso. Eu acho que tem que estar aqui dentro. Até pra ver e entender um pouco mais o quê que a bíblia fala (Caio, interlocutor).

Assim, ele diz ser contra a homossexualidade, mas não é contrário a que a pessoa frequente as atividades da igreja. Questiono ainda, se ele acha que a/o pastora/or que estiver à frente de uma comunidade, poderia influenciar no posicionamento da comunidade também, a partir daquilo que prega:

[...] o pastor ou a pastora, o ministro que está à frente da igreja, ele segue as orientações maiores da igreja. E a orientação maior da igreja é hoje, por exemplo, da nossa, de confissão luterana é de que no Brasil tem essa concepção de que todos são aceitos, todos são bem vindos, porém, não se trata a questão do *homossexualismo* como sendo uma coisa normal. Ela não é uma coisa normal, porque os ensinamentos da bíblia dizem que ela não é uma coisa normal. E, o normal é o homem e a mulher e filhos, ponto. Então não adianta o pastor querer, se um pastor vier aqui e ele disser isso contra o que é o princípio da igreja, a igreja vai vir em cima dele. Vai dizer, olha não é isso que a IECLB prega no Brasil. Então tu estás fazendo contra o que são as normas da igreja. Então não adianta o pastor dizer eu agora vou começar na nossa igreja aqui, vou começar a realizar o matrimônio de casais homossexuais, porque não pode, não pode porque a igreja não permite. Ele tá sobre um chapéu de leis, de ordens de classes superiores. O quê que o pastor pode fazer e vai fazer com certeza, é aceitar todas as pessoas como pessoas normais e aí volta de novo naquilo que eu falei, ama o pecador, porém condena o pecado. Porque se tu for analisar friamente, se tu não vai amar as pessoas pelos seus atos então tu não vai amar ninguém, todos nós somos pecadores. Todos nós temos vários tipos de erros, então não é por esse ou por aquele, não nos cabe julgar, por esse ou por aquele motivo, que a gente vai excluir as pessoas, não, pelo contrário, a gente vai incluir. Só que não é por eu aceitar a pessoa como ela é, que eu tenha que concordar com as atitudes que ela tem. São duas coisas diferentes (Caio, interlocutor. Grifo meu).

Por fim, pergunto a Caio se ele conhece o posicionamento oficial da IECLB sobre a questão da homossexualidade. Ele afirma que sim. Pensando que ele tivesse conhecimento das três cartas emitidas pela IECLB sobre a homossexualidade, pergunto a ele as leu. A resposta se apresenta de forma negativa: “Eu não li”. Explico então o contexto das cartas. Na visão de Caio, podemos ver que seus argumentos se apresentam e se justificam a partir de textos bíblicos, segundo os quais, na sua interpretação a homossexualidade não se apresentaria de forma “natural”.

O próximo e último interlocutor do qual apresento a visão, é Ícaro. No começo de sua fala, ele diz que acredita que exista certo preconceito dentro da IECLB, por parte da maioria, no sentido de que pessoas LGBT, muitas vezes, não são aceitas. Ícaro diz ainda, que há algumas pessoas abertas e que discutem essa temática e assim, cita o grupo Inclusão Luterana, que têm proposto e buscado alternativas para um diálogo mais aberto e mais amplo sobre a homossexualidade no contexto da igreja luterana, tanto dentro da IECLB, como também na IELB: “[...] e aí eu suponho que o Inclusão Luterana tem proposto no Brasil, que se discuta, que comece a se discutir essas ações dentro da IECLB”, se referindo à aceitação e realização da bênção matrimonial para casais homoafetivos, dizendo que essa prática já existe em algumas igrejas luteranas de países europeus.

Um ponto interessante levantado pelo interlocutor, é que muitas vezes possuímos um preconceito que é inconsciente e que mesmo que digamos que aceitamos ou que não somos preconceituosos, acabamos por reproduzir práticas ou discursos inconscientemente. Outra questão abordada por Ícaro é que não deveríamos levar a Bíblia tão ao “pé da letra” (interpretação literal), pois nela há muitas metáforas que às vezes são mal compreendidas e que se forem levadas tal qual foram escritas, acabam trazendo preconceito às pessoas e mal entendimento daquilo que se quer passar.

Pergunto a Ícaro como ele vê essa questão da homossexualidade na igreja e sobre sua discussão na comunidade:

[...] se essas questões fazem parte da sociedade, como é que dentro da igreja que faz parte da sociedade tu [...] não vai discutir aquele assunto? Não tem como tu não discutir, pegar e fechar os olhos pra aquilo. [...] Tá acontecendo dentro, com os membros, com os jovens daquela comunidade, tá acontecendo a questão da homossexualidade, as políticas estão influenciando o todo ali. Como é que então tu não vai discutir essas coisas dentro da religião, quer dizer, são coisas separadas? [...] tudo faz parte daquela sociedade. Então as pessoas estão sofrendo com aquilo, estão tendo problemas com aquilo, então como é que tu não vai discutir. As pessoas tem que ser mais abertas e aí eu sou um pouco crítico quanto aos conservadores, porque eles não querem discutir: “o não vamos falar disso porque é melhor não falar, para não gerar conflito”. Não querem gerar conflito dentro da, do que eles chamam de comunidade, que seria o bem comum de todos, então não geram conflito, mas ao mesmo tempo não discutem. Então quem sofre com isso, meio que tu afasta, [...] e aí tu fica te sentindo mal com aquilo, porque tu não pode falar de uma coisa que afeta a todo mundo ao mesmo tempo, que afeta daqui a pouco o teu amigo próximo, tá afetando ele e tu. Não está? Tu não pode falar dentro da igreja, tem que sair da igreja pra poder falar (Ícaro, interlocutor).

Diante das considerações do interlocutor, pergunto se ele acha que essa posição de não discutir o assunto na comunidade, pode acabar afastando as pessoas que se identificam como LGBT, justamente por não terem um entendimento e uma visão mais clara por parte da igreja. O interlocutor ainda cita um acontecimento anterior à vinda da pastora Sara e do pastor Arthur para a paróquia, com dois jovens gays que frequentavam o grupo da JE:

Eu acho que sim, eu acho que muitas pessoas não participam, e aí não só da igreja luterana, mas de várias outras conservadoras, por causa disso, porque é dito ah, as falas deles é dito que “não, não pode ser assim e ponto” e “não vamos discutir mais, eu estou certo, segundo a Bíblia é isso, isso e isso”. E aí vai acabar oprimindo, tu vai acabar saindo dali porque não é o que tu pensa, e aí tu não pode discutir o que tu pensa dentro de uma [...] comunidade, [...] então vai acabar oprimindo. E, o pastor anterior, que estava [...], a gente fazia reuniões às vezes pra discutir algumas ações da juventude, e aí num momento quando ele ainda estava participando, ele falou que o [...] e um outro lá que era o [...], que a gente deveria proibir eles de participar da juventude, porque eles traziam más influências para o resto do grupo. Então quer dizer, o próprio pastor, que é quem deveria pregar o cristianismo, o bem de todos, ele estava afastando aquela pessoa que trazia problema, era mais fácil pra ele afastar e não ter o problema do que discutir o problema. Então, eu acho que foi no sentido de tornar mais fácil a situação para ele. E aí a diretoria foi contra: “não, a gente não vai falar pra ninguém sair, porque ele participa daqui não sei quanto tempo, ele tem a opinião dele e se ele é gay ou não, não importa para nós. Então a gente não vai falar nada, se o senhor quiser falar, o senhor vai lá e fale”. E aí ele também não falou, ele ficou na dele, porque talvez ia gerar conflito e ele não queria conflito, ele só queria tornar as coisas mais fáceis pra ele como pastor, acho que pra não precisar discutir aquela situação (Ícaro, interlocutor).

Por último, pergunto a Ícaro se ele tem conhecimento sobre as cartas/documentos, que apresentam a posição da IECLB sobre a homossexualidade. Sua resposta é negativa, diz que não tinha conhecimento sobre elas, e me pergunta onde ele as pode encontrar:

[...] Então daqui a pouco está lá só no portal, ninguém falou nada que essas cartas existem, nenhum pastor chega e diz “ó, existem tais cartas, porque vocês não leem, pra se inteirar sobre o assunto?” Então como não dizem, eles também não vão atrás, porque é o assunto que eles vão menos atrás e eu me coloco nessa situação também, é a questão religiosa e política. Então daqui a pouco não tem conhecimento por causa disso (Ícaro, interlocutor).

Por fim, o interlocutor ainda salienta que a igreja deveria estar aberta a todas as questões sociais e que muitas vezes um problema que passamos é passível de discussão dentro da igreja, ou, como a homossexualidade, às vezes não, pois é barrado e isso pode acabar por afastar as pessoas, pois não encontrariam apoio por

parte da instituição da qual fazem parte. Ícaro aponta ainda para que futuramente, se a igreja não se adaptar, a tendência será ela se tornar cada vez menor:

[...] porque se ela não se adaptar ao que a sociedade está pensando, ela vai teoricamente envelhecer, que nem eles dizem hoje, que a sociedade, que a igreja, a IECLB é composta por muitos velhos. Poucos jovens permanecem, vão nos grupos de juventude, depois começam a frequentar os cultos e tal. Cada vez têm menos jovens porque ela não discute as questões de jovens que são necessárias hoje. Ela pega e prefere não comentar sobre aquilo, não entrar em conflito, mas acaba perdendo então esses jovens que vão pra outros lugares, pra uma religião mais aberta que vai discutir aquilo (Ícaro, interlocutor).

De forma geral, o posicionamento de Ícaro aponta para alguns pontos importantes e destaque, entre eles, cinco: 1) o preconceito inconsciente que reproduzimos e reforçamos através de práticas que são opressoras e excludentes; 2) que as passagens bíblicas podem reforçar o preconceito contra a homossexualidade e que não deveríamos ter um embasamento tão literal no que tange à discussão da homossexualidade na Bíblia, pois esse conhecimento está localizado a uma determinada cultura e a um período de tempo; 3) que a discussão da homossexualidade faz parte da sociedade, assim, se torna importante refletirmos sobre o tema também no contexto religioso; 4) que esse tema está afetando as pessoas que vivem em comunidades cristãs, e elas buscam por esclarecimentos e orientação, os quais muitas vezes lhes são negados; 5) que por muitas vezes ministras e ministros, por não saberem como lidar com o tema da homossexualidade, acabam por excluir pessoas, ou silenciar o assunto, pois seria mais fácil não discuti-lo, do que abrir a discussão e gerar algum tipo de conflito na comunidade.

O que podemos perceber diante dessas posições, é que existem posicionamentos muito ambíguos no que tange a questão da homossexualidade no contexto religioso. Vemos ainda, o silenciamento sobre o tema dentro da comunidade, pois não falar sobre, não discutir, é mais fácil. Os documentos da IECLB, que ressaltam uma postura de acolhimento às pessoas e às famílias homoafetivas, e que poderiam trazer algum esclarecimento sobre esse assunto, não têm chegado à comunidade, pelo menos não as/aos interlocutoras/es com quem conversei. Como a base da Igreja, ou seja, as comunidades, podem entrar na discussão e se posicionar se nem mesmo terem acesso a essas informações?

Os diferentes meios de atribuir poder e significado às relações sexuais, através de passagens bíblicas, nos mostram também como esse discurso bíblico tem sido utilizado para a apresentação do modelo sexual – heteronormativo, da humanidade e como algumas pessoas tem se guiado por esses parâmetros para justificarem seus posicionamentos. Nesse sentido, esse discurso pode se apresentar como uma verdade sagrada, que produz e reproduz sistemas simbólicos que influenciam a forma como ocorrerão as relações afetivas e sexuais (SOUZA, 2009). Nos discursos, percebemos também a heterossexualidade expressa como uma “ordem natural” e quem foge a essa norma, pode acabar encontrando a segregação no grupo ao qual pertence, pois quando se legitima uma determinada prática sexual, possivelmente se discrimina e se marginaliza outras (LOURO, 2010). Saliento ainda, a invisibilidade dado ao tema.

Apesar da pastora e do pastor terem assumindo a posição da IECLB, e apenas a pastora em um breve momento ter deixado transparecer sua visão pessoal, os jovens apresentam discursos pessoais e isolados, sendo que não tiveram acesso aos documentos da igreja que salientam de forma oficial sua posição. Nessa perspectiva, podemos perceber a influência que preceitos religiosos tem tido sobre a forma como construímos nosso discurso e práticas sobre a homossexualidade no contexto da IECLB.

Considerações finais

Chego enfim, ao final desse percurso. Caminhando por entre diversas perspectivas, buscando compreender um pouco mais sobre como a homossexualidade tem sido abordada na IECLB, faço minhas considerações finais sobre essa etnografia.

A posição que o tema da homossexualidade assume dentro desse contexto religioso, me faz refletir sobre o discurso e atenção que tem se dado a essa discussão. Podemos notar, primeiramente, que os significados atribuídos às passagens bíblicas, podem ser utilizadas tanto na justificativa que condena a homossexualidade, como também, em justificativas que a apoiam. No primeiro capítulo podemos fazer essa comparação a partir de dois contextos de igreja luterana em países diferentes. Ambos se apoiam em justificativas teológicas para sustentarem seus argumentos. As/os interlocutoras/es, também se utilizam de passagens bíblicas para justificarem suas visões em torno da homossexualidade, tanto em visões que a apoiam, como em visões que a condenam. Se de fato as interpretações bíblicas podem ser utilizadas para esses dois parâmetros, no que então se justificariam tais posicionamentos? Penso que além de um embasamento religioso, amparado nos textos bíblicos, há também ideias e concepções estritamente pessoais, que refletem os posicionamentos políticos de cada uma das pessoas com quem dialoguei para a escrita desse texto.

O diálogo estabelecido entre as teorias feministas e a Antropologia também se fizeram importantes nessa construção. Sustentei a apresentação dos relatos da minha própria experiência de vida através de pressupostos das teorias feministas, que visam uma visão crítica e política do conhecimento, possibilitando assim, um novo olhar e uma nova forma de escrever sobre as sociedades dentro do campo antropológico. Essas contribuições nos permitem um debate contemporâneo sobre a construção do sujeito, as práticas políticas e os “saberes localizados”. Mesmo que se encontre resistência no caráter político do conhecimento, é necessário que se reflita e se questione sobre a produção científica.

A vivência em outro contexto religioso me possibilitou indagações, voltando meu olhar para a minha própria cultura. Assim, aponto para a importância do fazer antropológico e do diálogo estabelecido com outras culturas, possibilitando a reflexão da discussão sobre a homossexualidade no contexto religioso (cristão) brasileiro. Mesmo que não haja uma gama de pesquisas antropológicas sobre essa temática, ressalto a importância do campo da Antropologia da Religião para esses estudos.

De fato, vivemos em uma sociedade regida por preceitos heterossexuais, no qual a religião também atua como um agente que normatiza e regula as relações sexuais e afetivas. Assim, as representações e simbologias presentes nesse contexto, se sustentam através de um discurso tido como sagrado. As relações de poder entre homem e mulher no espaço religioso contribuem para a produção e reprodução de sistemas que sacralizam os papéis sexuais, colocando a mulher em situação de inferioridade, como um ser secundário. Essas representações, por vezes, se apresentam através da ideia de “antinatural” para preceitos que fogem a norma heteronormativa. Diante dessa ideia, podemos perceber que a homossexualidade se constitui como “desviante”, é algo a ser evitado e rejeitado. Assim, uma heterossexualidade compulsória também nos é imposta, principalmente sobre a sexualidade das mulheres. Desse modo, as passagens bíblicas são utilizadas como um modelo da sexualidade humana, não que esse seja seu fim, mas suas normas acabam por impor uma regulação, principalmente quando aceitamos um modelo sexual-afetivo, e negamos outras possibilidades.

É também através do discurso “antinatural” que se apoiam as ideias contrárias à formação de uma família homoafetiva. A constituição familiar, apresentada por algumas/ns interlocutoras e interlocutores se restringe ao casal homem-mulher, excluindo e negando outras formações familiares. Claro que houve também depoimentos favoráveis em relação à homossexualidade, que a apoiam nesse contexto, mas no caso das entrevistas realizadas com as ministras e os ministros, surge a ideia de “acordo” sobre a participação de uma família homoafetiva na comunidade. Nota-se ainda, o discurso de que enquanto não houver pessoas LGBT na comunidade, o tema não se torna passível ou importante para a discussão. Ao se utilizar desse argumento, de que não há pessoas LGBT nas comunidades,

nega-se também essa existência na sociedade, e assim, contribui-se para a exclusão dessas pessoas do âmbito social e religioso.

Quando nos calamos e fechamos os olhos para essa discussão, é preciso refletir o porquê desse posicionamento. É mais cômodo? Não queremos causar conflitos? Não queremos “escândalos”? Porque nos calamos diante de situações que perpassam por esse lugar? Essa discussão, e a homossexualidade em si, afeta as pessoas que buscam viver e manifestar sua fé no contexto religioso, ela está presente dentro da comunidade. Silenciar contribui para o afastamento dessas pessoas da comunidade. Precisamos sim incluir, mas precisamos também saber de que forma incluir. É preciso que se coloque em pauta o tema da homossexualidade, para que seja debatido de forma ampla, juntamente com a base religiosa, visando um diálogo mais aberto. As ministras e os ministros possuem informações e conhecimento sobre o posicionamento oficial da IECLB sobre a homossexualidade, mas a comunidade, nesse caso, o grupo de jovens, apresenta seus posicionamentos pessoais, embasados em visões mais liberais ou conservadoras. Precisamos questionar também, por quais vias esse debate tem chegado à comunidade. Muitas vezes esse assunto se faz presente a partir de situações que ocorrem fora do âmbito religioso, e suas discussões permeiam também por esse espaço. Precisamos saber como lidar com esse tema. Saber como incluir, pois não basta apenas assumir aquilo que a IECLB nos têm dito, “todas/os são bem vindas/os”. Precisamos buscar mecanismos que tornem essa discussão acessível e viável.

Considero ainda, que mediante as observações realizadas, as perspectivas de minhas/meus interlocutoras/es apresentam posicionamentos ambíguos, nos quais, de alguma forma, o discurso contrário a homossexualidade prevalece. Entendo o silenciamento e o não aprofundamento do tema, e ainda o retorno não significativo das entrevistas e questionários aplicados, como fatores que contribuem para essa consideração. Constatado que as pessoas não estão abertas a esse diálogo. Não estão interessadas, ou estão mesmo fazendo e discutindo coisas tidas como mais importantes nesse âmbito. Percebo ainda, que as mulheres estiveram mais abertas ao se posicionarem sobre o tema da homossexualidade no contexto religioso, e durante o período em campo, foi no acompanhamento da pastora que houve um diálogo mais significativo. Será isso pela violência, opressão e

discriminação que nós mulheres sofremos cotidianamente, e assim estaríamos mais sensíveis a essa discussão?

Outra observação importante, é que as/os jovens se mostraram mais abertas/os a essa discussão do que as ministras e os ministros. As/os jovens assumiram um lugar de fala mais político e pessoal. Já as/os ministras/os, evidenciaram um discurso institucional, baseando-se nos documentos oficiais da IECLB.

Por fim, considero necessária e saliento mais uma vez a reflexão sobre os discursos que se têm adotado e de que forma eles contribuem para a não manifestação e vivência em comunidade de pessoas LGBT. Será que o discurso assumido e o desconhecimento da base religiosa não têm contribuído para o afastamento de pessoas que vivenciam outras formas de sexualidade e afetividade?

Faço assim, brevemente minhas considerações. Confesso que gostaria de seguir por esse caminho por mais algum tempo. Há ainda muitas questões relevantes a serem observadas, discutidas e aprofundadas. Meu objetivo inicial ao ingressar no PPGAnt, era poder acessar a voz de interlocução de pessoas LGBT que vivenciam sua fé em alguma comunidade da IECLB. Creio que essa seja a proposição que fica e a relevância de seguirmos pensando e abordando o tema da homossexualidade no contexto cristão brasileiro, para que assim, nossas vozes não sejam caladas e nossos atos não sejam condenados...

Entre os percursos, me deparei com formas e normas

Nos impõem uma forma de amar... nos silenciam

“Eles” gritam. Dizimam por aí que vivemos em um mundo de igualdade

Que absurdo!

Olhe ao seu redor

Se permita sentir... conhecer... estar no lugar do “outro”

Não seja cúmplice daqueles que querem nos calar...

O amor é pouco, e ainda assim, insistem na cura

O amor não precisa de cura, precisa é de liberdade para voar

A diversidade é Divina... é parte da criação... porque a condenam?

Por amar nos oprimem... nos agridem... nos tiram a vida

Por isso escrevo... para que no silêncio das palavras, nosso grito seja ouvido.

Referências

ALTMANN, Lori. **Memória, identidade e um espaço de conflito: A Comunidade de Nova Teutônia no contexto de disputa por terra com a comunidade Kaingang da Área Indígena Toldo Pinhal**. 2007. 342 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2007.

_____. "O gênero da dádiva": Uma leitura a partir de Marilyn Strathern. In: MUSSKOPF, André; BLASI, Márcia. (Org.). **Ainda feminismo e gênero: Histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia**. São Leopoldo: CEBI, 2014.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed., 2009.

BELL HOOKS. "Mujeres Negras: Dar forma a la teoría feminista". In: **Otras inapropiables**, Editorial Traficantes de Sueños, Madrid, 2004.

BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

BÍBLIA SAGRADA. 2ª ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.

BONETTI, Alinne de Lima. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 105-122, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 2002.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu** (11), 1998.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ªed., 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 3^o ed., 2003.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu** (19), 2002.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DEIFELT, Wanda. Os tortuosos caminhos de Deus: Igreja e homossexualidade. **Estudos Teológicos**, v. 39, n. 1, p. 36-48, 1999.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**. São Paulo: EDISP, 1992.

FONSECA, Claudia. O anonimato no texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia feita em casa. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.2, n.1-2, p. 205-227, 2008.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. 27^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTE, Maria Laura V. C. e HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Sexualidade e Reprodução. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord. Geral) e DUARTE, Fernando Dias (Coord. Área). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 293 – 340.

_____. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu** (21), Campinas-SP: Unicamp, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP: Unicamp, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e hierarquia: A costela de Adão revisitada. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 1, p. 50-82, 1993.

HUNT, Mary E. Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno. **Cadernos Teologia Pública**, ano IX, nº 66, 2012.

_____. Eradicating the Sin of Heterosexism. **Revista de Estudos da Religião**, nº 2, 2005.

KOHL, Tatiani Müller. **Diário de campo**, 2015-2016.

_____. **Diário de viagem**, 2012.

LEÃO, Juraci Andrade de Oliveira. **Escrita, corpo e ação: a poética e a política de Adrienne Rich**. 2007. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da Viagem**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, p. 541 – 552, 2001.

_____. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, Nº 49, 2002.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MELLO, Luiz. Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.24, p.197-225, 2005.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 101-128, 2007.

MUSSKOPF, André S. **Talar Rosa - Um estudo didático-histórico-sistemático sobre a Ordenação ao Ministério Eclesiástico e o exercício do Ministério Ordenado por Homossexuais**. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2004.

_____. **Uma brecha no armário: propostas para uma teologia gay**. São Leopoldo: CEBI, Fonte Editorial, 2015.

_____. **Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia, PPGSA/UFRJ, 2008.

_____. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 30(2): 90-121, 2010.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8 nº 2, p. 9 – 42, 2000.

PORTAL LUTERANOS. Acessado de 16/10/2014 à 26/11/2015. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/comunidade>>

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, nº 5, 2010.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 2. São Paulo, 1998.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, V. 20, n. 2. Porto Alegre, p. 71-99, 1995.

SOUZA, Sandra Duarte de. A casa, as mulheres e a igreja: violência doméstica e cristianismo. In: SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. **A casa, as**

mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

_____; LEMOS, Carolina Teles. (Orgs). **A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar.** São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2006.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

VISNADI, Marcos. Mini manual dx guerrilheirx linguísticx. **Revista Geni**, nº 3, set. 2013. Acessado em 29 jun. 2015. Online. Disponível em: <http://revistageni.org/09/minimanual-dx-gerrilheirx-linguisticx/>

WEISS DE JESUS, Fátima. **“As mulheres sem tranças”:** Uma etnografia do ministério pastoral feminino na IECLB. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. A cruz e o arco-íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma “igreja inclusiva” no Brasil. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 131-146, 2010.

_____. **Unindo a Cruz e o Arco-íris: Vivência Religiosa, Homossexualidades e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo.** 2012. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

WESTTHELLE, Vítor. 500 Anos da Reforma – Luteranismo e Cultura nas Américas. **Cadernos Teologia Pública.** Ano XII – Vol. 12 – n. 97 – 2015.

XAVIER, Lígia. O x da questão. **Revista Geni**, nº 4, out. 2013. Acessado XAVIER, Lígia. O x da questão. **Revista Geni**, nº 4, out. 2013. Acessado em 29 jun. 2015. Online. Disponível em: <http://revistageni.org/10/o-x-da-questao/>

Sites acessados:

<<http://www.capa.org.br/page/apresentacao/>>; Acessado em: 27/09/2016 às 9h07min.

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-de-direitos-humanos-aprova-autorizacao-para-cura-gay.html>>; Acessado em 20/10/2015 às 20h00min.

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/feliciano-chama-homossexualidade-de-modismo-ao-falar-com-ex-gays.html>>; Acessado em 20/10/2015 às 20h20min.

<<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>>. Acessado em 27/07/2016 às 15h.

<<http://reju.org.br/blog/religiosos-religiosas-ativistas-e-nossas-familias-/>>; Acessado em: 25/11/2015 às 23h23min.

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>; Acessado em: 25/11/2015 às 23h33min.

<http://www.e-mapas.com/mapas_i/cia/se-map.gif>; Acessado em 12/11/2015 às 11h19min.

<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>; Acessado em: 25/11/2015 às 23h37min.

<<https://www.facebook.com/inclusaoluterana>>; Acessado em 25/11/2015 às 21h.

<<http://www.ielb.org.br/a-ielb/>>; Acessado em 24/09/2016 às 17h30min.

<<https://www.svenskakyrkan.se/churchofsweden/information-about-same-sex-marriages>>; Acessado em: 11/11/2015 às 23h.

ANEXOS

ANEXO A

Homossexualidade - 1999

Acolhei-vos uns aos outros, como também Cristo nos acolheu para a Glória de Deus. (Rm 15.7)

Por meio dessa palavra do apóstolo Paulo saúdo a vocês, nesta época entre Páscoa e Pentecostes. Lembramos que o Crucificado vive e pelo Espírito Santo nos faz viver em comunidade. Nela vivemos e servimos, pela sua santa e graciosa vontade, desde Pentecostes até a sua segunda vinda. A partir do Batismo fazemos parte da grande família de Deus, sinal visível da esperança pascal. No sacrifício do seu Filho Deus nos acolheu incondicionalmente. Este ato de amor engloba todas as pessoas. Nada que uma pessoa é ou faz pode excluí-la deste amor. Por isso, como comunidade cristã, não podemos aceitar que pessoas sejam marginalizadas ou excluídas da convivência social e comunitária.

À luz dessa incondicionalidade do amor de Deus, a Presidência e o Conselho da Igreja confrontaram-se com a dificuldade da sociedade e da Igreja em lidar com pessoas de orientação homossexual, popularmente chamadas de gays (masculino) e de lésbicas (feminino). Reconhecemos que tais pessoas, via de regra, são discriminadas e rejeitadas social, cultural e religiosamente. Esta rejeição manifesta-se também na comunidade cristã. Temos que admitir que sempre havia tais pessoas também em nossas comunidades e, conseqüentemente, também entre os colaboradores e colaboradoras da Igreja. Normalmente isso era encoberto e recriminado. Novo é o fato de que se fala sobre homossexualidade abertamente, com mais ou menos respeito, compreensão e conhecimento de causa.

Entre os que debatem o assunto, não há nenhuma dúvida de que Deus ama as pessoas que se sentem atraídas sexualmente para o mesmo sexo tanto quanto as outras atraídas para o sexo oposto. Está claro, também, que tanto umas quanto outras precisam da graça de Deus para serem salvas. Nenhuma pessoa é agradável a Deus por causa da sua orientação sexual. O apóstolo Paulo escreve: ...não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus. (Rm

3,23s). Todos nós, sejamos pessoas heterossexuais ou homossexuais, somos justificados tão somente pela graça de Deus e pela fé que o Espírito Santo em nós opera.

Até aí há consenso no debate. As diferenças surgem na maneira de lidar com a homossexualidade na Igreja. Um grupo vê a homossexualidade como uma orientação que deve ser corrigida. Entendem que há na Bíblia severas condenações da prática homossexual que requerem total observância também nos dias de hoje. Acentuam que na criação Deus criou a humanidade como homem e mulher, e que somente na união dos sexos opostos a humanidade se torna completa. Entendem que as pessoas de tendência homossexual devem resistir a ela e sustentam que com aconselhamento, paciência, persistência e apoio é possível e desejável vencê-la. Outro grupo defende que a orientação homossexual é imutável e não deve ser corrigida. Tentativas de mudança atrapalham ou impedem a auto-aceitação necessária para viver e aumentam o sofrimento das pessoas envolvidas. Analisam as passagens bíblicas sobre o assunto a partir do seu contexto, no qual estavam relacionadas com a questão da idolatria e do poder, tirando-lhes assim o caráter condenatório.

Vocês certamente percebem que estas duas posições são bastante antagônicas, e que não será fácil encontrar um consenso que possa fazer justiça às pessoas envolvidas. Essas posições também perpassam o debate que há na própria IECLB, como manifestam as correspondências recebidas pela Presidência.

Na procura por um posicionamento nesta questão, o Conselho da Igreja realizou, no dia 30/04/99 na Casa Matriz de Diaconisas em São Leopoldo, um seminário sobre o assunto. Queria iniciar uma reflexão aberta e séria, baseada na Palavra de Deus, mas também orientada por informações objetivas e científicas. Neste seminário tentei focar a importância da definição científica e os jeitos diferentes de ler e interpretar o que a Bíblia fala sobre a questão. Propus, ainda, alguns passos, a fim de envolvermos na reflexão também os sínodos e as comunidades. O P. Dr. Gottfried Brakemeier, a partir da sua experiência ecumênica, apresentou como outras igrejas cristãs tratam a questão da homossexualidade.

E o P. Ms. Ricardo Wangen, a partir da sua longa prática de Clínica Pastoral, trouxe informações sobre as dificuldades e sofrimentos das pessoas de orientação homossexual e seus familiares. O seminário confrontou os conselheiros com os seus

próprios preconceitos e ajudou-os a entender e definir melhor toda a problemática. Fê-los ver, também, que numa questão tão carregada de conceitos culturais negativos é preciso agir com muita cautela, para não conturbar a vida da Igreja e das comunidades, e evitar que as diversas posições construam barreiras que depois se tornam intransponíveis.

Para o Conselho da Igreja o seminário foi o início da reflexão sobre a questão da homossexualidade. Não se poderia esperar uma resolução rápida num assunto tão polêmico. Mas a Direção da Igreja viu a necessidade de que o estudo deste tema deva ser levado adiante. Com o objetivo de envolver na reflexão também todas as lideranças das instituições, comunidades paróquias e sínodos, o Conselho da Igreja encarregou a Presidência de escrever esta carta pastoral. Faço-o com a valiosa cooperação dos dois colegas da Vice-Presidência, aos quais agradeço de coração. O Conselho da Igreja solicita também que o assunto seja incluído na pauta da próxima reunião da Presidência com os Presidentes e Pastores Sinodais, em 01 a 03 de outubro de 1999, a fim de ver, se e como pode ser tratado nas comunidades. A partir da reflexão neste fórum o assunto seria, então, abordado nos conselhos e nas conferências de obreiros sinodais. As respectivas conclusões deverão ser remetidas à Secretaria Geral, até 31.03.2000. Servirão de base para nova avaliação da questão na primeira reunião do Conselho da Igreja, no próximo ano. Previu-se, ainda, a realização de outro seminário ou consulta nacional sobre o tema, com a participação de representantes das diversas posições, profissionais das áreas envolvidas (teologia, medicina, biologia, psicologia), representantes dos sínodos e das instituições de formação da Igreja e também pessoas de cunho homossexual. A partir deste evento deverão ser elaborados subsídios sobre homossexualismo para o estudo nas comunidades. Todo este processo de reflexão, certamente, relacionar-se-á muito bem com o lema da Igreja para o ano 2000 - Novo Milênio sem exclusões. Ele nos estará desafiando para sonhar e criar, pelo menos em forma de sinais, uma sociedade e, sobretudo, comunidades sem exclusões.

Concluo com a manifestação de um dos conselheiros, feita durante o seminário: O assunto não deve ser abordado por pressão, mas em solidariedade, amor e diálogo fraterno. Neste sentido convoco todos vocês a refletirem sobre a maneira de acolher pessoas de orientação homossexual. Assim também elas poderão experimentar a graça e o amor de Deus em nossas comunidades. Rogo a

Deus que faça soprar fortemente, em nós e através de nós, o poder acolhedor e consolador do Espírito Santo e saúdo a vocês e aos seus,

Porto Alegre, 19 de maio de 1999

Huberto Kirchheim

Pastor Presidente

ANEXO B

Ministério Eclesiástico e Homossexualidade - 2001

Posicionamento do Conselho da Igreja

1. cremos, a partir do testemunho do Evangelho, que Deus ama as pessoas sem distinção. Está claro, também, que tanto as pessoas que se sentem atraídas sexualmente para o mesmo sexo como as que se sentem atraídas para o sexo oposto precisam da graça de Deus para serem salvas. Nenhuma pessoa é salva por causa do seu comportamento sexual. O apóstolo Paulo escreve: ... Não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus (Rm 3,23s). Todos nós, sejamos pessoas heterossexuais ou homossexuais, somos justificados tão-somente pela graça de Deus e pela fé que o Espírito Santo em nós opera.

2. Estamos conscientes e lembramos que a sexualidade faz parte da boa criação de Deus, constituindo-se numa maravilhosa dádiva divina, pela qual devemos sempre ser gratos a Deus, vivendo-a também em responsabilidade diante de Deus e do próximo. Afirmamos ainda que a fé em Jesus Cristo, que queremos tornar concreta na convivência na Igreja, nos leva a viver a nossa sexualidade em respeito ao matrimônio e ao próximo, conforme os ensinamentos da Palavra de Deus. Por isso, em nossa conduta sexual evitamos tudo quanto possa levar nosso irmão ou nossa irmã a tropeçar ou cair em pecado. É neste sentido que Lutero explica o 6.o mandamento, no Catecismo Menor: “Devemos temer e amar a Deus e, portanto, viver uma vida casta e decente em palavras e ações, e cada qual ame e honre seu consorte”.

3. No tocante à homossexualidade, há na atualidade em muitas igrejas cristãs um intenso debate quanto à sua natureza e quanto à correta interpretação bíblica a seu respeito. Não há, entre os especialistas, um consenso absoluto nem na ciência quanto à natureza da homossexualidade, nem na interpretação bíblica daquelas passagens que fazem alusão à homossexualidade. Tampouco há na IECLB ainda esse consenso. Ao contrário, as posições são, por vezes, frontalmente antagônicas. Esse fato requer da Igreja discernimento, não juízos, enquanto ela segue auscultando perseverantemente a Palavra de Deus. Acima de tudo, deve haver na

prática sensibilidade pastoral, tanto para com as pessoas homossexuais quanto para com as famílias e as comunidades em cujo meio essas pessoas vivem. Há nesse particular muito sofrimento, ao qual a Igreja deve sua atenção espiritual e diaconal. De modo algum devem as pessoas homossexuais ser discriminadas ou afastadas do convívio na comunidade de fé. A palavra de Deus é juízo e graça para todas as pessoas, tanto homossexuais quanto heterossexuais. Em todas as situações e para com todas as pessoas, deve prevalecer o amor, que é o maior dos dons (1 Co 13).

4. Sabemos que o Ministério Eclesiástico Ordenado, instituído para pregar o evangelho e administrar os sacramentos, exige daquelas pessoas que o exercem um cuidado especial no comportamento sexual, para que as suas atitudes nesta área não se tornem escândalo e empecilho para os membros da Igreja. Isso vale igualmente para pessoas heterossexuais. Ao mesmo tempo, observamos que a eficácia da pregação do Evangelho depende também da aceitação do pregador ou da pregadora e do respeito que as pessoas têm por ele e por ela. Um obreiro ou uma obreira que por sua maneira de ser ou de agir afronta os padrões éticos da comunidade ou cujo comportamento sexual divide a comunidade dificilmente poderá realizar um trabalho pastoral proveitoso.

5. Não negamos que pessoas homossexuais, que vivem a sua condição sem causar escândalo, podem realizar um trabalho abençoado na comunidade, ao colocarem a serviço do Evangelho os dons que Deus lhes deu. Mas constatamos também que, no momento atual da Igreja, não há condições de uma pessoa homossexual praticante assumir o exercício público do ministério eclesial na IECLB.

ANEXO C

Sexualidade humana - homoafetividade - 2011

Carta Pastoral da Presidência

Estimados irmãos e estimadas irmãs em Cristo!

Esta carta pastoral foi motivada por dois fatos recentes. Primeiro, a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, de 5 de maio de 2011, que trata do reconhecimento jurídico das uniões estáveis de pessoas homoafetivas. A decisão do STF consiste no “reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como ‘entidade familiar’, entendida esta como sinônimo perfeito de ‘família’, reconhecimento que é de ser feito seguindo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva”. O segundo fato é a tramitação do Projeto de Lei nº 122/2006. Se fosse aprovado na versão original, esse projeto tornaria crime a homofobia. Neste momento, o projeto continua em tramitação no congresso brasileiro.

A homossexualidade já foi tematizada em duas cartas pastorais, emitidas pela Presidência da IECLB em 1999 e em 2001. Reafirmamos o conteúdo dessas cartas. Por quê?

*reconhecemos que o grau de dificuldade para lidar com o assunto relações homoafetivas ou homossexualidade não diminuiu; um sinal disso é o fato de não termos conseguido avançar no diálogo que a Federação Luterana Mundial propôs, e que a Presidência da IECLB estimulou na década passada, para o que foi publicado e amplamente divulgado o documento Matrimônio, Família e Sexualidade Humana;

*reafirmamos o amor incondicional de Deus por nós como base essencial para abordar esse tema; cremos que as pessoas homossexuais são tão amadas e necessitam tanto da graça de Deus quanto todo ser humano (Rm 3.23s);

*por serem discriminadas e estigmatizadas, pessoas de orientação homossexual e seus familiares sofrem, e sofrem muito. As polarizações apenas aprofundam o sofrimento e não ajudam na construção de um Estado de direito em que todas as pessoas têm assegurada sua dignidade.

Resumindo, essa memória nos lembra da nossa condição de seres amados por Deus e nos conclama para o diálogo respeitoso sobre o assunto. Somente assim chegaremos a aspectos novos a serem considerados nesse diálogo e aprofundamento.

Cabe recordar aqui o que foi mencionado em outra carta pastoral, em 2009, que tratou do discernimento ético:

“não há no âmbito de igrejas evangélicas protestantes um magistério que tenha a prerrogativa de estabelecer normas éticas que deveriam ser seguidas por todos os fiéis. Nem poderia haver. Na tradição da Reforma protestante essas igrejas não (re)conhecem uma instância eclesiástica autoritativa, muito menos infalível, em questões morais, mas seus pastores e pastoras têm a responsabilidade de, baseados na Bíblia e seus valores evangélicos, orientar as pessoas implicadas ao discernimento ético, fortalecendo-as a tomarem, simultaneamente em liberdade e responsabilidade, suas próprias decisões diante de Deus”.

É a partir dessa perspectiva que a atual Presidência também evitou e evitará emitir uma posição da IECLB sem consulta e diálogo prévios com outras instâncias constituídas. Uma decisão institucional passa pela discussão que envolva essas instâncias da Igreja.

Há assuntos, como o aqui em pauta, que requerem uma discussão acerca da hermenêutica que usamos para interpretar textos bíblicos. Como pessoas evangélicas de confissão luterana, zelamos para evitar uma postura maniqueísta: deste lado está o bem, a verdade, Deus; daquele lado está o mal, a mentira, o diabo. Há questões que exigem da pessoa cristã ter que lidar com a tensão oriunda da dificuldade de dar respostas rápidas; de conviver com o debate difícil, mas sério, aberto, respeitoso. Há perguntas para as quais a resposta nem sempre é sim ou não. Não por último, a separação entre joio e trigo, quando e onde ela ocorrer, caberá ao Senhor (Mateus 13.30).

Considerando a separação entre Igreja e Estado, cabe-nos como IECLB acolher a decisão do STF. O pano de fundo dessa decisão é o empenho do Estado pela superação da discriminação de pessoas e grupos, da intolerância, do preconceito, da estigmatização de comportamentos diferentes que, tantas vezes, culminam em violência, sofrimento, perseguição e, inclusive, morte. É fundamental que não percamos esta dimensão: a intolerância é fonte de julgamentos apressados,

incompreensão, dor, sofrimento. Do ponto de vista do Estado, a decisão do STF quer impedir isso.

Ao mesmo tempo em que nos cabe acolher a decisão do STF, precisamos refletir intensamente acerca dos desdobramentos desta decisão para a IECLB. A IECLB tem em seu “Guia da vida comunitária: Nossa Fé – Nossa Vida” as linhas básicas que pautam os seus fundamentos doutrinários, confessionais e legais para sua atuação. Este documento, aprovado em Concílio da Igreja, reflete o momento atual da caminhada da Igreja à luz de sua missão. Qualquer mudança nesta área, inclusive acerca da bênção matrimonial ou qualquer outra prática, passa por ampla discussão em todas as instâncias da IECLB.

A Presidência da IECLB

- espera que o Estado brasileiro, através de seus poderes, assegure e concretize os direitos fundamentais da liberdade de pensamento, de crença e de manifestação para todos os cidadãos, conforme estabelecido na Constituição Federal;
- entende que essa garantia dos direitos fundamentais é imprescindível para coibir tanto a violência decorrente de posturas extremas quanto querer calar a voz dos que buscam o diálogo ancorado em argumentos sólidos, inclusive para discordar;
- acredita que somente vamos crescer e avançar no entendimento desse tema complexo, se a opção for por uma postura de respeito mútuo pelas posições distintas, de diálogo franco, desarmado e fraternal, de superação da exclusão e, sobretudo, de opção radical por manifestações e gestos que deem lugar à graça e ao amor de Deus, graça e amor que nos alcançam por causa da Sua misericórdia, e não porque as mereçamos;
- reafirma a sua opção radical por uma gestão do cuidado que, em relação ao tema Matrimônio, Família e Sexualidade Humana, reconhece que a graça de Deus dispõe a Igreja de Jesus Cristo para uma caminhada conjunta, sinodal, que faz do diálogo um instrumento imprescindível. Desse modo, conseguiremos avançar e crescer na fé, pela qual somos pessoas justificadas e movidas por Deus para optar por aquilo que promove a Cristo.

Em Cristo,

Pastor Dr. Nestor Paulo Friedrich

ANEXO D



Inclusão Luterana

Ilmo. Sr. Pastor Presidente da IECLB,

Baseados na declaração da IECLB de março de 2011, a qual indica posicionamento favorável da mesma em relação ao casamento civil igualitário, bem como, face à insegurança que alguns membros homoafetivos possuem em relação a sua inclusão e aceitação na Igreja, especialmente na hora de batizar seus filhos e na hora de matriculá-los no ensino confirmatório e realizar a confirmação dos mesmos, momentos nos quais podem surgir empecilhos postos pelas paróquias/comunidades, o grupo INCLUSÃO LUTERANA vem diante de Vossa Senhoria solicitar esclarecimentos acerca do atual posicionamento da IECLB acerca do "Batismo de filhos de pais homoafetivos" e acerca do "Ensino confirmatório de filhos de pais homoafetivos", principalmente no tocante à possibilidade desta ocorrer, como deve ocorrer, e o que fazer para prevenir e/ou remediar situações de exclusão.

Tal pedido surge da necessidade de acalmamento e oferecimento de segurança aos referidos membros homoafetivos, vez que a realidade em nossas comunidades tem se mostrado preocupante no que se refere à inclusão da diversidade, sendo inúmeros os casos de manifestações preconceituosas.

Ainda, frente a gravidade da situação que se apresenta, no intuito de fazer a orientação da IECLB chegar a todos os membros da Igreja, solicitamos que, se possível for, seja providenciada nova manifestação oficial por parte da Presidência.

Assim, na certeza de que nossos pleitos sejam atendidos da melhor forma, despedimo-nos, revalidando os votos de grande estima e consideração.

ANEXO E

Homossexualidade na comunidade cristã

(Margarete Emma Engelbrecht⁶²)

Nossa reflexão busca da Bíblia (sola scriptura) o entendimento para a prática de inclusão de pessoas homossexuais nas comunidades da IECLB. Esta inclusão não pode estar sujeita a liberalismos de opinião, não aprofundadas nos conhecimentos científicos atuais, em repetição de fórmulas religiosas literárias, nem a casuísmos de esta ou aquela comunidade (irmão de presbítero pode, mas um desconhecido não). Ao entendermos que, pela fé (*sola fide*) podemos nos perceber irmãos e irmãs, sujeitos ao pecado, mas dispostos à comunhão que é dada por graça (*sola gratia*) por Deus a nós, sem mérito nosso. A nossa vivência de comunhão – com Deus e com o próximo – é que nos dá a certeza do amor de Deus em nosso meio.

Bíblia

As comunidades cristãs retratadas nos 4 Evangelhos não falam de homossexualidade como o movimento de Paulo o fez, em seus escritos. Enquanto as comunidades de Marcos, Mateus, Lucas e João parecem focar em outros problemas de convivência humana (onde a justiça e amor são temas óbvios), já Paulo vai transferindo sua própria cultura às novas comunidades. São traçados comportamentos específicos, por exemplo, para mulheres (1 Coríntios 14.34; 1 Coríntios 11. 5-6) . Paulo também apresenta a forma de convívio que lhe era perfeita, dada a sua cultura. *"Quero, entretanto, que saibais ser Cristo o cabeça de todo homem, e o homem, o cabeça da mulher, e Deus, o cabeça de Cristo... Porque, na verdade, o homem não deve cobrir a cabeça, por ser ele imagem e glória de Deus, mas a mulher é glória do homem. Porque o homem não foi feito da mulher, e*

⁶² Pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em Niterói, RJ. Este texto foi escrito com a colaboração de algumas pessoas e sob a inspiração de um trabalho que acompanhei desde 1983, do Pastor Richard Wangen, em Porto Alegre e adjacências. Como ele já está nos braços de Deus, certeza e esperança, este texto também é um agradecimento pelo exemplo e orientação.

sim a mulher, do homem... Portanto, deve a mulher, por causa dos anjos, trazer véu na cabeça, como sinal de autoridade." 1 Co 11: 3,7,8-10.

Pode haver também em Paulo uma releitura da cultura grega – Paulo é um homem que vive um mundo Greco-romano com afinco (é soldado, escreve grego). A homossexualidade nessas duas culturas definia níveis de poder masculino: os nobres gregos podiam se utilizar dos rapazes até criarem barba (e isso certamente denota um forte caráter de pedofilia); os romanos, como prova final de conquista a algum povo, além do estupro às mulheres, estupravam os homens prisioneiros de guerra. Temos que levar em conta como as relações homossexuais nas comunidades Greco-romanas eram concebidas e porque Paulo se debate tanto com elas. A condenação do corpo é assunto constante para ele, e ele elabora de maneira especial em Romanos 7. E sabemos que ele mantinha atitudes de autopunição para que não corresse o risco de perder sua salvação (1 Coríntios 9.27 *Antes subjugo o meu corpo, e o reduzo à servidão, para que, pregando aos outros, eu mesmo não venha de alguma maneira a ficar reprovado*).

Paulo tem também em suas raízes a cultura hebraica. No Antigo Testamento, em contextos de discussão sobre pureza e impureza, os comportamentos em geral, também sexuais, faziam parte da lei do Antigo Testamento – em Gênesis (Gn 19, 1-11), Levítico (Lv 18,22 e 20, 13), Juízes (Jz 19,22-30). O mínimo que disso se constata é que a homossexualidade já existia, desde o Antigo Testamento. Mesmo assim, é bom destacar que o grande pecado de Sodoma e Gomorra, se lido com atenção, não eram os “bacanais” que ganharam destaque no Cinema e na retórica evangélica, e sim a falta de hospitalidade daquele povo. Aos nossos olhos hodiernos, a oferta de Ló em entregar as suas duas filhas aos homens que batiam à porta, soa como violência paterna. E deveria, isso sim, provocar manifestações contrárias em nossa cultura. A exclusão de pessoas (não merecedoras de inclusão em bênçãos, vida em comunhão plena) é, essa sim, atitude “sodomita”. E se essas pessoas forem “anjos”?

Mesmo a epístola de Tiago, tão “problemática” para Lutero, nem de longe cita a homossexualidade. Outras cartas, outros livros da Bíblia focam tantas outras situações no convívio comunitário que, seria uma estupidez total, tornar a discussão sobre homossexualidade, bênção a homossexuais, sacerdócio de homossexuais, algo que dividiria a igreja, algo central na discussão de pessoas cristãs.

A dificuldade na aceitação de pessoas homossexuais torna visíveis as diferenças na interpretação e na vivência do Evangelho. É compreensível que a sociedade hebraica estivesse preocupada com relações sexuais que produzissem mais gente. O “povo eleito” precisava ocupar a terra, precisava gente que substituísse gente que tombara em batalhas pela conquista da terra. A história de Tamar revela os múltiplos pecados dos irmãos que não procriaram (um jogava sua semente no chão! Gênesis 38). Descendentes sanguíneos (Ruth é exceção) são a garantia do sustento na velhice, são o apoio da sociedade para desamparados (órfãos e viúvas). A homossexualidade não gerava filhos e filhas e, portanto, não servia para a sociedade de Israel – era algo como trair a expectativa do clã. A Bíblia relata e sinaliza vários problemas de ordem sexual. Davi e Batseba(2 Samuel 11), as filhas de Ló que se deitam com o pai para gerar descendentes (Gênesis 19). Tais situações não são novas dentro da história da Bíblia, mas são relidas. No Novo Testamento, mais uma vez o assunto vem à tona, quando Jesus ressuscita o filho da viúva de Naim (Lucas 7.11-15), restabelecendo a dignidade e o amparo à viúva.

Evangelho proclamado é Evangelho que acolhe, lança fora o medo e provoca mudança na ética, no cotidiano. Deixa claros os relacionamentos, transforma-os pelo amor e pela comunhão. Por exemplo, alguns “crimes sexuais”, quando mulheres – e só mulheres (sic!) – podiam ser mortas por “legítima defesa da honra” no Brasil, só puderam ser denunciadas ao se estudar textos como quando Jesus se depara com a situação da mulher “adúltera”, em que diz claramente: “quem estiver livre de pecado atire a primeira pedra” (João 8.7). Paulo pode, sim, estar denunciando pedofilia, pode estar denunciando abuso de poder, pode estar denunciando violência ou falta de higiene. E por isso mesmo, Evangelho precisa ser lido em profundidade e amor.

Tornar pessoas homossexuais, por si só, não merecedoras da graça de Deus é algo abominável, uma vez que solidariedade, amparo, sustento na velhice ou nas dificuldades, hoje em dia, são comuns a cidadãos e cidadãs – qualquer que seja o gênero ou a orientação sexual. A centralidade do Evangelho é a justiça e a dignidade que não se atém a vínculos sanguíneos. O Reino de Deus é anunciado para que haja transformação em nossa vida já aqui, de maneira a revelar poderes que não trazem vida. Novas formas familiares dão conta da adoção de crianças e

adolescentes em situação de risco, inclusive, por pessoas homossexuais. Há uma frase que resume essa forma de atuar diretamente na educação e amparo de outras pessoas: “melhor dois pais do que nenhum”.

Condicionar a bênção de Deus à orientação sexual é exercer um poder sobre a vida da outra pessoa, que só Deus tem. Práticas sexuais de pessoas homossexuais acontecem também em relacionamentos heterossexuais: qual é o problema, então, que a Bíblia nos traz?

IECLB

Há muito tempo a IECLB, igreja inserida na cultura brasileira, entende a equidade nas relações de gênero. É interessante que, do mesmo movimento de Paulo, lemos, em Gálatas 3.26: *“Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus.”*

A ordenação feminina ainda hoje fomenta discussão entre as grandes igrejas cristãs. Em nossa igreja de Confissão Luterana no Brasil e em tantos outros, não só ordenam-se mulheres como “ministras”, como também há um grande número de mulheres que “carregam” as comunidades. Mesmo assim, a leitura que se faz quando há ausência de mulheres em alguns fóruns decisórios é a de falta de oportunidade ou de cunho cultural. Outras “sociedades”, que nos vêm de longe, denunciam essa ausência como uma violência institucional contra mulheres.

O Evangelho que anunciamos nos coloca contra a parede, porque, nas palavras de Jesus, não só palavras e ações são “pecaminosas”. Em Mateus 5. 21-26 lemos: *“Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento. Eu, porém, vos digo que todo aquele que (sem motivo) se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto a seu irmão estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar: Tolo, estará sujeito ao inferno de fogo. Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faze a tua oferta. Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão. Em verdade te digo que não sairás dali, enquanto não pagares o último centavo.”*

A exclusão de pessoas diferentes a uma e outra orientação, seja ela sexual ou não, não as deixando tomar parte na comunhão de filhos e filhas de Deus, pode ser uma obediência a Levítico, a Romanos, a 1 Coríntios, mas é uma temeridade se entendemos o Reino de Deus como anúncio maior de Deus que é Amor (1 João 4.8: *“Aquele que não ama não conhece a Deus; porque Deus é amor*), ou se pensamos nas categorias que fazem parte do anúncio do juízo final (Mateus 25.34-36: *Vinde, benditos de meu Pai, possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo; Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e fostes ver-me.*

Como evangélicos de confissão luterana também diremos que nada de bom sobrou na natureza humana (*Romanos 3.23 Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus*). Nenhum relacionamento – por si só – nos habilita a sermos mais “santos”, menos “santos”. Somos santificados somente pela graça de Deus. Assim também, o que nos torna pecadores e pecadoras é o pecado que já nasce conosco (Confissão de Augsburg) e não essa ou aquela orientação sexual. Sexo sempre é pecado, também em relações heterossexuais, quando o poder e a violência fazem parte. O exercício da sexualidade sempre é graça, já que faz parte da Criação em sua totalidade.

A salvação de Jesus Cristo habilita uma nova “formatação” de nossas vidas, não por nossas atitudes, nem por nossas “causas”. Apenas por sermos chamados e chamadas por Deus. No Batismo, Deus não coloca restrições na sexualidade das pessoas – mas nos posiciona em uma outra relação parental: já não somos estranhos uns aos outros, mas somos irmãos e irmãs – linhagem concebida pelo amor de Cristo e partilhada no cálice da salvação. A justiça e o amor são o legado dado por Cristo – e não o anúncio de juízo por conta de nossas afetividades diversas. O mesmo Paulo elabora em Romanos 8.28: *“E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito.”*

Com toda a discussão sobre matrimônio (originalmente para zelar pelo direito da mater/mãe), com toda a discussão sobre casamento (onde uniões civis são consideradas como tal, colaborando para que direitos de pessoas homossexuais sejam respeitados principalmente na divisão de “patrimônio”) é necessário perceber

orientação segura para que não sobrecarreguemos o Evangelho com nossa cultura, com nossas perspectivas de certo e errado também nos relacionamentos. União de pessoas – independente de seu gênero ou orientação sexual – acontece quando há reconhecimento afetivo do outro, e precisa ser sempre “reinventado” para que não caia nas amarras de relacionamentos que usam a subjugação e a dependência de pessoas, com o argumento de ser uma questão cultural.

Ao lermos Mateus 5.29, descobrimos que o “*desejo impuro é adultério no coração*”. São palavras diretas contra o divórcio. Dentro da cultura hebraica, o divórcio colaborava com a desassistência a crianças e mulheres. Já Paulo usa o juízo rápido: em 1 Coríntios 6.9, condena “*os ladrões, os adúlteros, os homossexuais*”. Ora, nossa igreja abençoa a “segunda união” de casais, já que entendeu que, culturalmente, não temos as mesmas dificuldades que hebreus. E no Brasil, o presidente que assinou a lei de divórcio era Luterano – talvez porque ele não precisou se submeter à posição da Igreja Católica Romana.

A homossexualidade, em si, não é condenada pela medicina; não é considerada “perversão” pela psicologia. Não há uma unidade científica sobre sua origem (genética, social, cultural, psicológica). Muito se estudou, nada se concluiu. A única certeza é que não é uma “escolha” da pessoa e por isso mesmo não podemos dizer que a pessoa está se submetendo ao pecado. Se a igreja condenar a homossexualidade, estaremos repetindo erros como o da igreja antiga, ao condenar Galileu, que contradizia a Bíblia ao defender que a Terra era redonda. Estaremos próximos à prática de Testemunhas de Jeová, que usam determinados textos bíblicos para não permitirem a transfusão de sangue. Homossexualidade não é “perversão”, nem “doença”, nem “opção”, nem “distúrbio”. Pode se manifestar em violência, discriminação, “bulling” social quando pensada e rotulada como tal. Homossexualidade é uma orientação sexual, presente inclusive em relações de animais.

A homossexualidade não atrapalha a fé, mas nossos conceitos, estes atrapalham sim. Pessoas homossexuais podem viver na “*fé (que) produz novidade de vida*” (2 Co 5.15-19), e “*os frutos do Espírito*” (Gl 5.22-26: *amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança*) pois estes aparecem na vida de qualquer pessoa, independente de sua orientação sexual. A

ética de nosso cotidiano precisa testemunhar tais valores do fruto do Espírito – e não viver em exclusão baseada nas culturas antigas de clã e tomada da terra.

Podemos condenar a violência e o desrespeito. Podemos concordar com Paulo e condenar práticas de pedofilia comuns nos “ginásios” gregos e estupros de guerra. Podemos condenar o desamparo de crianças ante o divórcio de seus pais e mães. A igreja que legitima, atualmente, uniões de “não-virgens”, ou de “divorciados” fica estarecida diante de uniões homossexuais?

Família

Jesus denunciou o patriarcalismo com sua própria vida. Nasceu de uma mulher sozinha, a paternidade foi assumida somente depois da intervenção direta de Deus com seu anjo; foi participar da vida do Templo sem ter pedido "permissão" à família, e inaugurou um novo tempo também nas relações "familiares". Tanto que nós nos chamamos de irmãos e irmãs sem nenhum traço de sangue, nem de etnia, nem de qualquer outra "linhagem".

Ainda hoje se fala da grande crise da sociedade humana desde que mulheres foram consideradas iguais aos homens. Também relacionamentos pós-divórcio, famílias constituídas por mães e pais diversos são questionadas. O ministério feminino nas igrejas, ainda é motivo de grandes discussões e separações. E, em meio a tanta “crise”, há uma busca pelo "paraíso perdido", uma reedição de valores de época do reinado, numa formação hierárquica que não ajuda a perceber o "novo céu e nova terra". Não há receita bíblica e sim, relato de várias épocas, de variadas sociedades, que tentam trazer suas experiências cotidianas para o “entendimento de Deus”.

Pares homossexuais também dão forma a outros modelos familiares. Muitos repetem a receita de poder que existe no modelo patriarcal, quando uma das pessoas exerce maior poder que outra. Também relacionamentos homossexuais precisam ser “admoestados”, e cuidados pastoralmente. Com certeza podemos nos lembrar de Eclesiastes 7. 20-22: *"Não há homem justo sobre a terra que faça o bem e não peque. Pois tu sabes que muitas vezes tu mesmo tens amaldiçoado a outros."* Mas, com certeza, relacionamentos homossexuais podem testemunhar vida em amor e gratidão na educação de filhos e filhas, no trabalho, na sociedade, na igreja.

Comunidade

Perceber a ação do Espírito Santo em nossos dias nos move a confessar que a revelação de Deus é diferente em vários momentos da história. Mas, confessamos um Deus de amor e misericórdia, que já foi percebido outrora como um Deus de ira e carnificina nas histórias de Moisés, Elias, Davi e tantos outros.

O entendimento de pecado varia conforme as experiências de cada personagem bíblico. Ananias pecou por ter enganado a comunidade. Safira pecou por ter sido conivente com o marido. O perdão possibilitou a Zaqueu uma mudança de vida diante do povo inteiro, à mulher hemorrágica foi possível uma inserção na sociedade, a mulher samaritana falou “face a face” com Jesus, mostrando sua dignidade antes mesmo de perceber “nova vida”. São histórias de sustentação social, muito diferente do que limitar-se à discussão pecado X não-pecado; aceito X não-aceito; homossexual X heterossexual. O anúncio do Evangelho ao eunuco (Atos 8.38-39), o posterior Batismo, atesta outro tipo de “adesão”, não condicionada à vida sexual ou até assexual da pessoa.

Quando a vida é transformada pelo poder de Deus, não há só mudança na ética (obras) – e isso independe da sexualidade. As pessoas são “resgatadas” pelo poder de Deus. Tem vida em comunhão, já renovada aqui e agora – e isso independe de seu gênero ou sua orientação sexual. Se pessoas têm “vida sexual ativa”, mesmo assim, e sempre, serão meus irmãos e irmãs, mesmo que não produzam filhos e filhas, ou que os tenham durante a adolescência, ou que sofram relações de violência. Pessoas homossexuais foram batizadas na mesma fé, são chamadas de filhos e filhas de Deus. Não precisam seguir uma organização religiosa de gueto. São da Igreja. E dela necessitam para que a comunhão seja experimentada, e, por serem chamadas por Deus, dão Seu testemunho ao mundo.

Em outras religiões, diz-se que a comunhão acontece quando outras “entidades” tomam conta dos corpos e das vidas das pessoas. Também comportamentos homossexuais são aceitos em momentos determinados, de formas determinadas. Enquanto isso, nós, pessoas cristãs, falamos de comunhão plena, de pessoas em sua totalidade, que respondem à vida por causa da comunhão com Deus, carentes do perdão diário, falamos da resposta ao Deus único, infinito e pessoal. Pela comunhão, Deus pode se revelar na crise de fé de alguma pessoa homossexual, que a si mesma não se aceita, não se entende. Temos histórias e

vivências de gente que, sem poder contar com a comunhão, cai no desespero e atenta contra a própria vida. Temos histórias de famílias envergonhadas, ou que reagem de forma violenta, baseada em orientações pretensamente evangélicas. É a falha total da “comunidade”, que se torna “pedra de tropeço” na aceitação plena de irmãos e irmãs.

É “pedra de tropeço” para pessoas que, eventualmente, queiram viver de forma familiar reconhecida pela comunidade. Vamos semeando “poréns” e “acazos” e tornamos a vontade de Deus inacessível a quem tenta buscar na comunidade comunhão, testemunho e serviço. Esquecemos de proclamar o amor de Deus, e vamos buscando, nas metáforas das palavras politicamente corretas, símbolos e sinais que possam dizer o que é certo e errado, o que é aceito e não aceito no nosso meio Evangélico. Esquecemos ser a mão de Deus que segura irmãos e irmãs que sofrem com sua orientação sexual, que não foi escolhida nem desenvolvida. Foi assim que Deus os fez, foi assim que Deus as fez – e viu que tudo o que havia feito era muito bom.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Caro Pastor/Pastora,

Faço parte do Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal de Pelotas, e estou realizando uma pesquisa sobre as relações de gênero, sexualidade e religião na IECLB, no âmbito do Sínodo Sul-Rio-Grandense. Nesse primeiro momento procurarei fazer um levantamento geral sobre essas temáticas.

Acessei seu endereço de e-mail pela agenda Sinodal de 2015. Estou entrando em contato com outros/as pastores/as, bem como, com lideranças de algumas comunidades na cidade de Pelotas-RS. Espero que compreendam a importância desse tipo de pesquisa, e esperarei contar com sua colaboração e manter contato da melhor forma que pudermos.

Seguem em anexo a carta de recomendação de minha orientadora, Dr^a Lori Altmann, e um roteiro de entrevista, sendo que esse questionário é confidencial e anônimo.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa, podem entrar em contato comigo pelo e-mail: tatianimuller@gmail.com, ou com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPel: ufpel.ppga@gmail.com

Grata por sua atenção, aguardo a confirmação de recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Tatiani Müller Kohls

Roteiro de entrevista: ministras e ministros

- 1 - Qual a sua formação? Cursasse outra graduação além de teologia?
- 2- Porque optou pela formação pastoral? Qual o ano que concluiu sua formação? Qual o tipo de ministério e sua linha teológica?
- 3- Qual sua idade?
- 4 - Atua em uma paróquia do campo ou cidade? No centro ou em zonas periféricas?

- 5- Encontrou alguma dificuldade quando começou a desenvolver seu trabalho como ministro/a?
- 6 - Quais trabalhos são desenvolvidos dentro da paróquia/comunidade que atua? Possui OASE, JE, coral, etc...? Você coordena ou acompanha todos esses grupos?
- 7- Qual a importância do trabalho sobre as questões de gênero e a inserção das mulheres na comunidade?
- 8- As mulheres assumem cargos de lideranças dentro das comunidades e na paróquia?
- 9- Atualmente vemos nos noticiários e até mesmo nas redes sociais o crescente índice da violência contra a mulher, sendo esta, uma violação dos direitos humanos. Na paróquia/comunidade em que atua, alguma vez percebeu algum tipo de violência, física ou verbal contra mulheres? Você procura debater essas questões na comunidade?
- 10- Atualmente várias discussões têm sido feitas sobre a questão da formação da família, e muitos afirmam que a família é composta somente por pai, mãe e filhos/as. O que você, enquanto ministro/a pensa sobre isso e como compreende a formação de uma família? Você discute essa temática na paróquia/comunidade em que atua?
- 11- Atualmente, também se tem levantado muitas questões em torno da homossexualidade e muitos a entendem como algo pecaminoso, errado, anormal, e até mesmo transita pelo congresso nacional um projeto de cura gay. O que você, enquanto ministro/a pensa sobre isso?
- 12- Existe em sua comunidade alguma família formada com dois pais ou duas mães? Se sim, como se dá essa relação na comunidade. Se não, o que você acha sobre isso, e como acha se se daria a relação com a comunidade?
- 13- Você realizaria um batizado de uma criança gerada ou adotada por uma família homoafetiva?
- 14- A temática da homossexualidade já foi alguma vez levantada por membros na paróquia/comunidade que atua? Como aconteceu? Acha importante que essa temática seja discutida?

APÊNDICE B



Pelotas, 25 de agosto de 2015.

Prezado/a Senhor/a,

Apresento Tatiani Müller Kohls, aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) do município de Pelotas, RS e minha orientanda. Tatiani está pesquisando gênero, sexualidade e religião na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e seu projeto prevê o contato e entrevistas com ministros/as e pessoas leigas integrantes de diferentes grupos em comunidades do Sínodo Sul-Rio-Grandense da IECLB.

Em nome do PPGAnt e em meu próprio agradeço de antemão qualquer auxílio que se possa prestar.

A sua disposição para quaisquer esclarecimentos, saúdo-o/a.

Cordialmente,

Lori Altmann

Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGAnt)

Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA)

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

lori.altmann@yahoo.com

APÊNDICE C

Agradeço pela atenção em responder essas questões, que serão de fundamental importância para a pesquisa de Mestrado em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas, intitulada “Homossexualidade e religião: Uma etnografia na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em Pelotas/RS”, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Lori Altmann. Lembrando que os nomes reais das pessoas que colaboram não serão divulgados, preservando assim a identidade dos/as interlocutores/as.

Atenciosamente,
Tatiani Müller Kohls

Roteiro de entrevista:

- 1- Qual a sua profissão? E idade?
- 2- Qual a comunidade e paróquia que você participa, e há quanto tempo? Se localiza na zona rural ou urbana?
- 3- Você faz parte de algum órgão de representação da IECLB, como por exemplo, liderança jovem, ou em algum outro setor?
- 4- Para você, qual a importância de se discutir questões sobre as relações de gênero e a inserção das mulheres na comunidade e paróquia?
- 5- Atualmente várias discussões têm sido feitas sobre a questão da formação da família, e muitos afirmam que a família é composta somente por homem, mulher e crianças. O que você, enquanto luterano/a pensa sobre isso e como compreende a formação de uma família? Já houve em seu grupo/comunidade alguma discussão sobre o assunto?
- 6- No grupo em que você atua, tem-se discutido questões em relação à diversidade sexual?
- 7- Atualmente, se tem levantado muitas questões em torno da homossexualidade e muitos a entendem como algo pecaminoso, errado, anormal, e até mesmo transitiva

pelo congresso nacional um projeto de cura gay. O que você, enquanto luterano/a pensa sobre isso?

8- Seu grupo de jovens ou sua comunidade possuem algum posicionamento sobre a questão da homossexualidade dentro da IECLB?

9- Como seria a inserção de pessoas gays ou lésbicas dentro da sua comunidade?

10- Você conhece o posicionamento oficial da IECLB sobre a homossexualidade?

Se sim, como teve acesso?